

Relatório de Gestão

2021

Março 2022

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA





Sumário

Mensagem do Ministro página 3

**1**

Visão geral organizacional e ambiente externo	05
1.1. Identificação, missão e visão	06
1.2. Ambiente externo	06
1.3. Estrutura organizacional	07
1.4. Estrutura de governança	10
1.5. Cadeia de Valor	11
1.6. Políticas e programas de governo	12
1.6.1 Política e planejamento	12
1.6.2 Principais programas do MInfra	13

2

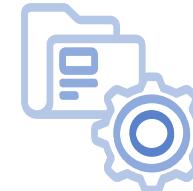
Gestão de riscos, oportunidades e perspectivas	31
2.1. Gestão de riscos e controles internos	32
2.2. Principais ações do plano de integridade 2021	33
2.3. Implementação da metodologia de gestão de riscos nos processos de trabalho	34
2.4. Atuação correcional	36

3

Governança, estratégia e desempenho	37
3.1. Estratégia	38
3.2. Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor	40
3.3. Resultados e desempenho da gestão	41
3.3.1. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão	41
3.3.2. Resultados das principais áreas de atuação da UPC	66
3.3.2.1. Gestão orçamentária e financeira	66
3.3.2.2. Gestão de pessoas	74
3.3.2.3. Gestão de licitações e contratos	77
3.3.2.4. Gestão patrimonial e de infraestrutura predial	80
3.3.2.5. Gestão da tecnologia da informação	82
3.3.2.6. Sustentabilidade ambiental	90

4

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	91
4.1. Gestão contábil	92
4.2. Principais fatos contábeis relativos à atuação e à situação financeira da UPC	94
4.3. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC	95
4.4. Informações dos Contadores da UPC	96
4.5. Demonstrações contábeis e notas explicativas	97

5

Anexos e apêndices	98
5.1. Lista de siglas e abreviações	99

Mensagem do Ministro Tarcísio Gomes de Freitas

Este Relatório de Gestão, na forma de relatório integrado, é produto da construção coletiva do capital intelectual do Ministério da Infraestrutura, resultado do empenho dos órgãos específicos e singulares integrantes deste Ministério e das unidades de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado.

A seleção dos temas mais relevantes para compor o Relatório levou em consideração os resultados alcançados pelo Ministério da Infraestrutura que tiveram maior impacto para a sociedade, em termos de garantia da operação racional e segura dos transportes de bens e pessoas, alinhados aos objetivos estratégicos da Pasta, adotando a estrutura recomendada na Decisão Normativa TCU nº 178/2019.

2021 foi marcado por grande esforço do Governo Federal no combate aos efeitos da pandemia da Covid-19. Apesar das dificuldades, o Ministério da Infraestrutura honrou o compromisso de dar continuidade às ações previstas no planejamento estratégico para atingir os objetivos, dentre os quais destaco a busca do equilíbrio da matriz de transportes, por meio da priorização de projetos mais sustentáveis, a redução dos custos logísticos, o incremento da competitividade e a ampliação da conectividade em todas as regiões do país.

As diretrizes de gestão foram reafirmadas no período, o que resultou no fortalecimento do Programa de Concessões, na intensificação da transferência de ativos para a iniciativa privada e na continuidade e conclusão das obras estruturantes. No que se refere à ampliação do Programa de Concessões, em 2021, foram transferidos à iniciativa privada 39 ativos que abrangem:

 22 aeroportos
(em 3 blocos)

 1 ferrovia
(FIOL)

 13 terminais
portuários

 3 rodovias
(BR-163/230/MT/PA, BR-153/080/414/GO/TO e BR-101/116/SP/RJ)

Com isso, a contar de 2019, atingimos o patamar de 79 ativos transferidos e a expressiva cifra de R\$ 89 bilhões de reais em investimentos contratados, o que vai representar, no final das contas, a geração de 1,2 milhão de empregos.





E para 2022 o cenário é ainda mais promissor. Realizaremos a transferência de mais de 50 ativos à iniciativa privada, o que vai possibilitar a contratação de mais de R\$ 165 bilhões em novos investimentos. Em complementação, o MInfra também tem priorizado a atualização normativa, com especial destaque para a aprovação do novo marco das ferrovias, a Lei nº 14.273/2021, que regulamentou o Programa de Autorizações Ferroviárias e, como reflexo direto e imediato, já possibilitou, apenas em 2021, o recebimento de 76 pedidos de novas infraestruturas ferroviárias, que abrangem aproximadamente 19,1 mil km de malha ferroviária e representam investimentos da ordem de R\$ 224 bilhões.

Destaco a aprovação do **novo marco legal da Cabotagem - BR do Mar**, consubstanciada na Lei nº 14.301/2022, que tem por objetivo ampliar a oferta e melhorar a qualidade do transporte aquaviário entre os portos brasileiros. Esses dois normativos são elementos fundamentais para viabilizar a estratégia de equilíbrio da nossa matriz de transportes, conforme preconiza o Plano Nacional de Logística 2035.

E no que tange à execução das necessárias obras estruturantes, mesmo diante de um ambiente de restrição orçamentária, essa tarefa foi intensificada com fundamento em princípios sólidos de governança e uma boa dose de ousadia e criatividade. Traduzindo em números, foram entregues, de forma total ou parcial, 108 empreendimentos em todos os modos de transporte, com destaque para a pavimentação, duplicação e revitalização de mais de 2 mil km de rodovias.

O Ministério e suas vinculadas, mais uma vez, foram exemplo de boa gestão de recursos públicos, e atingiram um recorde na execução orçamentária. No exercício de 2021, 99,97% do orçamento foi efetivamente empenhado, o que demonstra o compromisso com a boa gestão e com o bom uso dos recursos públicos.

Além de tudo isso, como reflexo do objetivo de ampliar o fortalecimento institucional, o Ministério da Infraestrutura consolidou seus instrumentos de gestão estratégica e de risco, e tem avançado na implementação de ações desburocratizantes e inovadoras.

Nesta seara, uma das principais realizações foi a criação da **Secretaria Nacional de Trânsito - Senatran**, a implementação de programas como o Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), o Porto Sem Papel, o Embarque Mais Seguro, o Programa Voo Simples, além do fortalecimento e da execução do Plano de Integridade e do Programa Radar Anticorrupção.

Diante de todos os avanços, e em decorrência das ações implementadas, os resultados estão aparecendo. Cada alicerce firmado, cada rodovia pavimentada, cada ferrovia autorizada, cada hidrovia dragada, cada aeroporto modernizado, cada vida salva no trânsito, renovam-se as esperanças do legado que estamos construindo.

A partir das obras retomadas e dos contratos celebrados, o Brasil vem se tornando um grande canteiro de obras. Tenho certeza de que o setor de infraestrutura será, em futuro próximo, além de grande catalisador de empregos, importante alavanca para a ampliação da competitividade da economia, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento do país. Mesmo atravessando um ano tão desafiador e complexo como foi o de 2021, podemos olhar para trás, constatar o quanto se avançou no setor de infraestrutura e, conscientes de que ainda temos muito trabalho a realizar, nos encher de boas esperanças e expectativas pelos anos que virão.

Por fim, ressalto que este Relatório de Gestão, além de traduzir a estratégia de atuação do Ministério da Infraestrutura no cumprimento das respectivas atribuições constitucionais, apresenta nossa prestação de contas à sociedade de maneira objetiva, fidedigna e transparente.



1



Visão geral organizacional e ambiente externo



1.1 Identificação, missão e visão

O Ministério da Infraestrutura (MInfra) é o órgão central da Administração Pública Federal Direta responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais de trânsito e de transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário.

Ocupa-se, ainda, dentre outras atribuições: (i) da formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres e execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e das instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres; (ii) da formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais do setor de portos e das instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres; (iii) da participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimento em transportes; e (iv) da elaboração ou aprovação dos planos de outorgas, na forma prevista em legislação específica.

De forma geral, as competências do MInfra estão estabelecidas no art. 35 da Lei 13.844/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e no art. 1º, Anexo I, do Decreto nº 10.788, de 06 de setembro de 2021, que trata da estrutura regimental e do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério.

Em 2019, com a posse de Jair Bolsonaro na Presidência da República, foi criado o Ministério da Infraestrutura que sucedeu o extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e absorveu as atribuições do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) do então Ministério das Cidades. Com a edição do Decreto nº 10.788/2021, foi criada, no Ministério da Infraestrutura, a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), órgão máximo executivo de trânsito da União, a quem cabe exercer as competências estabelecidas no art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

Quando da atualização do planejamento estratégico para o período de 2019 a 2022 e da elaboração do correspondente Mapa Estratégico - aprovado pelo Comitê Estratégico de Governança (CEG) - o Ministério da Infraestrutura instituiu sua nova missão e visão:



1.2 Ambiente externo

Os órgãos públicos e privados estão sujeitos a variáveis externas que podem abalar a performance das suas atividades e a forma como são planejadas. Essas variáveis podem ser econômicas, políticas, ambientais, tecnológicas, legais e sociais. Mudanças significativas no ambiente externo, que normalmente está fora do controle da organização, podem impactar significativamente a execução da estratégia desenhada, forçando as entidades a se reinventarem.

A exemplo do ano passado, a pandemia do Coronavírus, variantes Delta e Ômicron, continua sendo o maior desafio a ser enfrentado pelos países no cenário internacional. Houve consequências para a saúde pública e para a economia, com redução da atividade em nível global, piorando as incertezas e aumentando a inflação causada pelo descompasso entre oferta e demanda em virtude da alta dos preços dos produtos.

Outro desafio global foi o gargalo de logística que deixaram as cadeias de suprimentos fora de sincronia, levando a bloqueios nos portos, escassez de uma variedade de produtos e aumento dos custos de exportação.

No panorama interno, além dos efeitos da pandemia do Coronavírus e suas variantes, a crise fiscal foi o principal fator de indefinições. Esse cenário é reflexo de uma série de fatores que envolve desde os gastos relacionados com a pandemia da Covid19, a demora no Congresso Nacional para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano e as restrições impostas pelo teto de gastos. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL os reflexos sociais decorrentes da crise do Covid19 se agravaram em 2021 e perdurarão ao longo de 2022.

Neste ano, como no anterior, a pandemia da Covid19 impactou significativamente a gestão do MInfra. O setor aéreo voltou a sofrer os impactos da expressiva queda na demanda pelos serviços de transporte aéreo e novas medidas emergenciais se fizeram necessárias para prestar o devido suporte aos passageiros e às companhias aéreas. Nesse sentido, por meio da edição da Lei nº 14.174/2021, que altera a Lei nº 14.034/2020, o Governo Federal promoveu a prorrogação do prazo de vigência das medidas emergenciais previamente adotadas para a aviação civil brasileira.

A estratégia adotada pelo MInfra foi a de transferir ativos para a iniciativa privada e manter a gestão eficiente dos recursos públicos no âmbito de um cenário de restrição fiscal. Pode-se afirmar que o Brasil possui o maior programa de parceiras de investimentos com a iniciativa privada de sua história. Programa que já é uma realidade e está em franca execução. Somente na área de infraestrutura de transporte, já foram realizados 74 leilões/prorrogações.

Com muito esforço e criatividade, o Governo Federal estabeleceu uma série de medidas emergenciais de apoio ao setor de aviação civil, dentre as quais se pode destacar: a postergação do prazo para pagamento das outorgas devidas pelas concessionárias de aeroportos; a alteração das regras de reembolso das passagens aéreas durante a pandemia e a extinção do adicional da tarifa de embarque internacional, que reduziu os custos incidentes sobre o setor.

As perdas, principalmente nas modalidades rodoviária e ferroviária, só não foram maiores por causa do bom desempenho do agronegócio, no qual em várias culturas foram registradas safras recordes.



1.3 Estrutura organizacional

A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, estabeleceu nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, na qual foi criado o Ministério da Infraestrutura, integrando atribuições do extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) do então Ministério das Cidades. No § 1º do art. 1º da Lei nº 13.844/2019, foi estabelecido que o detalhamento da organização dos órgãos de que trata essa Lei será definido nos decretos de estrutura regimental.

O decreto de estrutura organizacional do Ministério da Infraestrutura mais recente é o **Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021**. Tal normativo é fruto de atualizações de vários decretos, todos revogados: (i) Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; (ii) Decreto nº 9.684, de 14 de janeiro de 2019; e (iii) Decreto nº 10.368 de 22 de maio de 2020. A principal alteração do novo Decreto foi a transformação do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) em Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), agora integrante da alta administração do Ministério da Infraestrutura, que terá uma estrutura mais robusta composta por três Departamentos: (i) Gestão da Política de Trânsito; (ii) Segurança no Trânsito; e (iii) Regulação e Fiscalização.

As atualizações dos decretos citados, inclusive do atual Decreto nº 10.788/2021, decorreram de aprimoramentos da organização, com vistas a melhorar o desempenho institucional de modo a garantir o alcance dos objetivos estabelecidos com foco na geração de valor para a sociedade, e tiveram como pressupostos: (i) a melhoria das condições de funcionamento a fim de obter melhor desempenho no exercício de suas competências institucionais; (ii) o fortalecimento da capacidade institucional; e (iii) a mitigação dos riscos de sobreposição de competências identificados.

As responsabilidades do Ministério são compartilhadas com as suas entidades vinculadas, sendo algumas executoras (DNIT, VALEC, INFRAERO, EPL, APS, COMPANHIAS DOCAS) e outras regulatórias do setor (ANTT, ANTAQ e ANAC), assim classificadas:

a) Autarquias:

1. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
2. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
3. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); e
4. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

b) Empresas Públicas:

1. VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
2. INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária;
3. EPL - Empresa de Planejamento e Pesquisa;
4. Companhia Docas do Pará (CDP);
5. Companhia Docas do Ceará (CDC);
6. Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN);
7. Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA);
8. Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA);

9. Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ); e
10. Autoridade Portuária de Santos S. A. (Santos Port Authority - SPA).

Integram a estrutura básica do Ministério cinco Secretarias finalísticas:

1. Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC);
2. Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA);
3. Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT);
4. Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP); e
5. Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN).

e seis Conselhos/Comissões:

1. Conselho de Aviação Civil (CONAC);
2. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);
3. Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM);
4. Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (CONAERO);
5. Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS); e
6. Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres (CONATT).

O Ministro da Infraestrutura preside o Conselho de Aviação Civil (CONAC) e o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). O Conselho de Aviação Civil (CONAC) é órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação da política de ordenação da aviação civil. O CONTRAN é órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito. Ele elabora as diretrizes da Política Nacional de Trânsito e coordena todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

Por sua vez, o Ministério coordena os seguintes órgãos colegiados: i) Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM); ii) Comissão Nacional das Autoridades dos Portos (CONAPORTOS); iii) Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO); e Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres (CONATT).

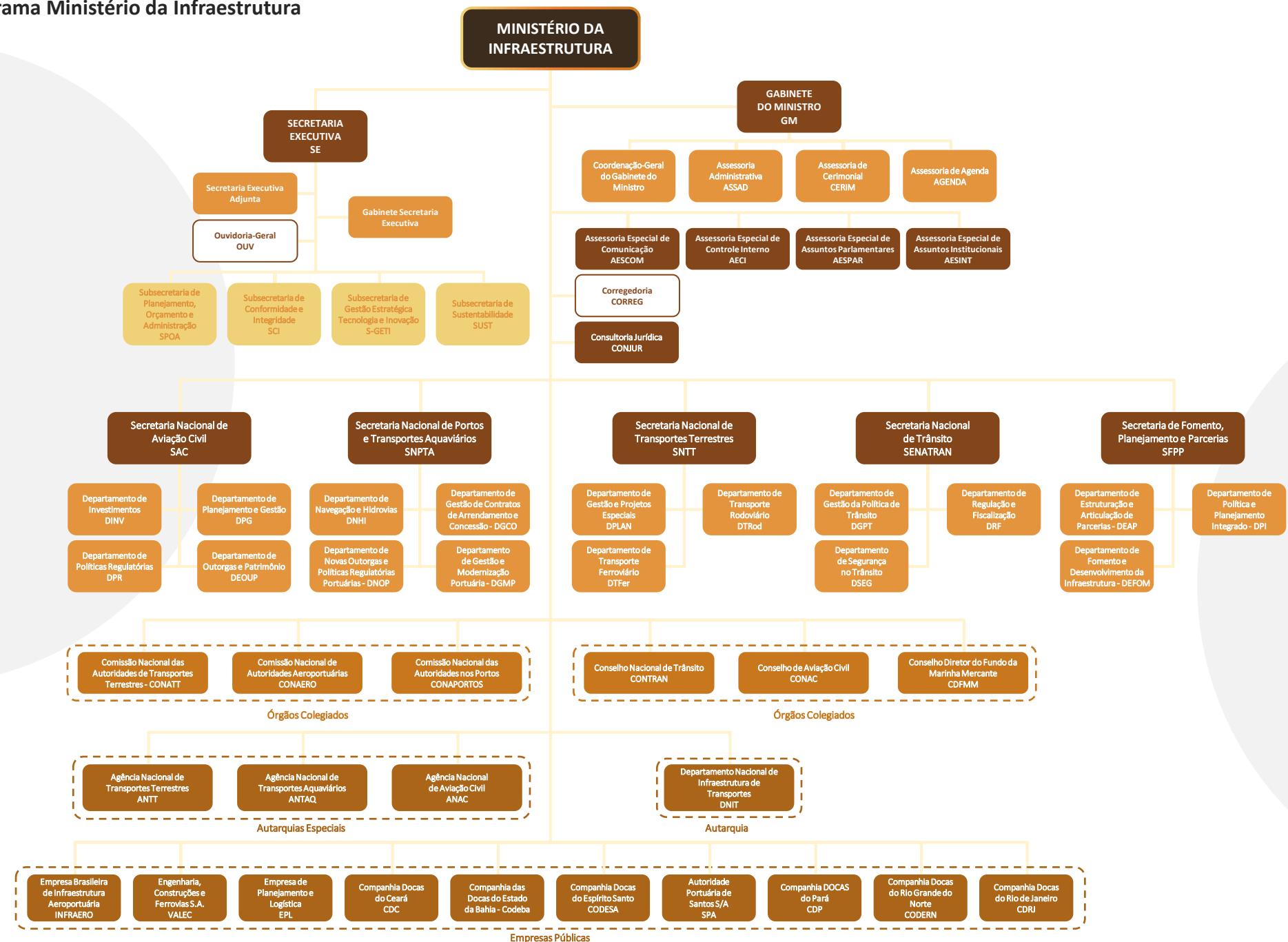
O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM é um órgão colegiado, de caráter deliberativo que tem por finalidade: i) supervisionar a arrecadação do Adicional de Frete da Marinha Mercante – AFRMM, a partilha e destinação do seu produto; ii) deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM; iii) deliberar sobre a concessão de prioridade de apoio financeiro do FMM; e iv) definir critérios para liberação dos recursos financeiros das contas vinculadas.

A Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias - CONAERO, a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - CONAPORTOS e a Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres - CONATT, são fóruns consultivos e deliberativos formados por órgãos do Governo Federal instituídos, no âmbito do Ministério da Infraestrutura, pelo Decreto nº 10.703, de 18 de maio de 2021, com a finalidade de propor, coordenar e avaliar medidas de eficiência relacionadas às atividades desempenhadas pelas entidades públicas nos aeroportos, nos portos e nas rodovias e ferrovias federais, respectivamente.

A CONAERO já existia desde 15 de agosto de 2011, por força do Decreto nº 7.554, devidamente revogado, da mesma forma ocorreu com a CONAPORTOS criada pelo Decreto nº 7.861, de 6 de dezembro de 2012, também revogado.

A figura a seguir apresenta o organograma contendo as unidades da Alta Administração do Ministério da Infraestrutura de acordo com o Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021.

Organograma Ministério da Infraestrutura



Perfil dos dirigentes



Ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas

Mestre em Engenharia de Transportes, Especialista em Gerenciamento de Projetos e Ciências Militares e Bacharel em Ciências Militares. Foi Secretário de Coordenação de Projetos do Programa de Parcerias e Investimentos da Presidência da República, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Diretor-Geral Substituto e Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.



Secretário Nacional de Aviação Civil Ronei Saggiore Glanzmann

Pós-graduado em Análise Macroeconômica e MBA em Mercado de Capitais, Economista do Banco Central do Brasil. Foi Gerente de Acompanhamento de Mercado na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e representou o Brasil no Painel de Estatística da Organização da Aviação Civil - OACI, foi Diretor do Departamento de Outorgas da então Secretaria de Aviação Civil - SAC/PR e Diretor do Departamento de Políticas Regulatórias da SAC/MTPA.



Secretário-Executivo Marcelo Sampaio

Mestre em Planejamento de Transportes com estudos em Avaliação de Vulnerabilidade de Infraestrutura de Transportes, pela Universidade de Brasília, Especialista em Economia no setor Público e MBA em Gestão Pública, Graduado em Engenharia Civil com ênfase no Setor de Transportes pela UnB. É Analista de Infraestrutura do Ministério da Economia. Foi Diretor do Departamento de Informações e Gestão Estratégica em Transportes do MInfra.



Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários Diogo Piloni e Silva

Engenheiro Civil, formado pela UnB e Especialista em Gestão e Engenharia Portuária pela UFSC. É Analista de Infraestrutura do Ministério da Economia, tendo atuado como Diretor na Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, na Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e na Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - SEPII.



Secretário-Executivo Adjunto Felipe Fernandes Queiroz

Mestre em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - EESP/FBV, Especialista em Gestão Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas - EBAPE/FGV e Geógrafo pela Universidade de Brasília. É Analista de Infraestrutura do Ministério da Economia, com experiência na Administração Pública tendo passado pelo IBGE, DNIT, MInfra entre outros Órgãos.



Secretário Nacional de Transportes Terrestre Marcello Costa

Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, Engenheiro Civil / Fortificação e Construção pelo Instituto Militar de Engenharia - IME; Especialista em Gerenciamento de Projetos pela FGV. Doutor em Engenharia de Transportes pela Universidade de Brasília. Certificado como Project Management Professional - PMP pelo PMI.



Secretário Nacional de Trânsito Frederico de Moura Carneiro

Engenheiro Civil pela Universidade de Brasília, Mestre em Transportes, com especialidade em Segurança no Trânsito, pela Universidade de Brasília. Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal, lotado na Seção de Delitos de Trânsito do Instituto de Criminalística, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, na Área de Trânsito, Transportes e Desenvolvimento Urbano e Diretor-Geral do DENATRAN.



Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias Natália Marcassa

Mestra em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Especialista em Transportes Terrestres pela Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro, graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Londrina, foi Secretária-Executiva do Ministério dos Transportes, Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República.

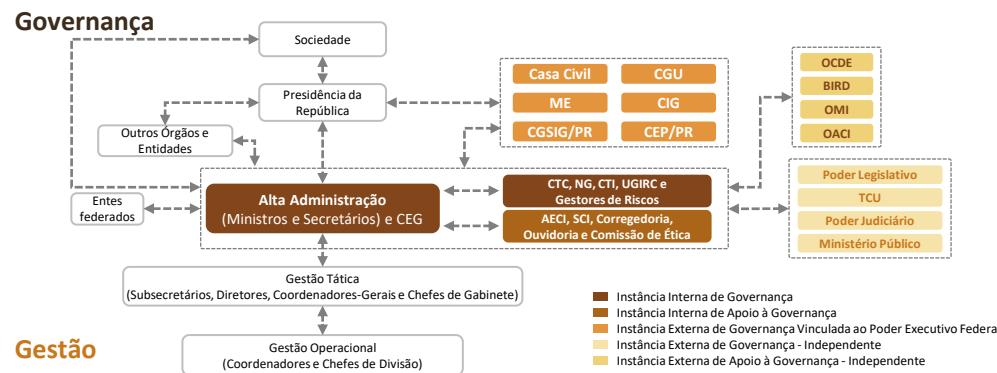
1.4 Estrutura de governança

Governança Pública é definida pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Cada vez mais a sociedade tem demandado dos governantes racionalização dos gastos públicos, equilíbrio fiscal, estabilidade monetária e investimentos em infraestrutura, saúde, educação, mobilidade urbana, habitação e segurança. A boa governança nas organizações públicas contribui para a superação desses desafios.

São princípios da governança pública, conforme o art. 3º do Decreto 9.203/2017: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência.

O modelo de governança Corporativa do Ministério da Infraestrutura, representado abaixo, apresenta os diversos atores envolvidos nas funções de governança e gestão e como eles se relacionam. Tem como base as referências de melhores práticas, incluindo o Referencial Básico de Governança do TCU, aplicável aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal.



A figura a seguir esquematiza a **interação das instâncias de governança do MInfra** e como os mecanismos de gestão de riscos, transparência, *accountability*, controles internos, integridade, entre outros, relacionam-se para garantir efetividade e amplitude à governança do órgão.



Figura 3 - Estrutura de Governança MInfra

São instâncias de Governança do MInfra, conforme o disposto na Portaria nº 55, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre a Política de Governança da Pasta:

Comitê Estratégico de Governança - CEG/MInfra, composto pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, pelo Secretário-Executivo, pelos titulares das Secretarias Finalísticas e das Subsecretarias vinculadas à Secretaria-Executiva. Atua como instância deliberativa, exercendo o papel de orientar, incentivar, apoiar, promover, supervisionar e recomendar as iniciativas e ações estratégicas de Governança

Comitê Técnico de Governança - CTG/MInfra, composto por representantes da Secretaria-Executiva, das Subsecretarias a ela vinculadas e das demais Secretarias Finalísticas, indicados por seus respectivos titulares. Trata-se de instância supervisora e propositiva, à qual compete estimular, disseminar, apoiar, avaliar e orientar as demais instâncias no cumprimento das determinações, recomendações e orientações emanadas pelo CEG, bem como propor e submeter, à instância deliberativa, ações, iniciativas e procedimentos referentes à Governança.

Comitê Técnico de Integridade - CTI/MInfra, composto pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, pelo Titular da Subsecretaria de Conformidade e Integridade, pelo Corregedor, pelo Ouvidor-Geral e pelo Presidente da Comissão de Ética. Trata-se de instância de suporte técnico às instâncias deliberativa (CEG), supervisora (CTG) e operacionais (UGIRC e Gestores de processos), com os seguintes papéis: prestar assessoria sobre as iniciativas e ações necessárias à Integridade e à Transparência. No tocante às instâncias operacionais, orientar, mapear, estimular e disseminar a forma de atuação e prevenção neste campo da Governança.

Núcleo de Governança - NG/MInfra, composto por servidores com conhecimentos em temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão, vinculados à Secretaria Executiva, à Assessoria Especial de Controle Interno e à área responsável pelo Planejamento Estratégico. Também de suporte técnico, compete orientar todas as instâncias no campo da Gestão de Riscos e da melhoria constante dos mecanismos de Controle Interno.

Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC/MInfra, compostas, em cada Secretaria e Subsecretaria do Ministério, pelo dirigente máximo e por servidores designados pelo titular da Unidade, com conhecimentos nos temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão. São as instâncias de execução no nível operacional. A estas compete propor e apresentar iniciativas e ações de Governança às instâncias superiores e promover, adotar, identificar, mapear, gerir e executar as ações de Governança no tocante aos seus riscos, à melhoria constante dos mecanismos de controle interno, ao aperfeiçoamento da transparência e à integridade operacional.

Gestores de Processos de Gestão, que correspondem a todo e qualquer responsável pela execução de determinado processo de trabalho, inclusive sobre a gestão de riscos.



1.5 Cadeia de valor

Em 2020, a Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação concluiu o mapeamento da Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Infraestrutura, modelo estratégico que permite entender como os processos desenvolvidos na Pasta interagem entre si, a fim de cumprirem sua missão gerando valor à sociedade. Iniciada em junho de 2020, a construção da CVI foi elaborada a partir de entrevistas por videoconferência e reuniões com servidores das unidades finalísticas da Pasta e das entidades vinculadas.

O Mapeamento da Cadeia de Valor foi uma das ações decorrentes do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGOV), instituído pelo Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, que altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, estabelecendo medidas de eficiência organizacional para a modernização das estruturas regimentais e o aprimoramento da gestão estratégica nos órgãos integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Macroprocessos Gerenciais



Macroprocessos Finalísticos



Missão do MInfra

Proporcionar infraestrutura viária integrada e confiável para mobilidade segura e eficiente de pessoas e bens, com vistas ao aumento da competitividade nacional

Valor Público

- ✓ Competitividade econômica
- ✓ Escoamento célere da produção nacional
- ✓ Logística eficiente da importação e exportação
- ✓ Segurança na infraestrutura de transportes
- ✓ Mobilidade interurbana de pessoas e cargas
- ✓ Proteção no trânsito

Macroprocessos de Suporte



1.6 Políticas e programas de governo

1.6.1 Política e planejamento

No que se refere ao planejamento de transporte, consta do Plano Plurianual 2020 - 2023 três programas temáticos com seus respectivos objetivos e metas: aviação civil; transporte aquaviário e transporte terrestre e trânsito. Informações sobre os atributos dos programas estão disponíveis no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Neste Relatório será divulgado no subitem 3.3.1 - Os resultados alcançados desses programas frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão.

O MInfra desenvolve políticas públicas relacionadas às suas competências, entre elas, destaca-se a Política Nacional de Transportes - PNT (Portaria GM nº 235, de 28 de março de 2018). Pode-se afirmar que é o documento de mais alto nível para o setor de transporte do país, em que estão estabelecidos os princípios, objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do Planejamento Integrado do Ministério da Infraestrutura.

O Planejamento Integrado de Transportes – PIT (Portaria GM nº 123, de 21 de agosto de 2020) contempla os subsistemas federais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário, e as ligações viárias e logísticas entre esses subsistemas.

O PIT é composto pelo Plano Nacional de Logística 2035 (PNL) desenvolvido pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), em parceria com a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP e pelos Planos Setoriais específicos de cada modo de transporte.

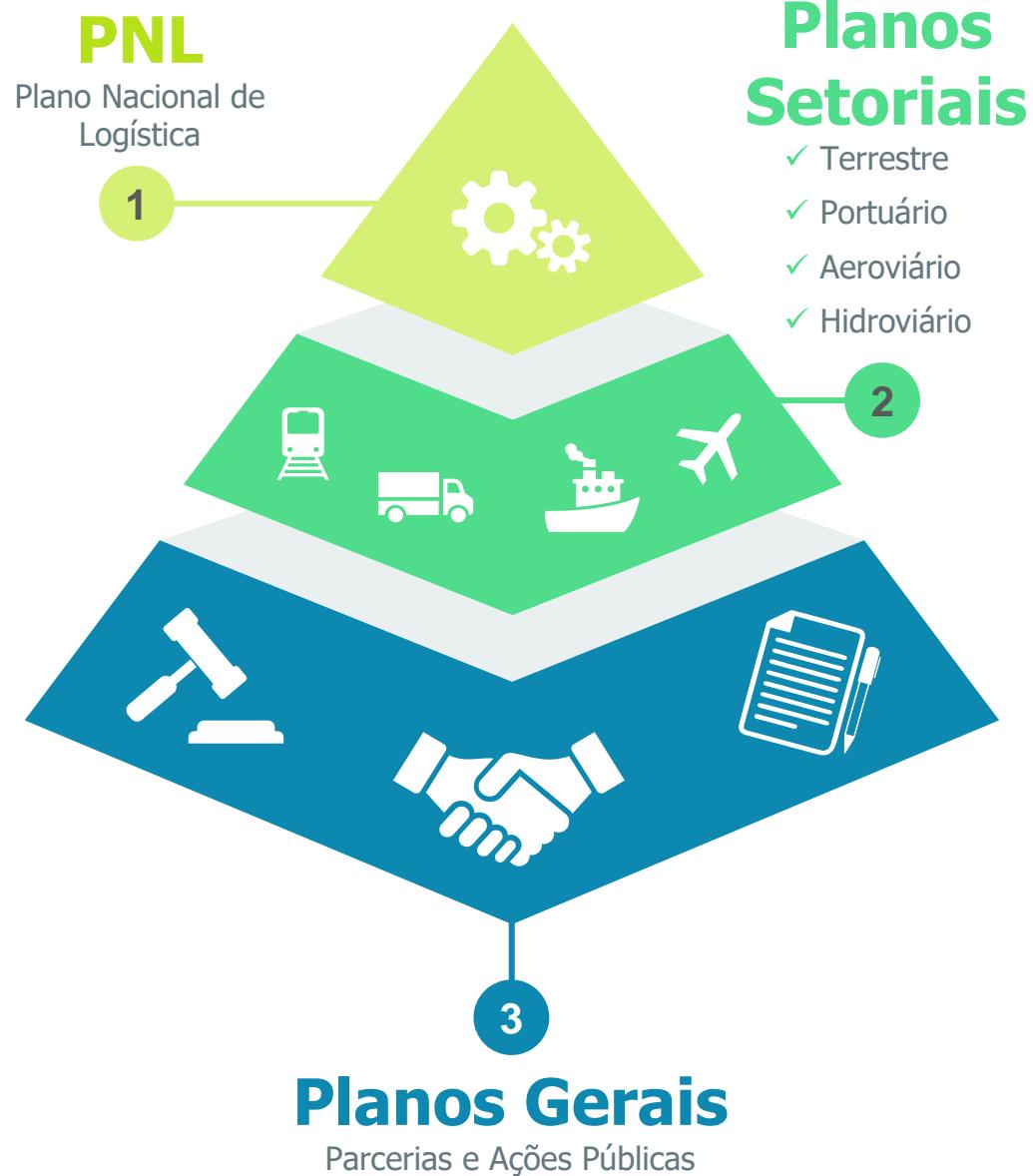
O Plano Nacional de Logística 2035 traça uma visão estratégica da rede de transporte no futuro e, pela primeira vez, integra todos os modos de transporte. Um dos principais objetivos do PNL 2035 é a transformação da matriz de transporte do Brasil para torná-la mais racional e sustentável.

Esse Plano utiliza os objetivos estabelecidos na PNT para desenvolvimento da metodologia de avaliação de cenários futuros, de modo que, para cada cenário futuro, será possível verificar o quão próximo o sistema de transporte estará em relação à acessibilidade, à eficiência, à confiabilidade, à segurança, à racionalidade da matriz modal, à integração internacional, ao impacto do transporte no desenvolvimento socioeconômico regional e ao atendimento às demandas de defesa e segurança nacionais.

O PNL 2035 foi aprovado pelo Comitê Estratégico de Governança do MInfra por meio da Resolução GM/MInfra nº 6/2021. O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos-CPPI também aprovou, em 16 de dezembro de 2021, sua adoção, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, (Resolução CPPI nº 211/2021).

Na versão do PNL aprovada em 2021, são apontados cenários com previsão de investimentos de até R\$ 789 bilhões, para atender as necessidades e aproveitar as oportunidades do setor.

Os Planos Setoriais, de nível tático (Terrestre, Portuário, Hidroviário e Aeroviário), indicarão as iniciativas a serem executadas com recursos públicos ou por meio de parcerias com a iniciativa privada. Cada um dos quatro Planos Setoriais deve indicar, essencialmente, de que forma serão tratadas as necessidades e aproveitadas as oportunidades de oferta de capacidade dos subsistemas de transportes constantes no PNL, contemplando seus respectivos planos setoriais de parcerias e de ações públicas. Para orientar a elaboração dos Planos Setoriais foi publicado Guia Orientativo do Planejamento Tático Federal de Transportes.





O Guia apresenta orientações gerais aplicáveis ao desenvolvimento dos Planos Setoriais Táticos que devem ser publicados até o final do terceiro ano de execução do Plano Plurianual - PPA, em atendimento ao Planejamento Integrado de Transportes (Portaria GM/MInfra nº 123/2020 e Portaria GM/MInfra nº 792/2021), que é composto também pelo Plano Geral de Parcerias e o Plano Geral de Ações Públicas.

O Plano Setorial de Transporte Terrestres - PSTT, de nível tático, faz a conexão entre o PNL e as ações do Ministério da Infraestrutura no que tange ao modo rodoviário e ferroviário.

O Plano Setorial de Transportes Terrestres – PSTT é responsável por delimitar, de forma mais assertiva as iniciativas setoriais que, em curto e médio prazo, balizarão as ações do Ministério da Infraestrutura e de suas entidades vinculadas no que tange aos modos de transportes terrestres.

Em 2021, foram realizadas, no âmbito do desenvolvimento do PSTT, as seguintes etapas: (i) finalização da consulta pública sobre as Iniciativas Táticas Setoriais; (ii) relatório das Diretrizes Setoriais; (iii) realização de webinar sobre a conclusão da 1^a etapa; (iv) Criação de Grupo Técnico de Apoio Conjunto – GTAC; (v) Realização de Plano de Trabalho com a EPL para consecução da 2^a etapa; e (vi) Realização de Acordo de Cooperação com Fundação Dom Cabral para apoio nas análises e elaboração da 2^a etapa.

Em 2022, serão desenvolvidas ações para execução da 2^a etapa desse Plano, incluindo análise dos cenários apresentados pelo PNL, com definição de metodologia, indicadores e metas que comporão a relação de infraestruturas de transportes terrestres para o tratamento com recursos públicos e aqueles voltados à outorga e ao estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.

Outro plano setorial de destaque é o PAN - Plano Aerooviário Nacional, instituído pela Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018, consolida as ações de planejamento para o setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil e orienta o seu desenvolvimento no médio e no longo prazos, de modo a colaborar para o alcance dos objetivos do setor estabelecidos na PNAC.

Os planos Setoriais fazem a conexão entre o PNL e as ações do MInfra, indicando as iniciativas que deverão ser estudadas em detalhe, seja para execução com recursos públicos ou por meio de parcerias com a iniciativa privada.

1.6.2 Principais programas do MInfra

O Ministério da Infraestrutura tem atuado em consonância com seu planejamento estratégico para resgatar o profundo déficit de infraestrutura de transportes do Brasil que foi acumulado nas últimas décadas. E o projeto é ousado, haja vista que o objetivo é consolidar o país como líder e referência em infraestrutura na América Latina.

A estratégia adotada tem como foco 4 diretrizes principais: a transferência maciça de ativos para a iniciativa privada; a gestão eficiente dos recursos públicos no âmbito de um cenário de restrição fiscal; a repactuação de contratos de concessões firmados nas administrações anteriores que atualmente apresentam relevantes passivos; e a formatação de uma carteira de projetos para execução futura.

Neste tópico destacaremos alguns programas e ações em que o Ministério da Infraestrutura tem priorizado.

Modernização de Rodovias Federais

Em 2021, foi editado o Decreto nº 10.648, de 12 de março, instituindo a política de modernização da infraestrutura federal de transporte rodoviário bem como a Portaria nº 512, de 29 de abril de 2021, instituindo no âmbito do MInfra e de suas vinculadas, o Programa de Modernização das Rodovias Federais, o inov@BR.

O Programa baseia-se em 3 eixos de atuação, quais sejam, segurança viária, fluidez e tecnologia, objetivando elevar o padrão de segurança nas rodovias federais, melhorar a fluidez das vias, proporcionando eficiência logística, modernizar as principais rodovias federais e aprimorar processos, procedimentos, instrumentos regulatórios e recursos técnicos.

O inov@BR está em fase de implementação e para 2022 espera-se que ANTT e DNIT apresentem iniciativas (estruturais ou estruturantes) para compor a carteira de projetos.

Transporte Ferroviário de Passageiros

O MInfra realizou em 2021 ações de alinhamento e integração com o setor, para formular política pública e elaborar um Plano para o desenvolvimento do transporte ferroviário de passageiros.

Especialmente para a continuidade do estabelecimento da política pública, foi renovado o Acordo de Cooperação entre MInfra e a Associação Nacional de Transportadores de Passageiros sobre Trilhos - ANPTrilhos com o objetivo de evoluir e concluir os trabalhos que culminarão com a edição do ato institucional que definirá as diretrizes que irão orientar as estratégias para evolução do setor. Assim, a proposta de institucionalização da política foi colocada em Consulta Pública em dezembro de 2021 na Plataforma Participa + Brasil.

Em consonância ao tema, também está em elaboração o Plano de Desenvolvimento do Transporte Ferroviário de Passageiros - PDTFP, com o intuito de promover a evolução do transporte ferroviário de passageiros no país, constituindo-se, assim em importante instrumento de implementação da política.

Para o Plano de Desenvolvimento do Transporte Ferroviário de Passageiros, foi celebrado em agosto de 2021 um Termo de Execução Descentralizada, firmando parceria junto à Universidade Federal de Santa Catarina com a finalidade de prestar apoio técnico à SNTT na elaboração de estudos afetos ao PDTFP e ao programa de autorizações ferroviárias.





Medida Provisória nº 82

A lei nº 13.298, de 20 de junho de 2016 determinou à União a reincorporação de 10.007 km de rodovias federais que tinham sido transferidas pela Medida Provisória nº 82 (MP 82/02).

Em 2021, a extensão de 2.540,1 km referente à malha dos Estados de Roraima, Maranhão, Tocantins, Rondônia, Goiás e Amazonas foi reincorporada, perfazendo um total de 9.791,7 km (97,8%) reincorporados.

Em 2022 pretende-se reincorporar a extensão de 215,3 km referente à malha rodoviária do Estado do Piauí e assim, finalizar o processo de reincorporação das rodovias estaduais à malha federal.

Transporte rodoviário de cargas

O ano de 2021 foi marcado pela adoção de um conjunto de medidas visando prover melhores condições de trabalho para os operadores do transporte rodoviário de cargas.

Passo decisivo nesse sentido ocorreu com a Publicação do Decreto Nº 10.702, de 18 de maio de 2021, que instituiu o Programa “Gigantes do Asfalto”, que tem o objetivo de estabelecer a atuação conjunta de órgãos públicos na execução de medidas voltadas a saúde e educação dos caminhoneiros, renovação de frota, estabilidade e eficiência do mercado de fretes, reduzir a burocracia, otimizar e informatizar processos, entre outros aspectos.

A consecução desses esforços interinstitucionais será articulada pela Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres (Conatt), também criada e efetivamente instalada neste ano de 2021. Esse colegiado, ao promover a integração física e operacional dos modos de transportes terrestres, buscará incentivar as ações estratégicas definidas para o setor de transporte rodoviário de cargas, inclusive o de caráter internacional.

Ainda na dimensão do Transporte Rodoviário de Cargas, relevantes iniciativas acompanhadas ou coordenadas pela SNTT foram implementadas, a exemplo da flexibilização da medição do peso de veículos de transporte de carga e de passageiros por eixo, mediante a ampliação da tolerância de 10 para 12,5% e o estabelecimento de condições específicas para a pesagem de veículos com Peso Bruto Total de até 50 t. Tais inovações foram trazidas, respectivamente, com a edição das Leis nºs 14.206 e 14.229, ambas de 2021.

Grande impulso foi obtido neste ano no processo de certificação de Pontos de Parada e Descanso - PPD, o qual foi aprimorado e intensificado, resultando no credenciamento pela SNTT de 102 dessas instalações que propiciam ao caminhoneiro condições adequadas de permanência e cumprimento de jornada de trabalho, em todo o Brasil. O profissional do TRC pôde contar também com novas funcionalidades na Plataforma InfraBR, pois além de consultar a localização e os serviços oferecidos por cada um dos PPD, também é possível obter nesse aplicativo as versões digitais da CNH e do CRLV, efetuar o cálculo atualizado dos pisos mínimos de frete e acessar serviços de parceiros.

Para o próximo ano, seguirão em desenvolvimento as ações contempladas no Programa “Gigantes do Asfalto”; serão, ademais, estabelecidas novas cooperações voltadas à promoção da saúde do caminhoneiro e a melhorias nas condições econômicas e competitividade do setor, impulsionada a adoção de sistemática de pesagem veicular mais eficiente – na velocidade da via e sem a necessidade de parada do veículo fiscalizado, implementadas novas funcionalidades para os usuários do InfraBR e realizada nova edição do Fórum Permanente do Transporte Rodoviário de Cargas – “Fórum TRC”, em um novo formato.



Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE-combustível)

A CIDE-combustível foi instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, a União repassa aos Estados e ao Distrito Federal parte dos recursos arrecadados, conforme percentual de distribuição calculado pelo Tribunal de Conta da União, para serem aplicados, obrigatoriamente, no financiamento de programas de infraestrutura de transportes dos respectivos Estados e DF.

Nesse sentido, o papel do MInfra, em relação a CIDE-combustível, é verificar a conformidade dos programas de trabalho propostos por cada unidade da federação, o qual contém a descrição dos projetos de infraestrutura de transportes, os respectivos custos unitários e totais e os cronogramas financeiros correlatos, visando a utilização em programas de infraestrutura de transportes dos recursos, em percentual definido pelo TCU, destinados a cada ente da federação.

Em 2021, os recursos repassados pelo Governo Federal às 27 Unidades da Federação foram de cerca de R\$ 334,4 milhões, para serem utilizados nos programas de trabalho em empreendimentos que atendam ao Planejamento Integrado de Transportes. Dentre os investimentos realizados foram contemplados projetos e obras de construção, restauração, duplicação e conservação de grandes extensões de trechos rodoviários estaduais, além de outras modalidades, que possuem ligação com o sistema rodoviário federal, com os Corredores Logísticos Estratégicos ou atendem a ligações intermodais.

Para 2022, cerca de R\$ 272,8 milhões deverão ser destinados para os Programas de Trabalho dos Estados e DF, conforme PLOA 2022 – revisão II.



Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

InfraBR

Aplicativo gratuito via celular com as principais funcionalidades do dia a dia dos **Caminhoneiros!**

Novos Módulos

- Serviço de mensageria**
- Cálculo de piso mínimo de frete.**
- Redirecionamento para conteúdos externos**



- Acesso ao CRLV e CNH digital**
- Informações sobre Pontos de Parada e Descanso - PPD's**



Programa Gigantes do Asfalto

Estabelecido pelo Decreto nº 10.702/2021 é instrumento de:

- ✓ Coordenação
- ✓ Articulação
- ✓ Incentivo a programas, projetos e iniciativas

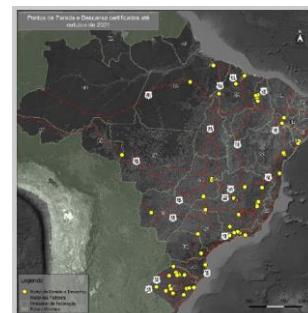
O Programa é destinado à promoção da saúde e do bem-estar, ao desenvolvimento, à profissionalização, ao fomento e ao enfrentamento aos problemas que afetam o setor de transporte rodoviário de cargas, em especial o transportador autônomo de cargas.



Pontos de Parada e Descanso - PPD



Certificação de **102** PPD's em diversas regiões do Brasil.



Informações sobre os PPDs estão disponíveis no aplicativo InfraBR.

CONATT

Instituída pelo Decreto nº 10.703/2021, a **Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres - CONATT** tem por objetivo integrar entidades do setor e afins para debater melhorias e soluções para os modos rodoviário e ferroviário. Em 2021 foram instituídos 3 Comitês Técnicos para analisar temas específicos e acompanhar suas ações.





Centro de Excelência Ferroviária

São unidades que serão qualificadas pelo MInfra e voltadas ao desenvolvimento de pesquisas, centro de testes e simuladores, consultorias, capacitações e treinamentos para atendimento do setor ferroviário nacional.

Em **15 de julho de 2021**, foi assinado Memorando de Intenções com o Estado de Goiás para viabilizar o primeiro centro em Anápolis-GO, estando prevista a constituição deste projeto ainda em 2022.



Ações de desfazimento de material rodante de pátios ferroviários:

Após longa implementação de agenda regulatória, a ação de desfazimento foi iniciada em **setembro 2021**, sendo a Rumo Malha Paulista a primeira concessionária a ter o processo de desfazimento de bens aprovado.



Reserva Técnica Ferroviária

Por meio da ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho da Reserva Técnica Ferroviária (GT-RT), instituído pela Portaria do Ministério da Infraestrutura nº 183, de 08 de dezembro de 2020, foi proposto o aperfeiçoamento do instituto da Reserva Técnica Ferroviária para a destinação adequada dos imóveis ferroviários considerados prioritários pela Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT) do MInfra.

Os trabalhos foram concluídos em **novembro de 2021** tendo como principais resultados:

- Envio de modificação normativa ao Ministério da Economia, com a proposta de alteração do Decreto nº 7.929/2013;
- Ratificação da atual listagem de bens imóveis que serão objeto de reserva técnica;
- Proposta de ações visando a definição da vocação logística para classificação dos bens imóveis;
- Proposição de ações visando a continuidade dos trabalhos do GT-RT, como envio ao Ministério da Economia de minuta de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o DNIT e a SPU; e
- Proposta de comitê permanente, se, em última instância, não prosperarem as alterações normativas no Decreto nº 7.929/2013.



Programa PRO TRILHOS

76

requerimentos de autorização ferroviária recebidos

19,1 mil km

propostos de ferrovias

R\$ 224,44 bilhões

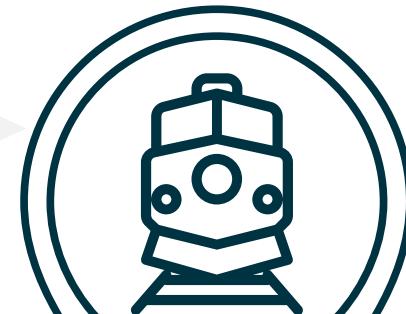
investimentos previstos

2,6 milhões

novos postos de trabalho esperados, diretos e indiretos



Criação do
Programa de
Autorizações
Ferroviárias



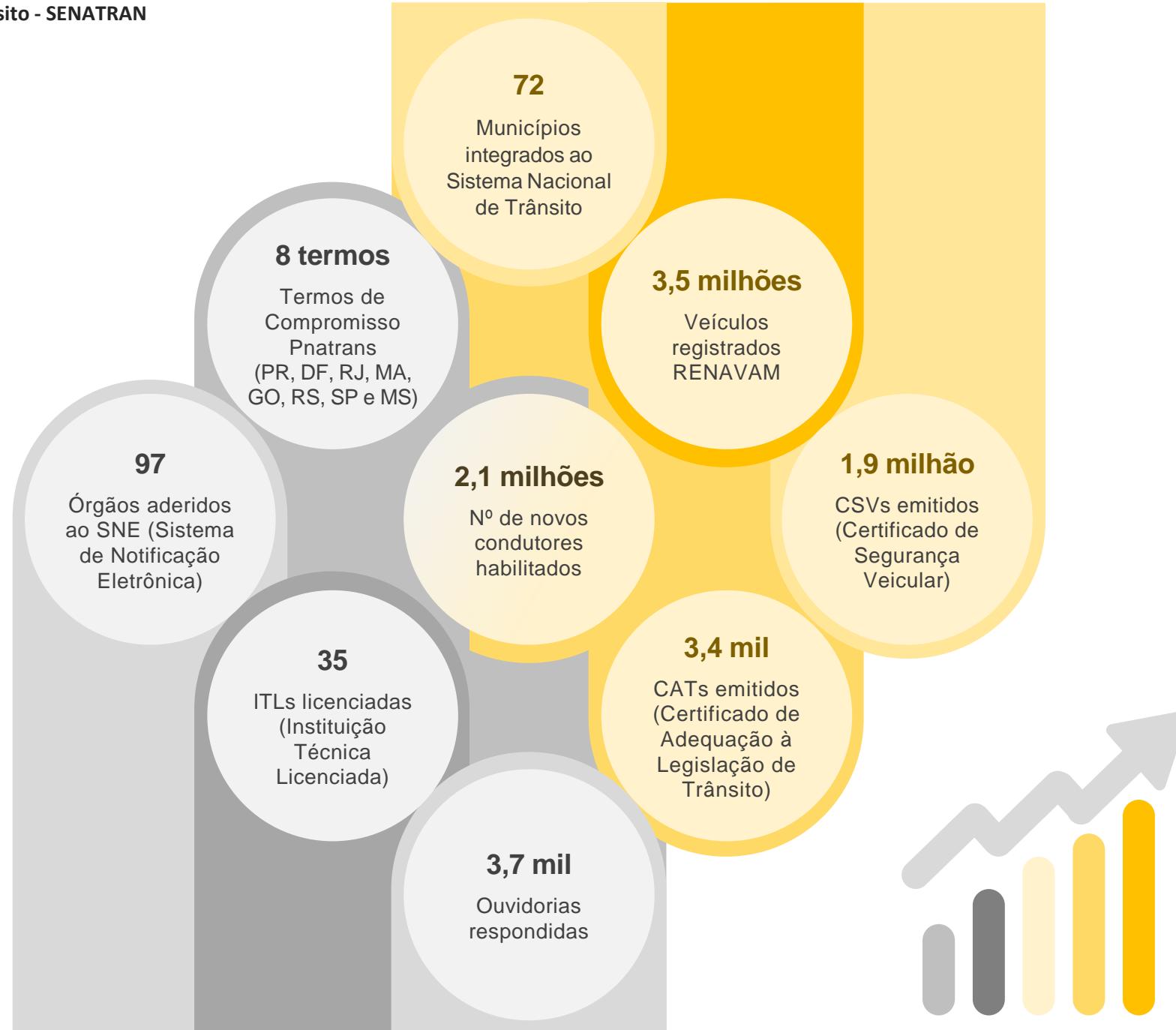
PRO TRILHOS
O BRASIL CHEGANDO MAIS LONGE

O Brasil chegando mais longe

Autorregulação
ferroviáriaAdaptação de
concessão para
autorizaçãoCriação do
instituto da
outorga por
autorizaçãoNovo marco
regulatório
ferroviárioSimplificação
de projetos
associados↓ Diminuição
do custo de
transporte
\$↓ Diminuição
na emissão
de CO2
leaf icon↑ Modernização
da malha
ferroviária
nacional
gear icon



Secretaria de Nacional de Trânsito - SENATRAN



Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Panorama Transportes

O setor de transportes conta agora com a ferramenta online “Panorama Transportes”, que apresenta mensalmente indicadores de desempenho divididos em:

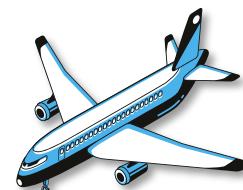
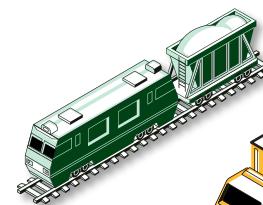
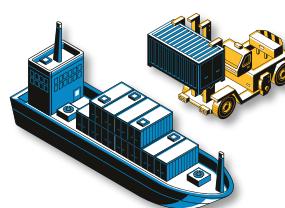
Transporte e movimentação

Tráfego e segurança

Indicadores socioeconômicos



O Panorama Transportes pode ser consultado tanto por Painel Analítico interativo, quanto em versão PDF.



Bases Geográficas de Transportes na INDE

Modos rodoviário e aquaviário



Aeroviária



Rodoviária



Aquaviária

Foram disponibilizados na nuvem (nó central) da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) as bases e os metadados contendo informações de rodovias federais, aeródromos civis públicos e privados, instalações portuárias, vias economicamente navegadas, linhas de travessia aquaviárias federais, poligonais portuárias, hidrovias, linhas de cabotagem e navegação de longo curso. As bases do modo ferroviário deverão ser disponibilizadas no decorrer de 2022.

O domínio das ferramentas de disponibilização vem sendo aperfeiçoado, com avanço na organização das bases georreferenciadas e promoção da estruturação dessas bases no ambiente de TI (nó próprio), o que facilita a gestão e o acesso dos interessados: INDE, usuários internos, comunidade acadêmica, e sociedade.

Banco de Informações de Transportes - BIT

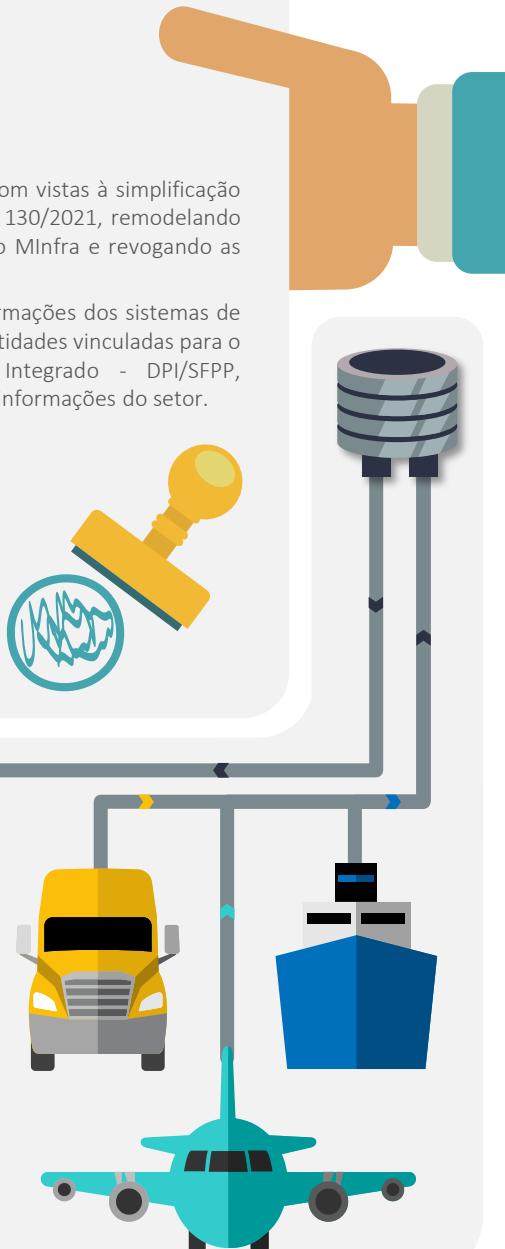
Nova portaria

Em atendimento ao Decreto nº 10.139/2019 e com vistas à simplificação normativa, publicou-se a Portaria GM/MInfra nº 130/2021, remodelando o Banco de Informações de Transportes - BIT do MInfra e revogando as antigas portarias que tratavam do tema.

A nova norma disciplina o fornecimento de informações dos sistemas de transportes pelos órgãos do MInfra e por suas entidades vinculadas para o Departamento de Política e Planejamento Integrado - DPI/SFPP, aperfeiçoando e ampliando a disponibilização de informações do setor.



Banco de Informações de Transportes





Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

GT CONINV

Grupo de Trabalho do Comitê Nacional de Investimentos

Com o objetivo de atrair investimentos para Infraestrutura no Brasil, serão revisados 45 normativos regulatórios atinentes aos quatro modos de transportes. Foi aplicado questionário aos órgãos federais, no modelo utilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, que reflete a visão dos investidores sobre questões e desafios que afetam o investimento privado em infraestrutura, buscando propostas de ações para tratá-las.

CONINV

Comitê Nacional de Investimentos

Resolução

Investidores

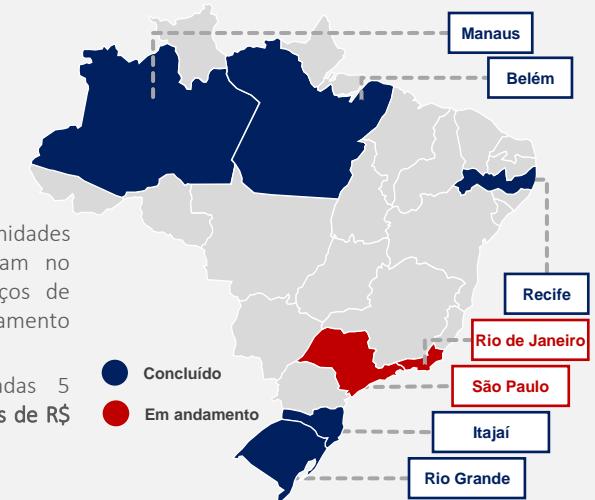
Ações

Câmara de Comércio Exterior - CAMEX

Encerramento de Unidades Regionais DEFOM

Os trabalhos de fechamento das unidades regionais, iniciados em 2015, resultaram no encerramento das unidades dos Serviços de Arrecadação-SERARR's, e no remanejamento dos respectivos servidores.

Entre 2020 e 2021, foram encerradas 5 unidades, ocasionando **redução de custos de R\$ 7,7 milhões**.



Sistema de Gestão do Fundo da Marinha Mercante



Está em desenvolvimento o módulo 1 “Consulta Prévia e Acompanhamento de Projetos”, que produzirá maior agilidade aos solicitantes de aprovação de projetos para obtenção de financiamento com recursos do FMM, como também a digitalização dos processos operacionais com ganhos de eficiência na gestão por parte da Administração Pública e do Conselho Diretor do FMM.



Jornada do usuário para solicitação de REIDI e Debêntures

Foi implantado o sistema de solicitação via web, ocasionando a redução do prazo de análise dos pleitos de 160 para 35 dias.

Essa inovação visa melhorar a experiência digital dos usuários nos processos de solicitação e aprovação de projetos de REIDI e Debêntures.

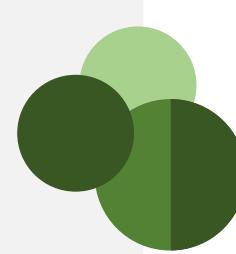
Transformação Digital Experiência Digital



Subsecretaria de Sustentabilidade - SUST

Diretrizes e Agenda de Sustentabilidade 2020-2022

As Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura consolidam a responsabilidade socioambiental, climática e territorial da pasta em todas as suas ações. Planejadas e implementadas por meio de ações sinérgicas e integradas, são monitoradas pelo Comitê de Gestão Ambiental (COGEA) e Comitê de Gestão Territorial (COGET), formados por representantes das unidades do Ministério e de suas entidades vinculadas, sendo um balizador de sustentabilidade na formulação e implementação de políticas, planos e programas de infraestrutura de transportes.

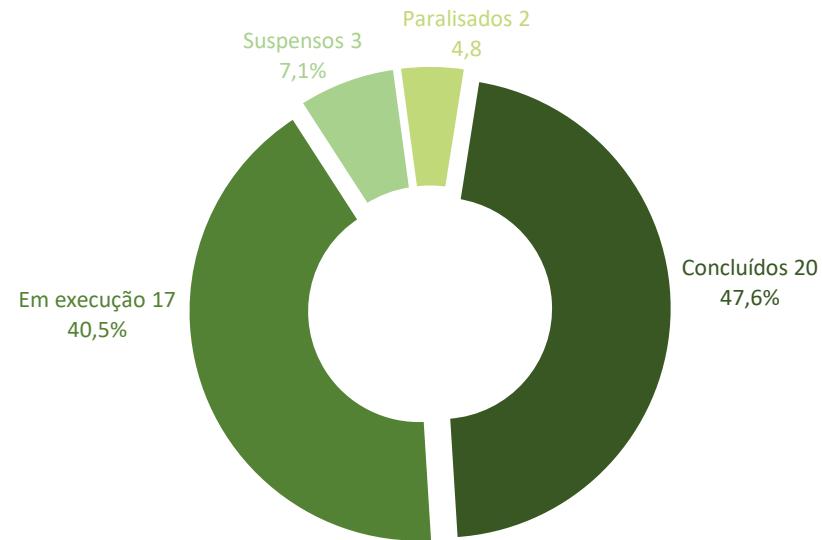


Apoio da SUST

O apoio, gestão e o acompanhamento das políticas, planos, programas e ações referentes ao atendimento às Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura é realizado pela Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST) junto a todas as unidades e entidades vinculadas, incluindo o desenvolvimento de normativos, estruturação de projetos, realização de capacitações, procedimentos de licenciamento e regularização ambiental e gestão dos assuntos afetos à temática socioambiental, de mudança do clima e territorial.



A Agenda de Sustentabilidade tem caráter operativo e com atualização periódica. Sua execução é esforço contínuo do MInfra e suas entidades vinculadas. Os resultados atingidos incluem o desenvolvimento de infraestruturas de transportes sustentáveis. A Agenda de Sustentabilidade 2020-2022, originalmente, definiu 120 iniciativas divididas nas 15 linhas de ações, e 51 ações. Na Central de Projetos do Ministério, do total de iniciativas, 42 formam o Portfólio de Projetos da Agenda 2020-2022, com iniciativas da ANAC, ANTAQ, ANTT, DNIT, EPL, Infraero, Valec e da Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST), sendo que 20 já estão concluídas, 17 estão em execução, 3 foram suspensas e 2 estão paralisadas.



A Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST) realiza o apoio às entidades vinculadas e o monitoramento constante do avanço dos projetos.



Subsecretaria de Sustentabilidade - SUST

Desburocratização e Novos Normativos

A necessária desburocratização passa pela elaboração de novos normativos mais adequados à realidade atual e com o propósito de simplificar, ou consolidar, entendimentos para as áreas do MInfra e suas entidades vinculadas.

 **Portaria Interministerial GM/MInfra nº 1/2020**, que trata de procedimentos para regularização ambiental de rodovias federais pavimentadas

 **Portaria GM/MInfra nº 270/2021**, que estabelece diretrizes para a regularização, a fiscalização, a exploração e a gestão de informações relativas às faixas de domínio das vias federais integrantes do Sistema Nacional de Viação - SNV.

 **Instrução Normativa GM/MInfra nº 2/2021**, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a publicação de atos declaratórios de utilidade pública no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

 **Despacho nº 13/2021/MInfra**, que uniformiza a tese sobre fiscalização e desapropriações dentro dos limites das faixas de domínio e não edificável.

Licenciamento Ambiental

 Publicação de proposta de termo de referência para elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA/Rima)

 Padronização de conteúdo para execução de programas ambientais rodoviários, ferroviários e portuários

 Diretrizes para gestão e regularização de faixas de domínio e faixas não edificáveis em rodovias e ferrovias federais

 Estabelecimento de diretrizes e mapeamento de procedimentos para emissão de declaração de utilidade pública para desapropriações

 Apoio à estruturação dos aspectos socioambientais e territoriais em projetos de concessão



Apoio da SUST

O apoio e o acompanhamento da Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST) nos planos, políticas e ações referentes a licenciamento ambiental e na realização de melhores práticas de sustentabilidade para a infraestrutura federal de transportes são irrestritos, atemporais e transversais a todos os modos de transportes de competência do MInfra e sempre buscando a aproximação e parceria com os órgãos licenciadores para dar celeridade neste processo tão complexo e importante à implementação de uma infraestrutura de transporte sustentável.



Subsecretaria de Sustentabilidade - SUST

Ações, iniciativas e parcerias

Diversas ações, iniciativas e parcerias estão sendo desenvolvidas pela Subsecretaria de Sustentabilidade relacionadas à adaptação e mitigação, à mudança do clima e aos instrumentos de financiamento que considerem a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e a Agenda ESG (do termo em inglês Environmental, Social and Governance) para a infraestrutura de transportes.

Via Viva 2021

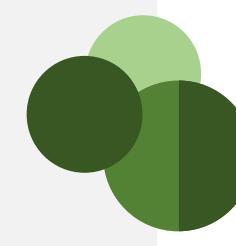


A 5ª edição virtual do VIA VIVA abordou os temas de Investimento Verde e Resiliência com foco nas finanças verdes e nos desafios para a redução de impactos provocados por eventos climáticos na infraestrutura de transportes.



Livro Via Viva 2021

O livro VIA VIVA, repositório anual de trabalhos técnicos científicos, foi dividido nos eixos de resiliência na infraestrutura de transportes e na promoção de uma infraestrutura de transportes mais sustentável.



Investimentos sustentáveis

O Programa de Novas Concessões Ferroviárias é composto pela Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) e a Ferrogrão. O Ministério da Infraestrutura submeteu à Climate Bonds Initiative (CBI) seu Green Bond Framework e o relatório preliminar de Verificação Pré-Emissão, tendo como referência o Climate Bonds Standard versão 3.0, com foco sobre o Setor de Transporte de Baixo Carbono. A assinatura da concessão da FIOL oportuniza a certificação perante à CBI dos títulos, empréstimos ou outros instrumentos financeiros destinados ao financiamento da ferrovias contidos no Green Bond Framework pela concessionária.



Parceria IAU/USP e MInfra

Capacitação de servidores do MInfra e entidades vinculadas no programa de pós-graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP) na disciplina “Infraestrutura e suas Interfaces com o Território e o Meio Ambiente: Perspectivas para Políticas Nacionais Inter Escalares”.



Side event: Brasil Rumo à Aviação de Baixo Carbono

O evento apresentou os principais desafios e oportunidades para a promoção e o uso de combustíveis mais sustentáveis na aviação. Parceria estabelecida entre MInfra, Projeto ProQR, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear alemão, por meio Agência de Cooperação Alemã - GIZ.





Subsecretaria de Conformidade e Integridade - SCI

Objetivo

Realizar ações de prevenção a fraudes e apurações preliminares relacionadas a situações de

- Corrupção
- Conflito de interesse
- Nepotismo
- Enriquecimento ilícito
- Outras irregularidades

promovendo ambiente de
integridade institucional

Encaminhamento de denúncias

Apuradas **228 denúncias**, encaminhadas às seguintes instituições

- | | |
|-----------------------------------------------------------------|-----------------------------|
| Polícia Federal (PF) | Polícias Civis Estaduais |
| Controladoria Geral da União | Ministério Público Estadual |
| Advocacia Geral da União, Receita Federal e Corregedoria | |

Denúncias encaminhadas à PF ensejaram duas Operações

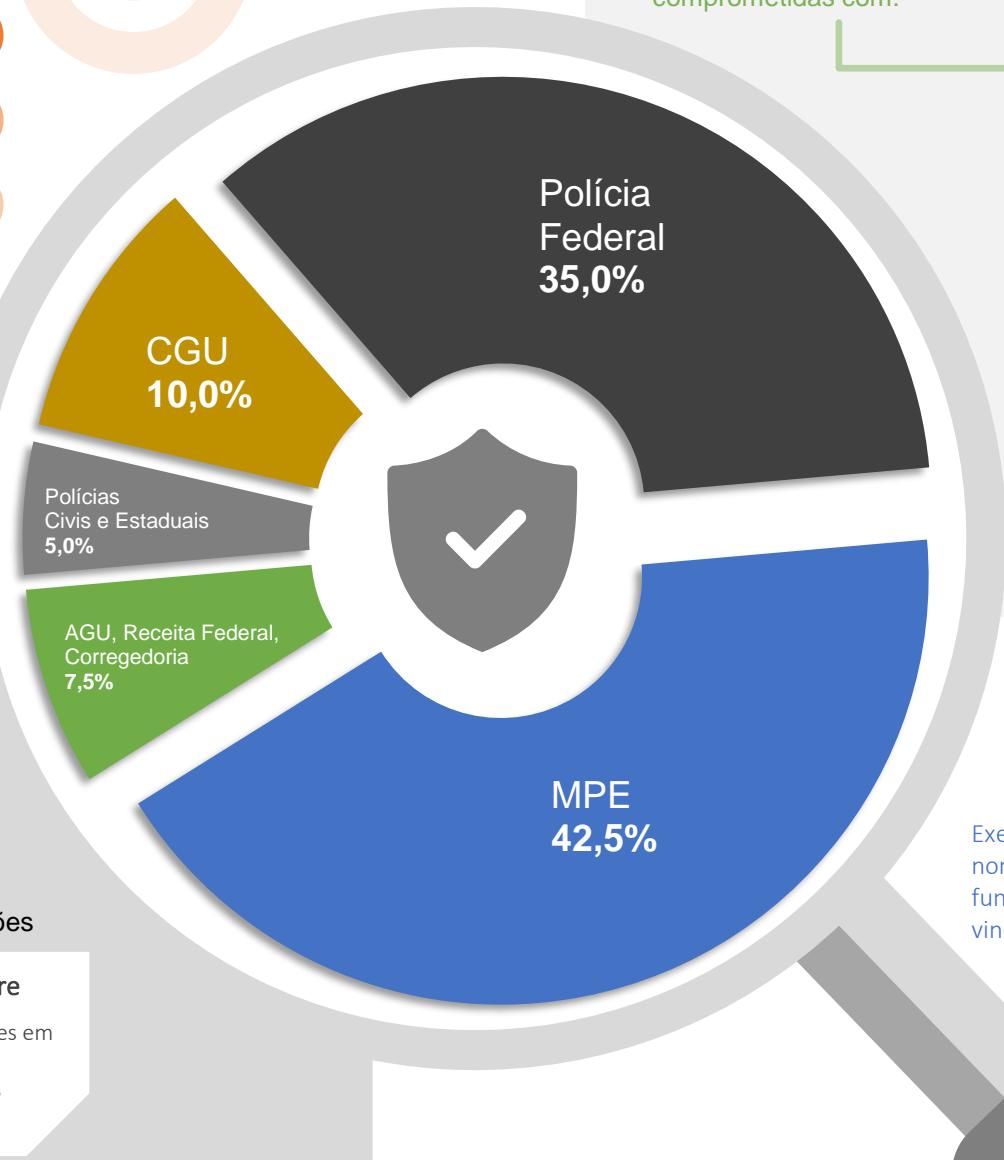
- | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| Operação Gravame | Operação Freeware |
| Investigou corrupção, lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito atribuídos a servidor público do MInfra | Investigou irregularidades em contrato de Companhia DOCAS |



Lançado o SELO

Premiou **3 de 19** empresas comprometidas com:

- Transparência
- Conformidade
- Responsabilidade social
- Sustentabilidade
- Prevenção contra fraude e corrupção



24



506
análises de integridade

Executadas no âmbito de processos para nomeação a cargos em comissão e funções de confiança no Ministério e suas vinculadas.



Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA

Projeto de Lei nº 4.199/2020, convertido na Lei nº 14.301/2022.

A proposta do Governo Federal de criação do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, Projeto de Lei nº 4.199/2020, foi aprovada e transformada na Lei Ordinária nº 14.301/2022. O texto, no entanto, foi sancionado com vetos, dentre os quais a recriação do Reporto, regime tributário de incentivo à modernização e ampliação da estrutura portuária.



Início da apresentação do PL 4.199 na Câmara dos Deputados:
13/08/2020.

Após ser aprovado na Câmara e no Senado o PL foi à sanção presidencial.

Convertido na Lei 14.301/2022, sancionada e publicada no Diário Oficial da União em 07/01/2022.



Portaria com o novo modelo de gestão das IP4s

A Portaria GM/MInfra nº 148/2021 contém as diretrizes técnicas da política das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) do DNIT, aprova relação descritiva destas Instalações Portuárias e estabelece diretrizes para sua inclusão.



Estudo de avaliação preliminar da participação privada nas hidrovias do Madeira e Tapajós

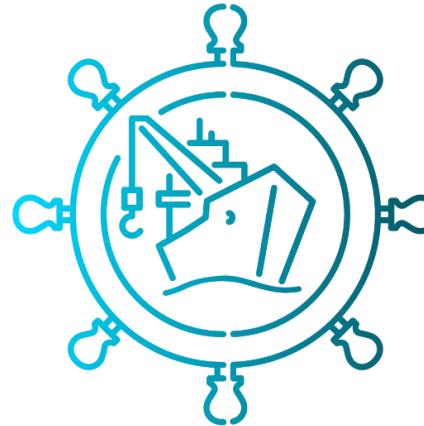


Entrega dos estudos de avaliação preliminar da participação privada para a manutenção dos rios Madeira e Tapajós, em parceria com o Banco Mundial, iniciativa voltada para identificar alternativas para a prestação dos serviços de manutenção e operação das hidrovias mencionadas, com o apoio da iniciativa privada.





Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA



Programa Futuro do **Setor Portuário**

Em setembro, o Ministério da Infraestrutura lançou o Programa Futuro do Setor Portuário, com o objetivo de estimular a **modernização** dos principais portos públicos federais, com foco na **desburocratização**, **melhoria de gestão**, mais **capacitação** aos gestores e uso intensivo **tecnologia**, promovendo mais **eficiência logística**.

Objetivos Estratégicos

Assegurar qualidade dos serviços administrativos prestados pelos portos federais

Aperfeiçoar processos, normativos e marcos regulatórios

Melhoria no processo de comunicação

Parametrizar os resultados de indicadores de desempenho

Alinhamento do processo de governança diante dos desafios e realidade na gestão administrativa dos portos

Projetos e iniciativas





Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Sobre a Obra da Nova área de escape Aeroporto de Congonhas

EMAS - Engineered Material Arresting System

Ampliação da segurança operacional num aeroporto com limitações de espaço e alta demanda



Congonhas será o primeiro aeroporto da América Latina a contar com a tecnologia, usada também nos EUA, Europa e Ásia

Importância

Mínimo dano à aeronave

Rapidez na remoção da aeronave

Frenagem controlada

Recuperação ágil do sistema EMAS após sua utilização

Facilidade e maior segurança em procedimento de evacuação da aeronave

Menor impacto em eventos de overrun (ultrapassagem dos limites da pista)



R\$ 122,6 milhões

Investimento oriundo do FNAC

Obra iniciada em fevereiro/2021, com conclusão prevista para maio/2022

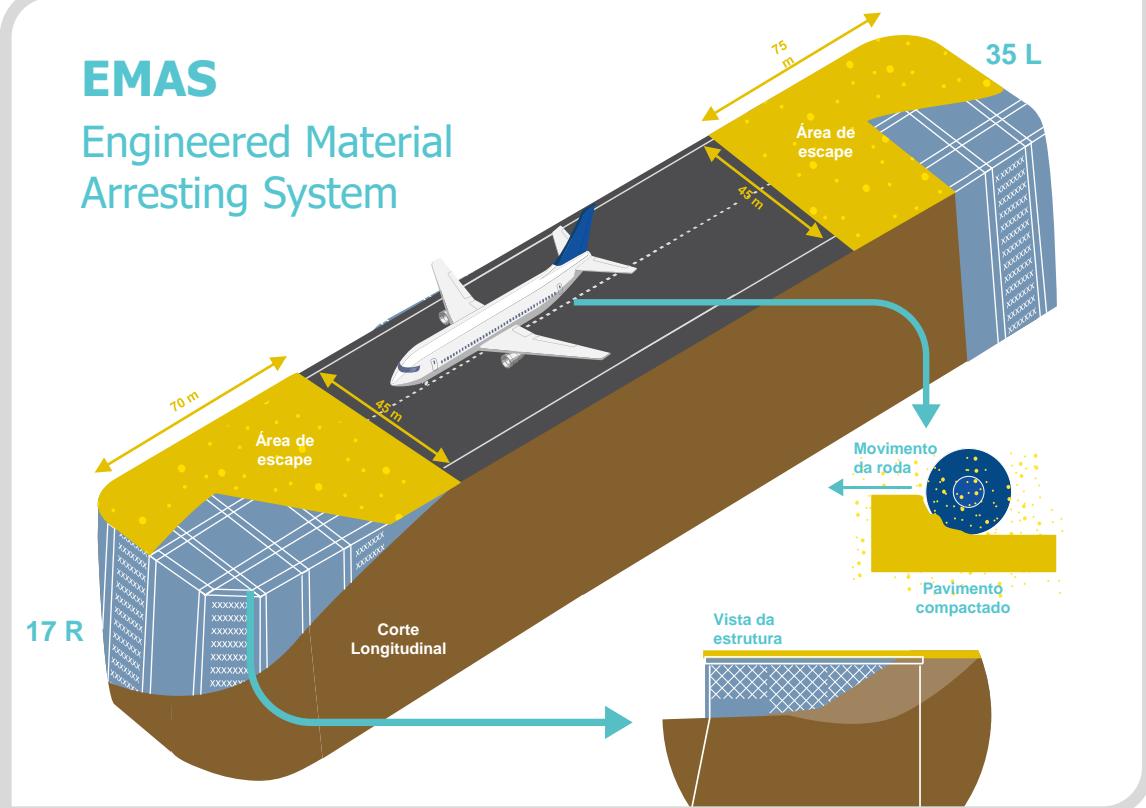
Aeroporto de Congonhas

Nova área de escape nas cabeceiras da pista principal



EMAS

Engineered Material Arresting System





Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Coordenação das ações de enfrentamento à pandemia pela Conaero



Ouvidora-geral

Atendimento

- 1º Lugar no IV Concurso de Boas Práticas da Rede Nacional de Ouvidorias, na categoria Desenvolvimento de capacidade institucional
- Mais de 24 mil atendimentos realizados em 2021 por múltiplos canais, com 55% das respostas enviadas aos usuários em até 5 dias e 100% dentro do prazo



MInfra na maratona dos direitos dos usuários de serviços públicos

Realizado Webinar com os responsáveis pela prestação de serviços do MInfra, na maratona promovida pela Ouvidoria-Geral da União da CGU, em comemoração ao aniversário do Código de Defesa dos Direitos do Usuário de Serviços Públicos, com lançamento do Conselho de Usuários dos Serviços do órgão



Avaliação

- 3º Ciclo da Pesquisa de Satisfação com os Serviços do MInfra
- Pesquisa de Satisfação com o Atendimento realizado pela Ouvidoria
- 3º Ciclo da Pesquisa de Expectativas sobre Infraestrutura de Transportes
- 3º Ciclo da Pesquisa Fala, Caminhoneiro!
- Enquete Semana Nacional de Trânsito
- Pesquisa de Satisfação sobre Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC do MInfra



Manual de participação social

Manual para utilização das diversas formas de participação social disponíveis no MInfra, elaborado com as parcerias:

- ✓ Comitê Estratégico de Governança
- ✓ Comitê Técnico de Governança
- ✓ Comitê de Qualidade de Governança



Ouvidora-geral

Consultas públicas e opine aqui



Mais de 4 mil pessoas participaram com quase 8 mil contribuições das 58 Consultas Públicas e das 6 pesquisas pelo Opine Aqui realizadas pelo MInfra, pela Plataforma Participa + Brasil, da Presidência da República



LGPD

Lei Geral de Proteção de Dados

- Realizado 1º Workshop para Elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais - RPID
- Iniciado projeto em parceria com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia para implantação dos Guias Operacionais de Adequação à LGPD



Comitê Técnico de Ouvitorias do Setor de Infraestrutura - CTO

1ª Reunião

- Apresentação, pela Ouvidoria-Geral da União, sobre o Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública - MMOuP



2ª Reunião

- Semana da Participação Social: O evento contou com palestras e discussões sobre temas relevantes para as ouvidorias do setor, como a Plataforma Participa + Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei de Acesso à Informação, Avaliações de governança de órgãos de controle, enfrentamento aos assédios e à violência laboral, entre outros



2. . |

Riscos,
oportunidades
e perspectivas



2.1. Gestão de Riscos e Controles Internos

De acordo com o Art. 1º da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos, e à governança. Por sua vez, o Decreto nº 9203/2017, dispõe em seu art. 5º que os mecanismos para o exercício da governança pública são: Liderança, Estratégia e Controle. E segundo o item III desse mesmo artigo, o Controle compreende “processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos”.

Nesse sentido, em 2021 o Escritório de Gestão de Riscos - EGR/AECI-MInfra desenvolveu as ações de normatização e outras destacadas a seguir.

Normatização implementada

Com a vigência da Política de Governança do MInfra, disposta na Portaria 55/2021, determinou-se a criação da Metodologia de Gestão de Riscos do Ministério. Com isso, o EGR/AECI adotou como estratégia a elaboração de duas metodologias:



Metodologia para a gestão dos riscos nos processos de trabalho, aprovada pela Resolução CEG nº 2/2021, de 28/05/2021, e



Guia de gestão de Riscos Estratégicos - englobando toda a sistematica já existente de acompanhamento do Planejamento Estratégico, aprovada pela Resolução CEG nº 4/2021, de 12/08/2021.

Declaração de Apetite a Riscos

A Declaração de Apetite a Riscos do Ministério da Infraestrutura foi aprovada pela Resolução CEG nº 3/2021, de 18/06/2021. A seguir são descritos os principais pontos dessa Declaração.

O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de risco que o Ministério se dispõe a admitir na realização das suas atividades e dos seus objetivos. A declaração de apetite a riscos é um importante instrumento que sintetiza a cultura de riscos e direciona o planejamento estratégico, norteando os demais planos e permitindo que a alta administração otimize a alocação dos recursos orçamentários, humanos e tecnológicos, dentre outros.

O MInfra é conservador em seu apetite a riscos e agirá de acordo com esta declaração para alcançar seus objetivos estratégicos, devendo empregar princípios sólidos de gerenciamento de riscos, decisões transparentes e comunicação efetiva para priorização eventos de risco a serem tratados. Assim, o MInfra tem baixo apetite por riscos em todas as categorias de risco consideradas.

O acompanhamento se dá por meio de processos efetivos de controles, em que os gestores identificam, periodicamente, quanto à exposição a riscos e à respectiva utilização dos limites vigentes para cada objetivo estratégico, projeto ou política pública.

Todo desvio ao apetite a riscos identificado deve ser reportado, com a devida justificativa, à alta administração.

Essa declaração será revisada, sempre que necessário, pelo Comitê Estratégico de Governança e monitorada permanentemente pela alta administração, com o apoio da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI.

Riscos Estratégicos

A identificação e o tratamento de riscos relacionados aos Programas Estratégicos decorreram da estruturação do Planejamento Estratégico do Ministério para o período 2019 - 2022. Entende-se por riscos estratégicos aqueles que ameaçam o alcance dos objetivos estratégicos, tendem a ser eventos únicos e são da responsabilidade da alta administração.

No processo de implementação do Planejamento Estratégico, gerentes de projeto e líderes de programa identificam riscos que possam impactar a sua implementação. Esses riscos são devidamente tratados e reportados pelos Líderes de Programa em reuniões periódicas com a presença do Secretário Executivo e do Ministro da Pasta, este em reunião específica, nas quais são repassadas as ações mitigadoras e orientações para monitoramento.



2.2. Principais ações do plano de integridade 2021

Integridade Pública



Principais entregas do Plano de Integridade 2021



Campanhas 2021



Boletins Momento Integridade

Foram divulgados 14 boletins, abordando temas relativos às funções de integridade pública, compreendendo:

- ✓ Ética
 - ✓ Conflito de interesses
 - ✓ Nepotismo
 - ✓ Transparência
 - ✓ Acesso à informação
 - ✓ Denúncias
 - ✓ Controles internos
 - ✓ Responsabilização



Disponibilizado **vídeo** para promover valores éticos no desenvolvimento profissional!

Bons hábitos melhoram o ambiente de trabalho!



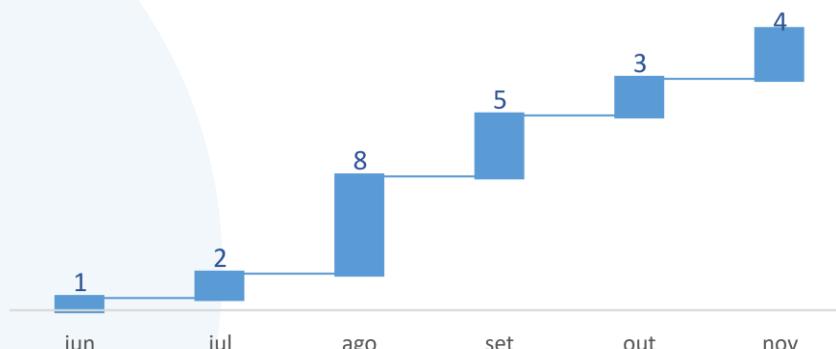


2.3. Implementação da Metodologia de Gestão de Riscos nos processos de trabalho

Oficinas realizadas

Para a implementação da Gestão de Riscos nos processos de trabalho do MInfra, definiu-se a realização de oficinas junto às áreas gestoras. Nestas oficinas foram capacitados gestores responsáveis por dois processos de cada área finalística, definidos pela alta administração, para implementação inicial da metodologia. Como parte dessa estratégia de implementação, definiu-se que os gestores capacitados sejam multiplicadores na implementação da metodologia nos demais processos.

Oficinas - Gestão de riscos por mês



Oficinas realizadas por processo de trabalho e gestores capacitados

Gestão de risco nos processos de trabalho - meta 2021

Qtde	Secretaria	Processos de trabalho	Oficinas realizadas	% Conclusão dos trabalhos	Gestores capacitados	Observações
1	SNPTA	Arrendamentos portuários	0	30%	-	Processo piloto
2	SNPTA	Atualização de PDZs	4	90%	5	Inclui área de controle
3	SAC	Objeto Projetado no Espaço Aéreo - OPEA	6	100%	4	
4	SAC	Entrega de imóveis federais, afetados à infraestrutura aeroportuária civil, pelo COMAER/MD e SPU/ME à SAC/Minfra	3	80%	3	
5	SNTT	Celebrar convênio de delegação e monitorar rodovias delegadas	2	30%	4	Processo sairá da SNTT
6	SNTT	Procedimentos para o acesso aos dados dos sistemas e subsistemas informatizados do Departamento Nacional de Trânsito	1	0%	-	
7	SFPP	Aprovação de projetos com vistas à habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi e Debêntures	1	80%	2	Mesma equipe
8	SFPP	Aprovação de projetos para fins de emissão de Debêntures Incentivadas	0	80%	-	Mesma equipe
9	OUVI	Atendimento ao usuário	1	90%	2	
10	SGETI	Gerencias a execução financeira	4	100%	4	
11	SGETI	Administrar recursos financeiros	1	100%	-	
		Total	23		24	

Ajustes nas tabelas do sistema Ágatha

O MInfra utiliza o software público Ágatha para materialização da sua gestão de riscos dos processos de trabalho. Assim, foram realizadas as adequações dos fatores de impacto e probabilidade dos riscos nesse sistema conforme descritos nos quadros seguintes.

Impacto - Fatores para Análise

Orientações para atribuição de pesos	Fatores Operacionais						Fator Econômico / Financeiro
	Peso	Esforço da Gestão	Órgão Fiscalizador	Reputação	Serviços à Sociedade	Intervenção Hierárquica	Orçamento
5	Evento com potencial para levar o negócio ou serviço ao colapso	Determina interrupção das atividades	Evento com destaque na mídia nacional e internacional, podendo atingir os objetivos estratégicos e a missão	Prejudica o alcance da missão do Ministério	Solução exige a intervenção do Ministro	>= 25%	
4	Evento crítico, mas que com a devida gestão pode ser suportado	Determina ações de caráter pecuniário (multa)	Evento com algum destaque na mídia nacional, provocando exposição significativa	Prejudica o alcance dos objetivos estratégicos	Solução exige a intervenção do Secretário	>= 10% < 25%	
3	Evento significativo que pode ser gerenciado em circunstâncias normais	Determina ações de caráter corretivo	Evento pode chegar à mídia provocando a exposição por um curto período de tempo	Prejudica o alcance dos objetivos da Unidade	Solução exige a intervenção do Diretor	>= 3% < 10%	
2	Evento cujas consequências podem ser absorvidas, mas carecem de esforço da gestão para minimizar seu impacto	Determina ações de caráter orientativo	Evento tende a limitar-se às partes envolvidas	Prejudica o alcance das metas do processo	Solução exige a intervenção do Coordenador	>= 1% < 3%	
1	Evento cujo impacto pode ser absorvido por meio de atividades normais	Pouco ou nenhum impacto	Evento com impacto apenas interno	Poucos impactos nas metas	Solução alcançada no funcionamento das atividades	<1%	

Probabilidade - Frequência Observada/Esperada

Aspectos Avaliativos	Frequência Prevista	Pesos	Probabilidade
Evento pode ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais	<10%	1	Muito Baixa
Evento pode ocorrer em algum momento	>=10% <=30%	2	Baixa
Evento deve ocorrer em algum momento	>=30% <=50%	3	Média
Evento provavelmente ocorrerá na maioria das circunstâncias	>=50% <=90%	4	Alta
Evento esperado que ocorre na maioria das circunstâncias	>90%	5	Muito Alta

Método de Priorização de Processos

Desenvolvimento e aprovação do Método de Priorização dos processos de trabalho (Resolução CEG nº 08/2021) para auxiliar na definição dos processos que terão seus riscos identificados prioritariamente.

O método de priorização de processo - MPP, será utilizado pelas áreas para definir a ordem em que a metodologia de gestão de riscos dos processos de trabalho será implementada.

Utilizou-se de critérios objetivos para se obter imparcialidade na definição da ordem de aplicação da metodologia de gestão de riscos. A classificação final dos processos pode ser revista pelos gestores responsáveis no caso de ocorrência de algum fato superveniente que venha a agravar os riscos em algum processo de trabalho.

Cabe aos gestores definirem o tempo necessário para aplicar novamente o método e definir nova ordem de prioridade.

Ministério da Infraestrutura Método de Priorização de Processos - MPP

Unidade Organizacional:

Macroprocesso	Processo	Relevância Estratégica do Processo	Nível do Processo	Impacto na imagem	Demandas Órgãos de Controle	Maturidade do Processo	Classificação / Prioridade
		1	1	1	1	3	0,33
		1	1	1	1	2	0,5
		1	1	2	3	1	6,00
		1	2	1	3	1	6,00
		2	1	1	3	1	6,00
		2	2	2	3	3	8,00
		3	3	2	3	3	18,00
		2	2	3	3	2	18,00
		3	2	2	3	2	18,00
		2	2	2	3	1	24,00
		2	2	3	2	1	24,00
		3	2	3	3	1	54,00
		3	3	2	3	1	54,00
		3	3	3	3	1	81,00

Máxima - Ação imediata

Média - Ação no médio prazo

Mínima - Ação no longo prazo

Criação de projeto para monitoramento dos processos de trabalho

Foram definidos relatórios de apoio à gestão dos riscos dos processos de trabalho e dois painéis visando o acompanhamento periódico do nível de risco em cada processo de trabalho, bem como o andamento das melhorias propostas para a adequada mitigação dos riscos.

Esses controles serão desenvolvidos em Power BI com o auxílio da área de TI no início do próximo ano.

Melhorias nos Processos de Trabalho

Em função das oficinas realizadas sobre os processos de trabalho definidos pelas áreas gestoras, programou-se a implementação de 26 Planos de Ação para o ano de 2022, com previsão de melhorias necessárias à mitigação dos riscos identificados, conforme quadro a seguir:

Monitoramento dos Processos de Trabalho

Planos de Ação em andamento - Melhorias a serem implementadas

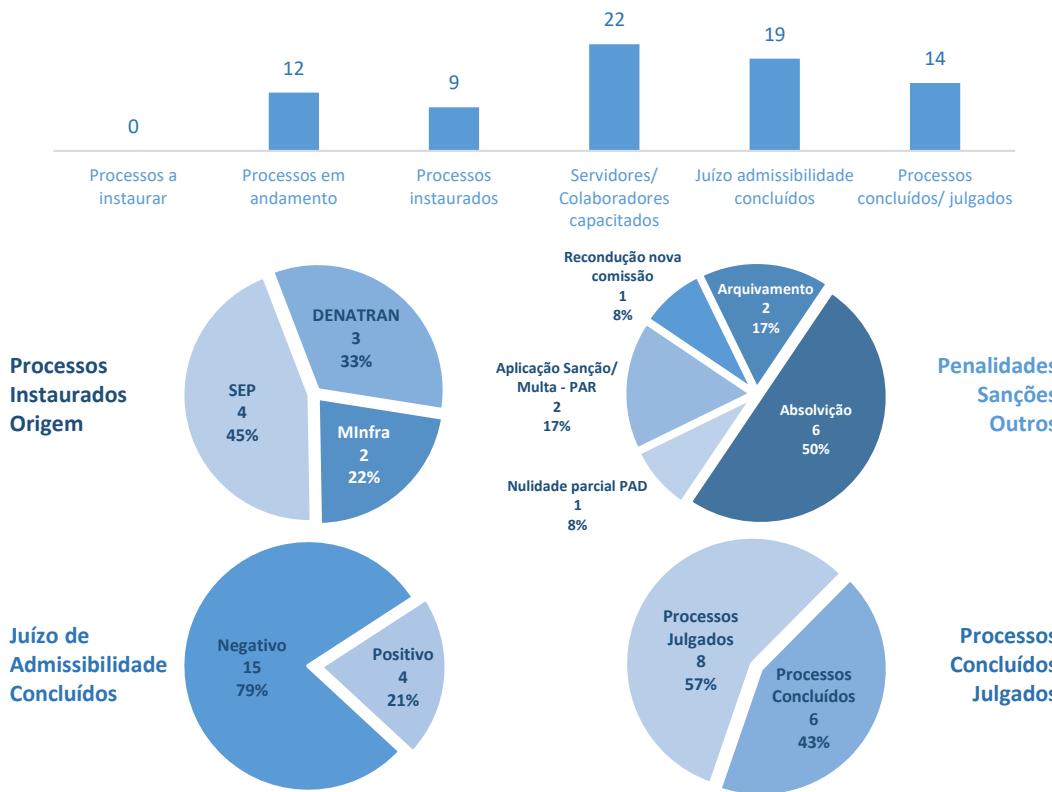
Quantidade de Planos de ação por Área e Processo	Planos de Ação
SAC	
Análise de OPEA em face da PNAC	9
Termo de Entrega	2
SGETI	
Administrar Recursos Financeiros	3
Gerenciar a Execução Financeira e Orçamento	2
Monitorar a Execução Financeira	1
Planejar a Gestão da Administração Financeira	2
SNPTA	
Análise da proposta de atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ	5
SFPP	
Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI	2
Total Geral	26

2.4 Atuação Correcional

A Corregedoria do Ministério da Infraestrutura é outra instância de integridade do Ministério e compõe o sistema de Correição do Poder Executivo Federal, na qualidade de unidade setorial a partir da publicação do Decreto nº 10.768/CGU, estando sob a supervisão administrativa do Ministro da Infraestrutura e sob a supervisão técnica da Controladoria-Geral da União.

Tem como propósito o exercício das atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades praticadas por servidores do Ministério da Infraestrutura. As principais informações relacionadas à atuação da Corregedoria, no exercício de 2021, encontram-se no infográfico a seguir:

Corregedoria MInfra 2021



A Corregedoria tem como prioridade planejar, coordenar, orientar, executar e controlar as atividades disciplinares e de correição preventiva no combate à corrupção e no fortalecimento da integridade pública.

Para alcançar seus objetivos a Corregedoria aprimorou seu modelo de gestão, tendo como um dos pilares realizar o gerenciamento dos dados processados na execução dos trabalhos correcionais, visando fornecer subsídios à tomada de decisão.

O modelo de gerenciamento de dados adotado envolve o planejamento e produção de informações, suficientes e relevantes, para a gestão, a coordenação e o controle da atividade correcional, assim como a transparência quanto aos resultados publicados no site do Ministério.

A Corregedoria finalizou o exercício 2021 sem nenhum processo a instaurar, 9 (nove) processos instaurados, 4 (quatro) reinstaurados, 12 (doze) processos em andamento, 1 (uma) Investigação Preliminar Sumária em andamento, 14 (quatorze) processos concluídos/julgados, dentre os quais (1) um Processo Administrativo de Responsabilização - PAR e (1) um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.

Outra medida adotada foi o fortalecimento do juízo de admissibilidade, com o objetivo de evitar instaurações de procedimentos acusatórios desnecessários. A partir da publicação da Instrução Normativa nº 8, de 9 março de 2020, que regulamenta a Investigação Preliminar Sumária - IPS, sua instauração foi priorizada com base nos princípios da eficiência, celeridade, efetividade e economicidade.

Ao longo de 2021 foram produzidas:

- ✓ 8 IPS - Investigação Preliminar Sumária Abertas;
- ✓ 10 IPS - Investigação Preliminar Sumária Finalizadas;
- ✓ 1 IP - Investigação Preliminar Finalizada;
- ✓ 1 IPS - Investigação em fase de Julgamento.



Capacitação:

- 25 Cursos disponibilizados
- 22 Servidores/Colaboradores capacitados
- Pesquisa Capacitação Individual



Em parceria com o Comitê Técnico de Integridade - CTI realizamos a campanha direitos e deveres dos servidores de caráter preventivo disponibilizado no folder "momento integridade".



A Corregedoria alcançou o Nível 2 de maturidade conforme práticas adotadas:

- ✓ Modelos Padronizados;
- ✓ Estrutura de Gerenciamento;
- ✓ Plano de Capacitação;
- ✓ Interlocução com outras UCs.



O Modelo de gestão correcional praticado pela Corregedoria permite o monitoramento dos trabalhos no sentido de avaliar, certificar e revisar a estrutura e as ações propostas na promoção da integridade e redução de risco. Os dados são atualizados mensalmente, proporcionando maior controle e transparência.

<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/corregedoria>



3. | Governança, estratégia e desempenho

3.1 Estratégia

Ciclo de Gestão Estratégica 2021

O 5º Ciclo de Gestão Estratégica contou com a realização exitosa de 15 Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), sendo 12 Setoriais e 03 Ministeriais. Essa jornada abordou os 30 Programas ministeriais com mais de 580 Projetos, que se desdobram em um pelo menos 1226 entregas estratégicas. Alcançamos 70% de execução do nosso planejamento, fruto da dedicação de todos e do gerenciamento de problemas e riscos estratégicos com os respectivos encaminhamentos e diligências.

Para apoiar a alta gestão do MInfra, a S-GETi desenvolveu um novo conjunto de painéis de inteligência estratégica denominado "Lidera Infra", apresentado na RAE de 20/12/2021. O "Lidera Infra" permite que as informações sejam atualizadas para a tomada de decisão com foco na estratégia organizacional de levar o Brasil à liderança em infraestrutura da América Latina.





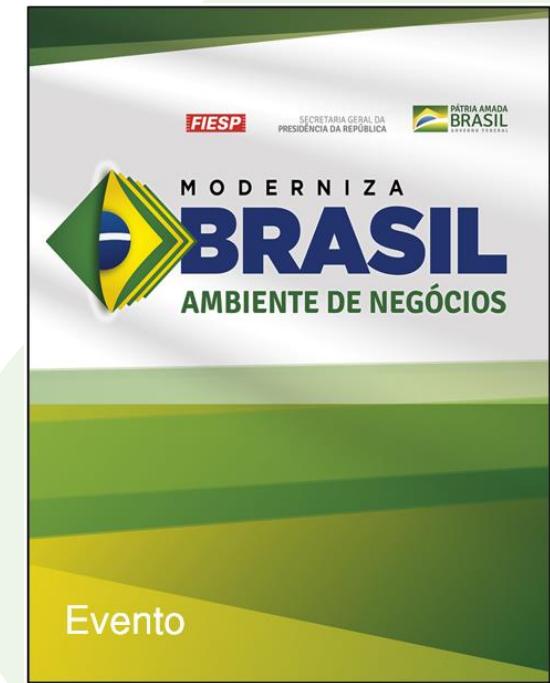
Evento Moderniza Brasil - Ambiente de Negócios

O evento, realizado no dia 15 de Dezembro de 2021, em São Paulo, é um desdobramento do Seminário de Competitividade, originalmente idealizado pela S-GETi/Minfra, e resultou em um encontro entre o Presidente da República, Jair Bolsonaro, os ministros da Secretaria-Geral, Luiz Eduardo Ramos, da Economia, Paulo Guedes, e da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, com CEOs brasileiros para falar das ações e entregas mais relevantes implementadas pelo Governo Federal desde 2019. Estiveram presentes cerca de 350 convidados e 18 ministros de Estado.

Link para a página do Moderniza Brasil:

<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/moderniza-brasil/eixos-do-moderniza-brasil/ambiente-de-negocios-prospero/gci>

As discussões tiveram como ponto de partida o 'Relatório de Competitividade Global', uma publicação anual do Fórum Econômico Mundial que avalia o cenário de competitividade de 141 economias, que tem como objetivo identificar quais fatores determinam crescimento econômico e desenvolvimento e tenta oferecer explicação acerca das razões que levam alguns países a serem mais bem sucedidos do que outros na elevação dos níveis de renda.





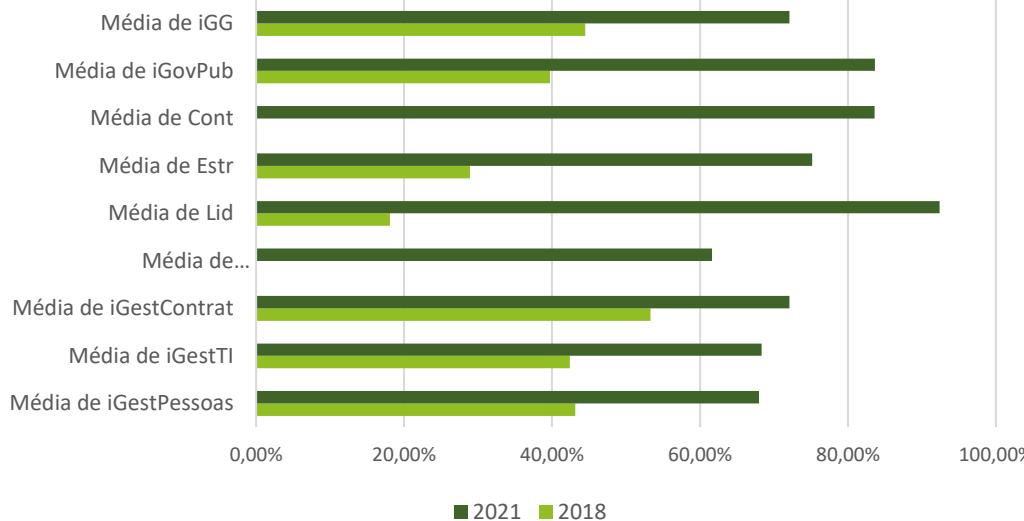
3.2. Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor

A estrutura de governança propicia que as organizações públicas cumpram efetivamente seus objetivos estratégicos, gerando valor público de melhor qualidade. Isso normalmente ocorre com os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para direcionar, avaliar e monitorar a atuação da gestão. No setor público, a expressão “gerar valor” é entendida como produzir resultado que atenda às necessidades de interesse da sociedade, ao contrário do setor privado que significa obter lucro.

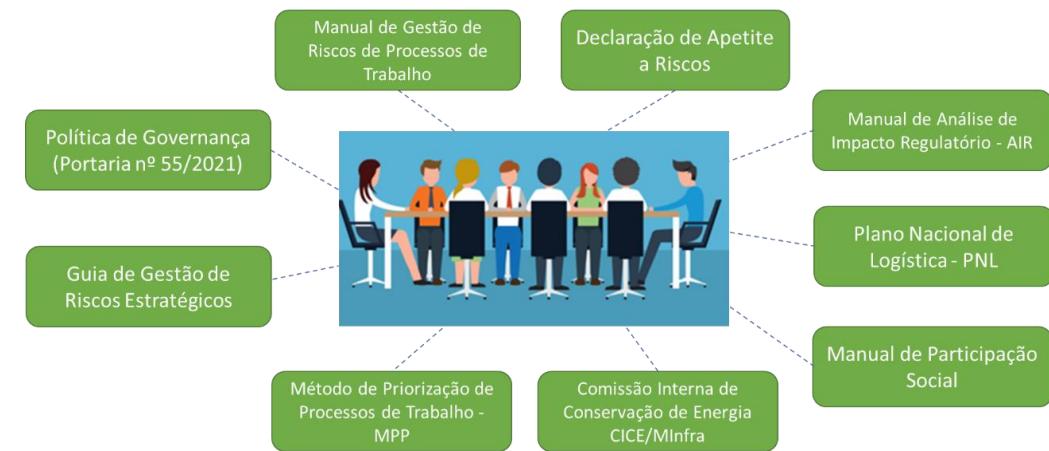
O comprometimento da Alta Administração, empenhada na busca constante pelas boas práticas de gestão, alinhada aos princípios da integridade e da eficiência pública, foram basilares ao aprimoramento da governança no MInfra no decorrer do exercício de 2021.

Fruto de atenção aos temas relacionados à Gestão Estratégica, Integridade, Gestão de Riscos, *Accountability* e Controles Internos, o Ministério da Infraestrutura tem buscado, de forma constante, o aprimoramento da governança na Pasta, fato que pode ser comprovado com a alavancagem de 62,04% do seu índice de governança medido pelo TCU (índice Integrado de Governança e Gestão Pública) - iGG/2021 em relação à última aferição feita pelo Tribunal em 2018, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Resultado Comparativo iGG MInfra



Além disso, em 2021, as instâncias de governança do MInfra, de que tratam a Portaria nº 55/2021, atuaram em sintonia e permitiram a realização das seguintes entregas, aprovadas pelo Comitê Estratégico de Governança:



Cabe mencionar ainda a Gestão da Integridade, cujos mecanismos de conformidade, transparência, correição, controle interno, ética, dentre outros, permite a tomada de decisão subsidiada em critérios técnicos consistentes, gerando significativos ganhos de qualidade na prestação de serviços públicos e, em consequência, na agregação de Valor Público.

Nesse sentido, o Plano de Integridade 2021 consubstanciou medidas / ações implementadas pelo Ministério para prevenir, detectar e remediar riscos para a integridade.



3.3 Resultados e desempenho da gestão

3.3.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

Este tópico apresenta resumidamente os resultados alcançados, em 2021, do **Ministério da Infraestrutura**, alguns com aderência aos objetivos do **Planejamento Estratégico**, outros coincidentes com os atributos do **Plano Plurianual - PPA 2020-2023**.

A seguir, a **Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP** apresenta o panorama geral das realizações de parcerias do **MInfra** em 2021.

Resultados - Portfólio de Concessões



*Empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos.



Programa de concessões de rodovias

Projeto | Outorga | Vencedor

BR-153/080/414/GO/TO | 320 mi | Eco 153

BR-163/230/MT/PA | - | Consórcio Via Brasil BR-163

BR- 116/101/SP/RJ (Dutra) | 1,80 bi | CCR S.A

Total: 3 concessões

Investimentos: R\$24,5 bi

Outorga: R\$ 2,12 bi



Programa de concessões e renovações ferroviárias

Projeto | Outorga | Vencedor

FIOL | 32,7 milhões | Bamin

Total: 1 concessão

Investimentos: R\$ 3,30 bi

Outorga: R\$ 32,7 milhões



Programa de arrendamentos portuários

Projeto | Outorga | Vencedor

IQI03 | R\$ 61,3 mi | Santos Brasil

IQI11 | R\$ 56 mi | Santos Brasil

IQI12 | R\$ 40 mi | Santos Brasil

IQI13 | R\$ 59 mi | Tequimar

PELO1 | R\$ 10 mil | CMPC

MAC13 | R\$ 15 mil | EMPAT

MCP02 | R\$ 5,9 mi | Caramuru

MUC01 | R\$ 1 mi | Tergran

SSD09 | R\$ 32 mi | Intermarítima

TERSAB | R\$ 100 mil | Intersal

IMB05 | R\$ 200 mil | Fertilizantes SC

STS08A | R\$ 558,2 mi | Petrobras

MAC15 | R\$ 24,5 mi | Nitshore



Programa de concessões de aeroportos

✓ Projeto | Outorga | Vencedor

✓ Bloco Sul (9) | 2,128 bi | CCR

✓ Bloco Norte I (7) | 0,42 bi | Vinci

✓ Bloco Central (6) | 0,754 bi | CCR

✓ **Total:** 22 aeroportos

✓ **Investimentos:** R\$ 6,72 bilhões

✓ **Outorga total:** R\$ 3,3 bilhões

Total: 13 arrendamentos

Investimentos: R\$ 1,67 bilhão

Outorga total: R\$ 817,3 milhões



Realizações 2021 - Projetos concluídos*

R\$ 36,21 bilhões
Investimentos

R\$ 6,27 bilhões
Outorgas

39 ativos

Investimentos
por modo

22 aeroportos concedidos (3
blocos)
R\$ 6,72 bilhões

3 concessões
R\$ 24,52 bilhões

1 concessão
R\$ 3,30 bilhões

13 arrendamentos
R\$ 1,67 bilhão



Projetos concluídos - Rodovias e Ferrovias

R\$ 27,82 bilhões
Investimentos

R\$ 2,15 bilhões
Outorgas

3 concessões
2.485,5 km

R\$ 24,52 bilhões
Investimentos

R\$ 2,12 bilhões*
Outorgas

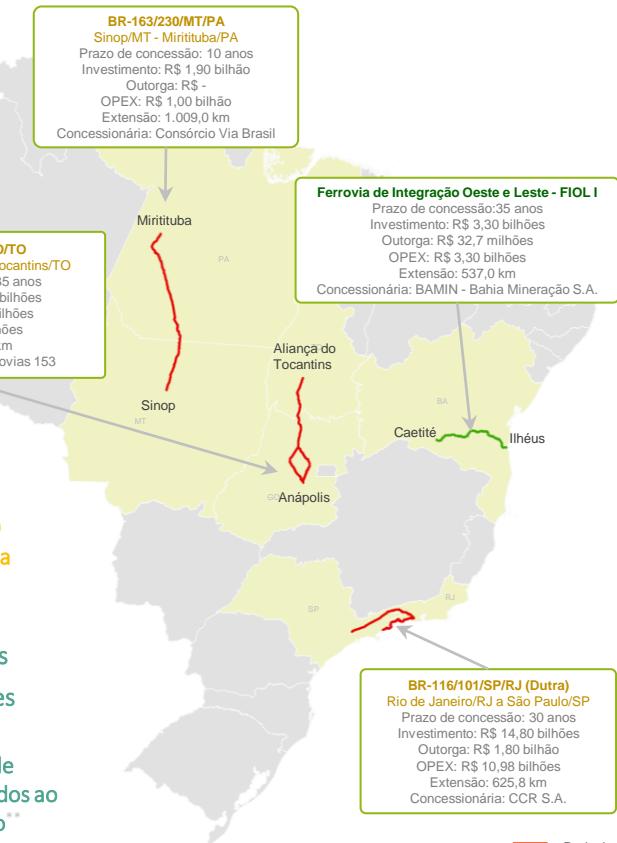
Previsão de mais de 376.000
empregos gerados ao longo da
concessão **

1 concessão
537,0 km

R\$ 3,30 bilhões
Investimentos

R\$ 32,7 milhões
Outorgas

Previsão de mais de
50.000 empregos gerados ao
longo da concessão **



*Leilões realizados.

**BR-163/230/MT/PA não possui valor de outorga.

**Empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos. Estimativa em jan/22.



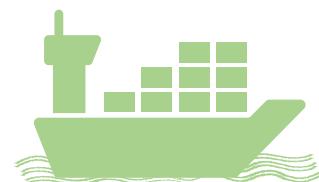
Projetos concluídos - Portos

R\$ 1,67 bilhão

Investimentos

R\$ 817,3 milhões

Outorgas



*Empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos. Estimativa em jan/22. **Contrato de uso temporário.

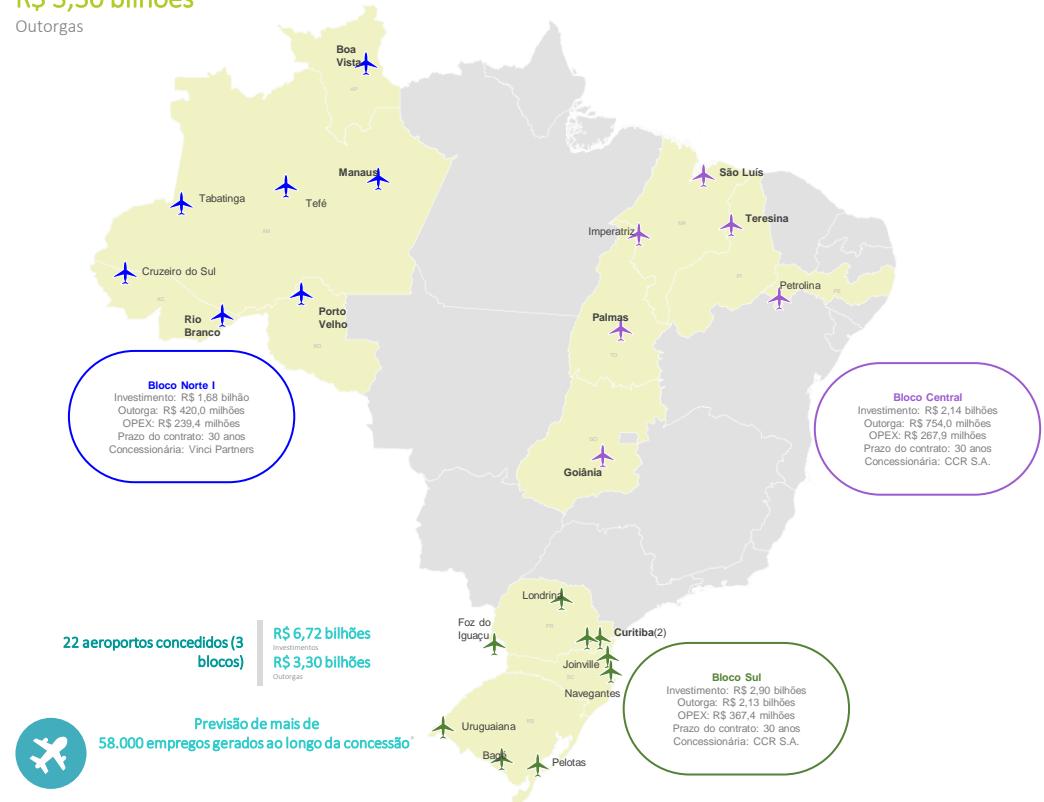
Projetos concluídos - Aeroportos

R\$ 6,72 bilhões

Investimentos

R\$ 3,30 bilhões

Outorgas



*Empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos. Estimativa em jan/22.

Em 2021, o MInfra elaborou e entregou 27 projetos qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI 2021 do governo federal, distribuídos em rodovias, ferrovias aeroportos e portos, como pode ser visto detalhadamente a seguir:

Programa de arrendamentos portuários

- ✓ 19 arrendamentos de terminal portuário:
 - Para movimentação e armazenagem de granel líquido no Porto do Rio de Janeiro/RJ
 - Para movimentação e armazenagem de granel líquido no Porto do Rio de Janeiro/RJ
 - Para armazenagem de granéis minerais sólidos no Porto de Itaguaí/RJ
 - Para de movimentação e armazenagem de cargas conteinerizadas no Porto de Santos/SP
 - Para armazenagem de granéis minerais no Porto de Santos/SP
 - Para movimentação e armazenagem de granel vegetal no Porto de Paranaguá/PR
 - Para movimentação e armazenagem de granel vegetal no Porto de Paranaguá/PR
 - Para movimentação e armazenagem de granel vegetal no Porto de Paranaguá/PR
 - Para movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais no Porto de Paranaguá/PR
 - Para movimentação e armazenagem de granéis líquidos no Porto do Mucuripe/CE
 - Para movimentação de Granel Sólido do Porto do Mucuripe/CE
 - Para e armazenagem de carga geral no Porto Organizado de Salvador/BA
 - De contêiner e carga geral no Porto de Salvador/BA
 - Para armazenagem de granéis líquidos no Porto de Imbituba/SC
 - Graneleiro de São Francisco do Sul/SC
 - Granéis Líquidos Combustíveis do Porto do Itaqui/MA
 - De múltiplo uso no Porto de Ilhéus/BA
 - Para movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais no porto de Porto Alegre/RS
 - Para granéis sólidos vegetais no Porto de Rio Grande/RS
- ✓ 2 concessões portuárias - Desestatizações:
 - Da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA)
 - Dos Portos Organizados de Salvador/ Aratu-Candeias/Ilhéus e Companhia Docas da Bahia (CODEBA)
- ✓ Estudos para implantação e exploração de túnel imerso do Porto de Santos

Programa de concessões ferroviárias

- ✓ Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL II);
- ✓ Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL III);

Programa de concessões de rodovias

- ✓ BR-060/153/262/DF/GO/MG
- ✓ Rodovias - Santa Catarina
- ✓ Autopista Fluminense

Projetos Qualificados em 2021



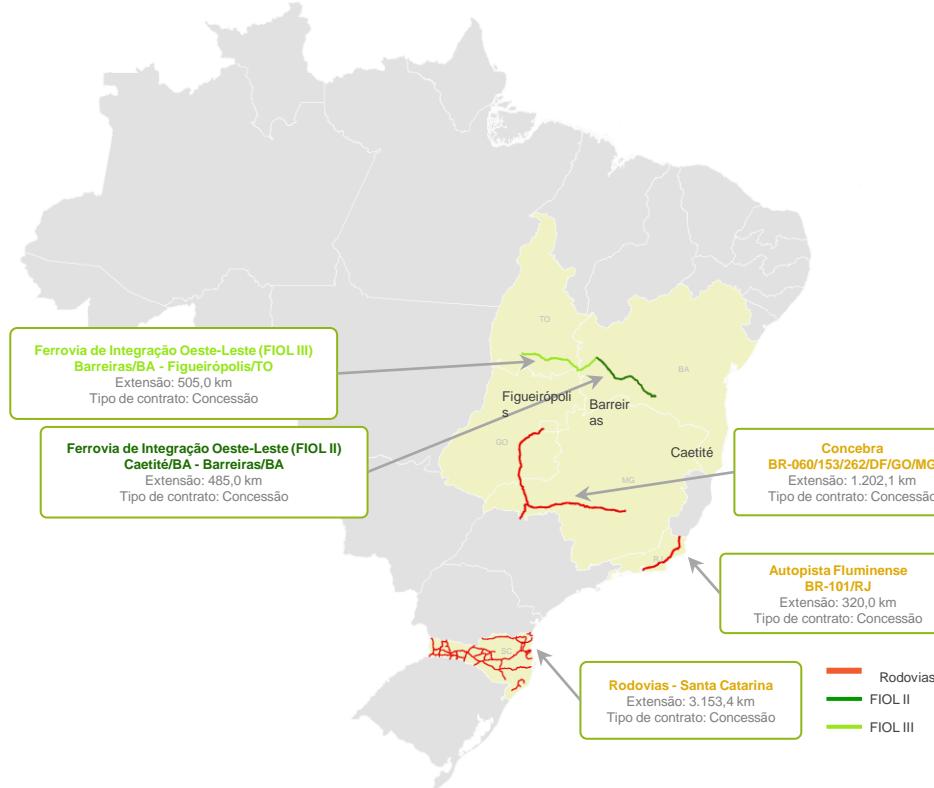
*Investimentos previstos com 2 concessões rodoviárias, arrendamento dos 19 terminais portuários e 1 concessão portuária.



Projetos Qualificados - Rodovias e Ferrovias

R\$ 40,0 bilhões*

Investimentos previstos em rodovias**



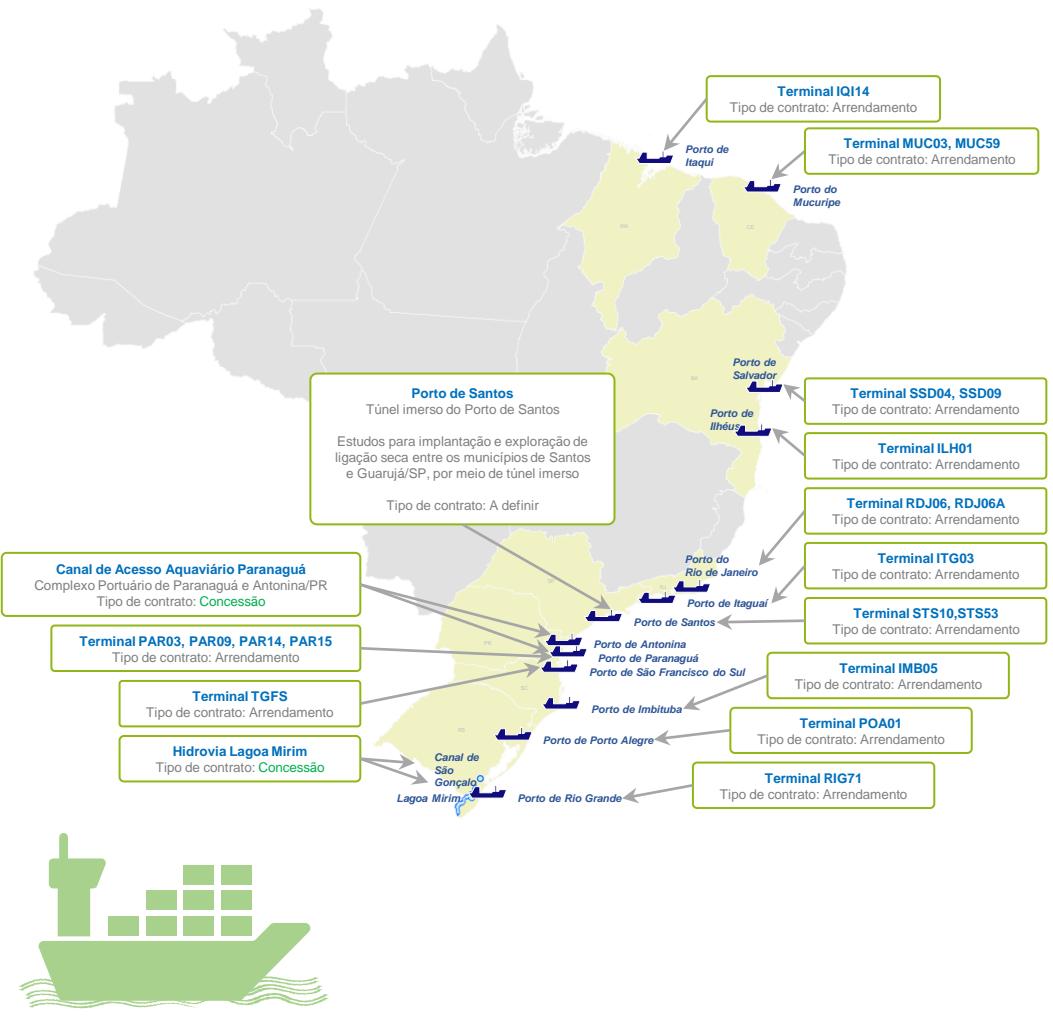
*Valor de investimentos previstos para rodovias. Para ferrovias os investimentos previstos estão em estudo.

**Para Concebra e Rodovias Santa Catarina. Para Autopista Fluminense os investimentos previstos estão em estudo.

Projetos Qualificados - Portos

R\$ 7,55 bilhões*

Investimentos previstos



*Investimentos previstos com o arrendamento dos 19 terminais portuários e 1 concessão portuária.

Resultados - Portfólio de Eficiência Logística**Programa de Fomento e Melhoria do Ambiente de Negócio**

- 22 projetos de Debêntures incentivadas e 28 projetos de REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura), com investimentos previstos em R\$ 41,3 bilhões;

22 Projetos de Debêntures incentivadas aprovados**10 Projetos voltados ao Transporte Rodoviário**

1. Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. - CCR ViaCosteira
2. Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.
3. Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.
4. Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
5. Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.
6. Viarondon Concessionária de Rodovia S.A.
7. Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. (Rodovia GO/TO)
8. Autopista Litoral Sul S.A.
9. Concessionária Rota do Atlântico S.A.
10. Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

3 Projetos voltados ao Transporte Ferroviário

1. Ferrovia Norte Sul S.A.
2. MRS Logística S.A.
3. Rumo Malha Central S.A.

6 Projetos voltados ao Transporte Portuário

1. CONCAIS S.A. (Terminal de Passageiros do Porto de Santos - CONCAIS)
2. AGEO Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A. (Porto/SP)
3. Adonai Química S.A.
4. TESC - Terminal Santa Catarina S/A (Porto de São Francisco do Sul)
5. Terminal de Vila Velha S.A. - TVV (Porto Organizado de Vitória)
6. Itapoá Terminais Portuários S/A. (Porto Itapoá)

3 Projetos voltados ao Transporte Airportuário

1. Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. (Aeroporto Internacional de Brasília /DF)
2. Concessionária do Bloco Sul S.A.
3. Concessionária do Bloco Central S.A.

10 rodoviários**3 ferroviários****6 portuários****3 aeroviários**

Realizadas **27 emissões de Debêntures Incentivadas** no setor de logística e transporte, no montante de **R\$ 14,03 bilhões**.

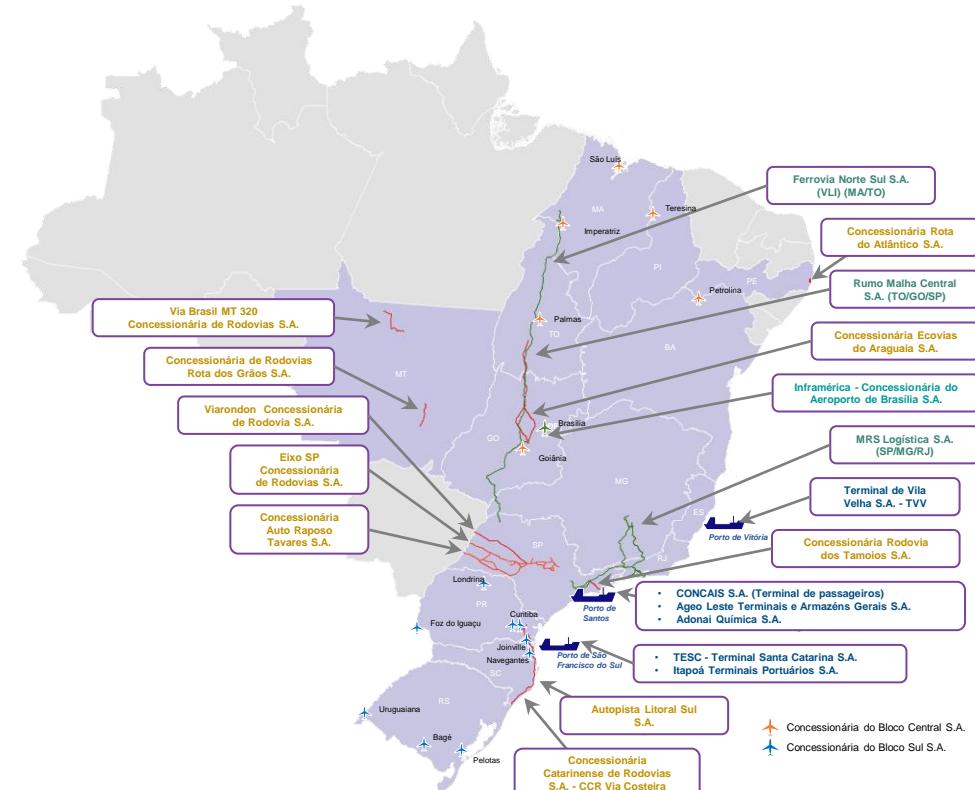
R\$ bilhões	Rodovias	Ferrovias	Portos	Aeroportos	Total
CAPEX dos projetos aprovados em 2021	29,47	3,99	2,13	7,13	42,72
Valor previsto para emissão de Debêntures Incentivadas	7,60	3,79	2,13	4,51	18,03
Volume de Debêntures Incentivadas emitidas em 2021	6,21	4,49	3,33	0,00	14,03

R\$ 42,72 bilhões

CAPEX dos projetos aprovados

R\$ 18,03 bilhões

Valor previsto para emissão



28 Projetos de REIDI aprovados

10 Projetos voltados ao Transporte Rodoviário

1. Viabahia Concessionaria de Rodovias S.A.
2. Concessionária Rota das Bandeiras S.A.
3. Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.
4. Transbrasiliiana - Concessionária de Rodovias S.A.
5. Concessionária Rota de Santa Maria S.A.
6. Via Norte Sul Rodovias S.A.
7. Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.
8. Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.
9. Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
10. Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

7 Projetos voltados ao Transporte Ferroviário

1. Transnordestina Logística S.A.
2. Rumo Malha Paulista S.A.
3. Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Projeto de Implantação da Fico - Subtrecho Fico I)
4. Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Projeto de Implantação da EF-334 - FIOL)
5. Suzano S.A. (Projeto Jubarte)
6. Vale S.A. (Projeto 240mtpa Ferrovia - Trecho Mãe Maria)
7. VLI Multimodal S.A.

11 Projetos voltados ao Transporte Portuário

1. Bracell SP Celulose Ltda. (Projeto Terminal STS14A - Porto de Santos/SP)
2. Terminal de Vila Velha S.A.
3. Eldorado Brasil Celulose Logistica Ltda. (Terminal STS14 - Porto de Santos/SP)
4. Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena S.A. (Terminal GNL Barcarena/PA)
5. Ipiranga Produtos de Petroleo S.A. (Obra BEL-04 - Porto de Miramar/PA)
6. Ascensus Gestão e Participações S.A. (PAR12 - Porto/PR)
7. Timac Agro Industria e Comercio de Fertilizantes Ltda.
8. Tesc - Terminal Santa Catarina S/A
9. Ultracargo Logística S.A.
10. ATU 12 Arrendatária Portuária SPE S.A.
11. ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A.

10 rodoviários

7 ferroviários

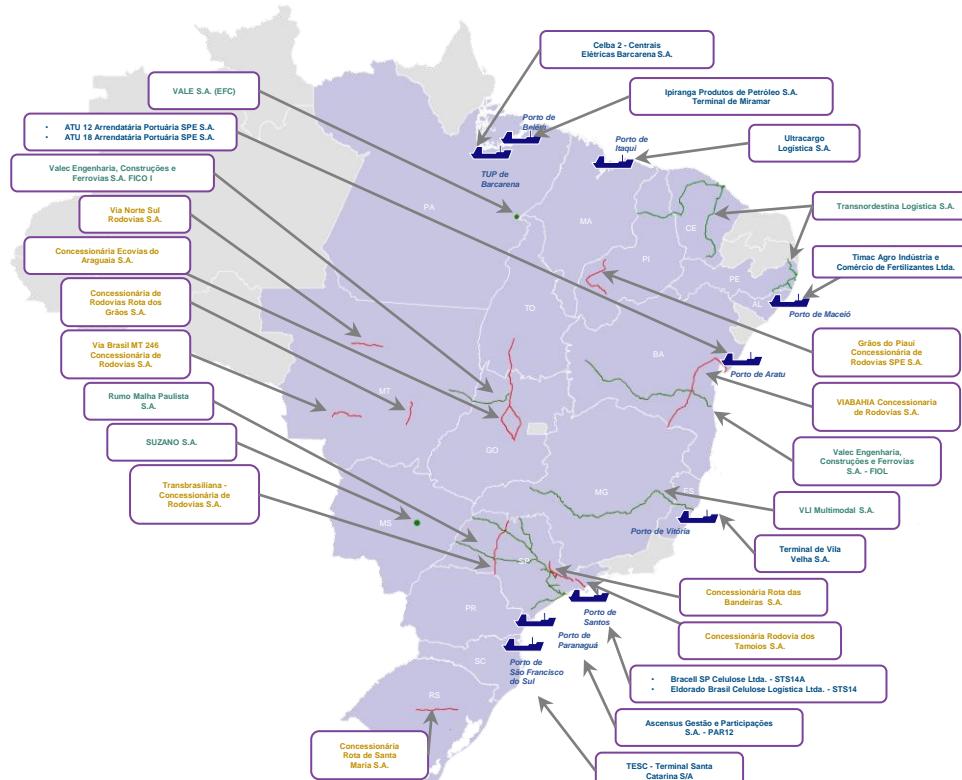
11 portuários

Desoneração estimada de R\$ 1,41 bilhão

Projetos aprovados 2021	Valor total dos projetos (R\$ bilhão)	Desoneração projetada (R\$ bilhão)
Rodovias	12,38	0,51
Ferrovias	12,83	0,74
Portos	2,07	0,16
Total	27,28	1,41

R\$ 27,28 bilhões

Investimentos previstos

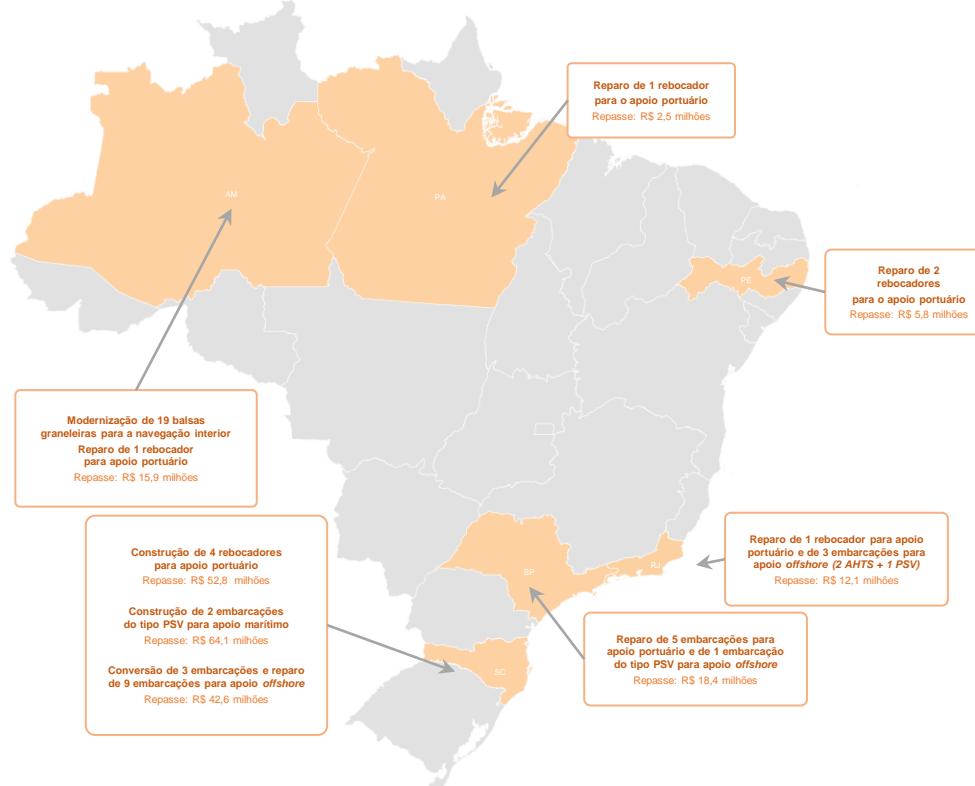


- Com as revisões normativas da Lei nº 10.893, de 2004, implementadas pela Lei 14.301, de 07 de janeiro de 2022, que instituiu o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar), espera-se que nos próximos exercícios o FMM amplie o volume de repasse no setor naval;
- Repasse no total de R\$ 214,1 milhões, contemplando 51 embarcações. E conclusão de 46 embarcações com apoio do FMM;
- 225 projetos com auxílio financeiro da Conta Vinculada (AFRMM), liberação de R\$ 613,9 milhões.

Repasses FMM

R\$ 214,1 milhões

Repassados em 2021 do FMM
para a indústria naval



O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) é um tributo instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404/1987. Suas normas são estabelecidas pela Lei nº 10.893/2004, que determina sua incidência e destinação.

É a principal fonte de recursos do FMM

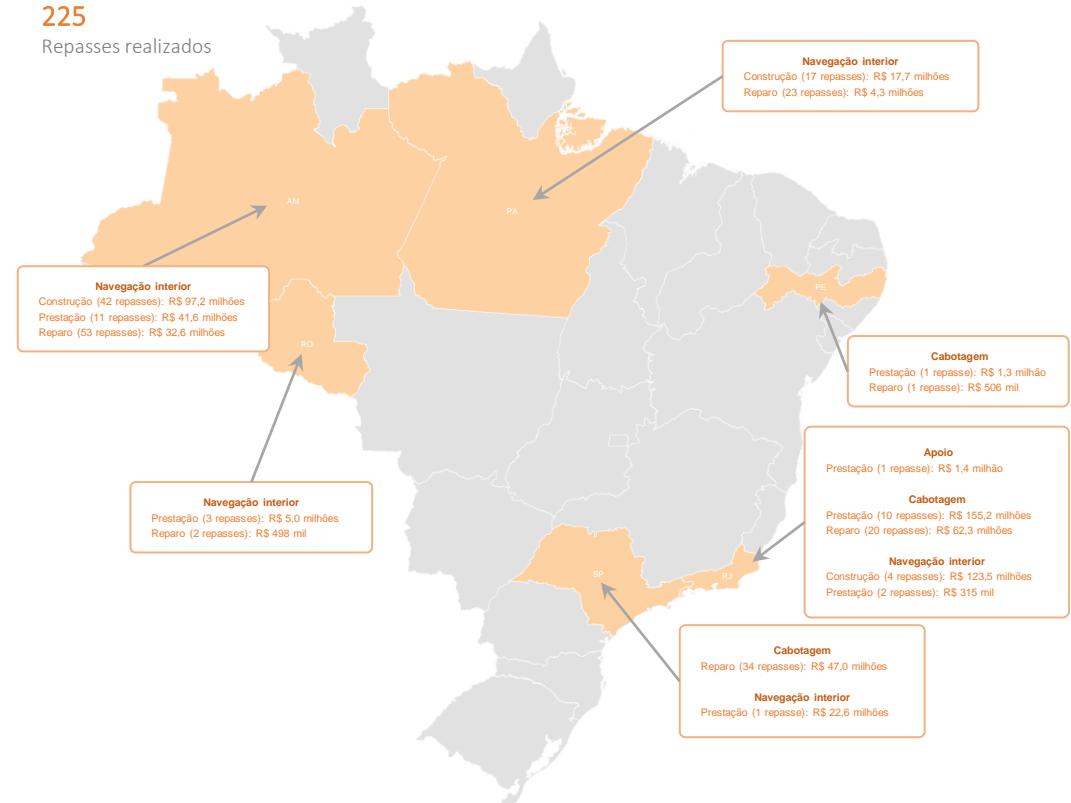
Contas vinculadas do AFRMM

R\$ 613,9 milhões

Liberados^{*} em 2021

225

Repasses realizados



^{*}Valor por UF da empresa Beneficiária

Aviação civil

O Programa Aviação Civil, contemplado no PPA 2020-2023, busca atender os desafios do setor, considerando o propósito estabelecido pela Política Nacional de Aviação Civil - PNAC de "assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial".

O Índice de Desenvolvimento da Aviação Civil - IDAC é o Indicador 8677 do PPA 2020 - 2023 e busca avaliar os resultados e impactos da política de aviação civil por meio de três "sub-índices" que abordam a competitividade (Índice de Desenvolvimento da Rede Aeroportuária - IDRA), a satisfação do usuário (Índice de Satisfação Geral dos Passageiros - ISGP) e a segurança (Índice de Segurança da Aviação Civil - ISAC). Para fins comparativos, o resultado do IDAC em 2020 havia sido 0,312.

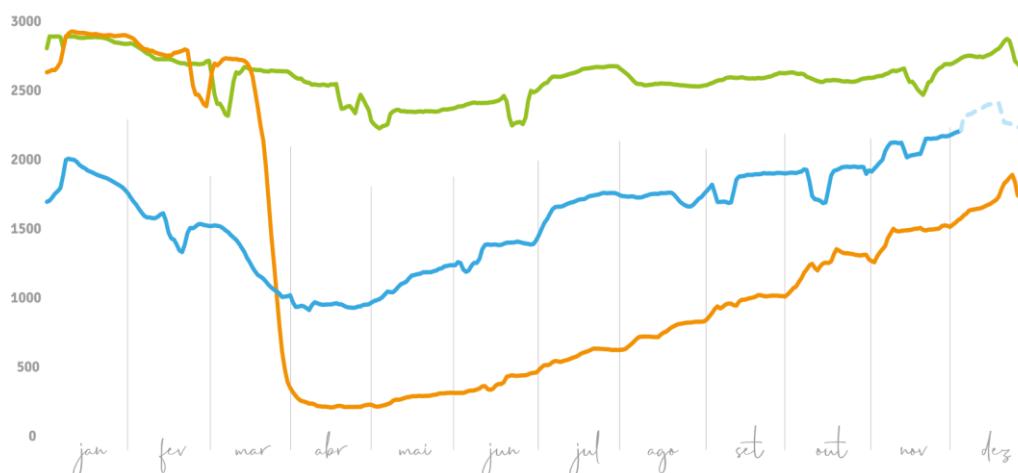
Ano	Resultado IDAC	Meta	Peso	Subíndices	Total (2021)	Referência (2018)
2021	0,489	0,665	0,5	IDRA	0,375	0,594
			0,3	ISGP	0,560	0,512
			0,2	ISAC	0,667	0,533

O Programa é monitorado continuamente e contribui para a melhoria dos indicadores com foco na competitividade da aviação civil brasileira (número de aeroportos atendidos e quantidade de passageiros transportados), na qualidade (opinião dos passageiros) e na segurança da aviação civil. Assim, foram criados três subíndices com diferentes pesos para a composição do IDAC:

- Índice de Desenvolvimento da Rede Aeroportuária (IDRA) – para o ano de 2021, houve a continuidade da metodologia utilizada no ano anterior, onde foram considerados somente os aeroportos que tiveram operações por pelo menos oito meses no referido ano. Foi incluído o novo aeroporto de Vitória da Conquista/BA, com isso, se encaixaram no critério 110 aeroportos e o resultado foi de 0,375, vale salientar que o IDRA representa 50% do peso total do IDAC;
- Índice de Satisfação Geral dos Passageiros (ISGP) - foi realizada a pesquisa de satisfação dos passageiros no primeiro, terceiro e quarto trimestres de 2021. No segundo trimestre foi repetido o valor do primeiro, pois não foi possível a realização da pesquisa, uma vez que o Brasil enfrentava a segunda onda de Covid-19. O valor de satisfação anual foi de 4,45, resultando no valor do ISGP de 0,560;
- Índice de Segurança da Aviação Civil (ISAC) - criado a partir do número médio de acidentes dentro do período do PPA 2020-2023 (metodologia ajustada, a anterior se baseava nos acidentes dos últimos cinco anos), em que quanto menor o número de acidentes, maior o índice. Cabe esclarecer que não se trata de uma meta de "média do número de acidentes", mas sim, uma "meta de segurança", inversamente proporcional à média do número de acidentes. No ano de 2021, ocorreu um acidente nas operações de voos regulares, obtendo o valor do ISAC igual a 0,667.

IMPACTO NOS VOOS TOTAIS: 2019 VS. 2020 VS. 2021

VOOS ENTRE AEROPORTOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS



Principais resultados

Concessões Aeroportuárias

O Governo Federal tem trabalhado para ampliar a participação da iniciativa privada no processo de desenvolvimento da infraestrutura, manutenção e exploração dos aeroportos federais, tendo o programa de concessões um papel importante nos esforços empreendidos. Em 2021, ocorreu a 6ª rodada de concessões aeroportuárias, em que foram leiloados 22 aeroportos em abril do mesmo ano. Os contratos de concessão desses aeroportos foram assinados nas seguintes datas:

- Bloco Sul: Aeroporto de Curitiba/PR, Foz do Iguaçu/PR, Navegantes/SC, Londrina/PR, Joinville/SC, Bacacheri/PR, Pelotas/RS, Uruguaiana/RS e Bagé/RS. Contratos assinados em 20 de outubro de 2021;
- Bloco Central: Goiânia/GO, Palmas/TO, São Luís/MA, Imperatriz/MA, Teresina/PI e Petrolina/PE. Contratos assinados em 18 de outubro de 2021; e
- Bloco Norte: Manaus/AM, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cruzeiro do Sul/AC, Tabatinga/AM, Tefé/AM e Boa Vista/RR. Contratos assinados em 20 de setembro de 2021.

A meta estabelecida para 2021 foi atingida integralmente.

O Brasil possui atualmente pelo menos dez diferentes operadores privados atuando na gestão e exploração aeroportuária, muitos deles trazendo experiências internacionais. Os 44 aeroportos já concedidos respondem por aproximadamente 74,8% do tráfego doméstico e 99,2% do internacional. Os números refletem o êxito do programa federal de concessões e a importância de sua continuidade. Nesses aeroportos serão investidos pelo setor privado mais de R\$ 60 bilhões durante o período das concessões, sendo que, desse total, mais de R\$ 20 bilhões já foram realizados. O montante investido pelas concessões privadas é maior do que o valor investido em toda a infraestrutura aeroportuária nacional nos 16 anos anteriores ao início das concessões (1995 a 2010).



Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais -PR
 Aeroporto concedido na 6º rodada - leilão em abril/2021. Imagem: bemparana.com.br

Em 2021 também houve importante avanço no processo da Sétima Rodada de Concessões Aeroportuárias, que deve conceder à iniciativa privada outros 15 aeroportos, que estão divididos em três blocos: Bloco Aviação Geral, composto pelos Aeroportos Campo de Marte - São Paulo/SP e de Jacarepaguá/RJ - Roberto Marinho (SBJR); Bloco Norte II: formado pelos Aeroportos de Belém (Val de Cans) e Macapá/AP; e Bloco SP/MS/PA/MG: constituído pelos Aeroportos de Congonhas/SP, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Ponta Porã/MS, Santarém/PA, Marabá/PA, Carajás - Parauapebas/PA, Altamira/PA, Uberlândia/MG, Montes Claros/MG e Uberaba/MG.

Os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da Sétima Rodada foram, em 2021, selecionados por meio do Edital nº 1/2021 – Seleção de Estudos e, em seguida, submetidos à Consulta Pública pela ANAC. Após as análises das contribuições advindas da Consulta Pública ANAC, os documentos jurídicos e os EVTEA encontram-se em processo de análise e fiscalização pelo Tribunal de Contas da União, em conformidade com a Instrução Normativa-TCU vigente (IN nº 81/2018). De posse dos EVTEAs ajustados e aprovados pelo MInfra e pelo TCU, serão disponibilizados pela ANAC em seu sítio na internet o edital de leilão, a minuta do contrato de concessão a ser celebrado com o vencedor de cada objeto (bloco) e seus respectivos anexos. O leilão da Sétima Rodada está previsto para ocorrer no segundo trimestre de 2022.

Adequação da Infraestrutura Aeroportuária

O Brasil segue ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização.

Aeroportos Reformados

Aeroporto	Investimentos - Milhões R\$			Data de conclusão	Detalhamento das obras
	União	Estado/ Município	Total		
Maringá/PR (Lado Ar)	76,53	4,96	81,5	out/21	Projetos, ampliação e recuperação da Pista de Pouso e Decolagem (PPD), implantação de taxiway paralela, recuperação de taxiways, implantação de acostamentos nas taxiways existentes, ampliação e reconstrução do pátio de aeronaves, reforma e ampliação da Seção Contra Incêndio (SCI), implantação de auxílios à navegação aérea e obras complementares.
Ipatinga/MG	12	1,24	13,24	dez/21	Restauração da PPD, das taxiways e do pátio de aeronaves, execução da nova sinalização horizontal das taxiways e do pátio.
Cacoal/RO (TPS)	8	0,4	8,4	dez/21	Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros (TPS); mobiliário e equipamentos; ajustes do sistema viário de acesso ao terminal, estacionamento de veículos; ajustes nas vias de serviços internas e no pátio de aeronaves; reforma do sistema de balizamento luminoso; sinalização horizontal (PPD, taxiways, pátio de aeronaves); e serviços complementares.
Estirão do Equador/AM	36,44	-	36,44	dez/21	Reforma do pátio de aeronaves, construção da PPD e cerca operacional.
Bonito/MS (PAPI + SCI)	3,87	1,66	5,53	dez/21	Obras de reforço e recuperação da PPD, taxiway e pátio de aeronaves. A obra não foi concluída como o previsto devido à rescisão contratual por parte da empresa contratada, sendo necessário efetuar uma rellicitação.
Sorriso/MT	-	-	-	dez/21	Obras de reforço e recuperação da PPD, taxiway e pátio de aeronaves. A obra não foi concluída como o previsto devido à rescisão contratual por parte da empresa contratada, sendo necessário efetuar uma rellicitação.

Além disso, seis obras ficaram pendentes em 2020, sendo cinco concluídas e entregues em 2021 e uma com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2022 :

- Aeroporto de Linhares/ES (Lado Ar): construção de nova PPD e de nova pista de táxi, melhoramento da pista de táxi existente "B", ampliação do pátio de aeronaves, sinalização horizontal, sinalização luminosa na nova pista de pouso e decolagem e na pista de táxi.
- Aeroporto de Coxim/MS: execução de recapeamento na PPD, pista de taxi e pátio de aeronaves e implantação de cerca operacional;
- Aeroporto de Santarém/PA: demolição e reconstrução das cabeceiras da pista de pouso e decolagem;
- Aeroporto de Foz do Iguaçu/PR: duplicação do acesso ao TPS, ampliação do pátio de aeronaves e implantação de taxiway;
- Aeroporto de Navegantes/SC: reforma e ampliação do terminal de passageiros e edificações complementares; e
- Aeroporto de Congonhas/SP: ampliação da área de vistoria de embarque de passageiros, ampliação da sala de embarque remoto, incluindo construção de novos sanitários e ampliação da plataforma de embarque remoto do aeroporto. Postergação da conclusão da obra devido dificuldades da contratada na aquisição de insumos, em decorrência da pandemia, e produtividade prejudicada pelas dificuldades inerentes de execução de obras em área operacional do aeroporto.

Outras entregas

Houve instalação de novos equipamentos em três aeroportos: Cacoal/RO - implantação de auxílios à navegação PAPI, Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo (EPTA) e estação meteorológica para operação em *Instruments Flights Rules* (IFR); Cascavel/PR - aquisição e instalação de equipamentos de raio-x; e Rio Verde/GO – instalação de PAPI Primário.

Adotando a premissa da qualidade dos serviços oferecidos e a importância da opinião dos passageiros nas decisões dos agentes responsáveis pelo transporte aéreo, é realizada pesquisa de satisfação do usuário, na qual é avaliada a experiência do passageiro em diversos itens de infraestrutura, atendimento e serviços, sendo realizado o monitoramento do desempenho de diferentes processos aeroportuários, como check-in, inspeção de segurança, restituição de bagagem, dentre outros, nos principais aeroportos do país.

Este ano, devido à Pandemia, de abril a julho, optou-se por coletar, informações sobre a percepção do usuário do transporte aéreo com relação a pandemia e seus efeitos na decisão de fazer um voo, com o objetivo de entender a situação e buscar trazer novamente a confiança do passageiro no setor aéreo.

Evolução da satisfação geral do passageiro



* Os trimestres sem valores se referem aos períodos de suspensão da Pesquisa de Satisfação devido à pandemia de Covid-19

Cabe enfatizar também que está sendo implantado, com previsão de conclusão em 2022, na área de facilitação do transporte de carga aérea, o novo sistema de Controle de Carga e Trânsito CCT Importação – Modo Aéreo, coordenado pela Receita Federal, com o apoio do MInfra, que busca integrar os sistemas corporativos das empresas ao Portal Único do Comércio Exterior, viabilizando uma comunicação rápida, segura e transparente. A lógica do processo de fiscalização passa a ser a da não-intervenção humana no fluxo logístico. O novo processo é baseado no gerenciamento de riscos intensivos. Dessa forma, estima-se reduzir em até 90% os casos de intervenção humana, garantindo, ainda, maior segurança a partir de controles mais eficientes e inteligentes. Como consequência, espera-se uma redução significativa no tempo médio (meta de reduzir em 80%) e nos custos envolvidos.

Aumento da Competitividade no Transporte Aéreo

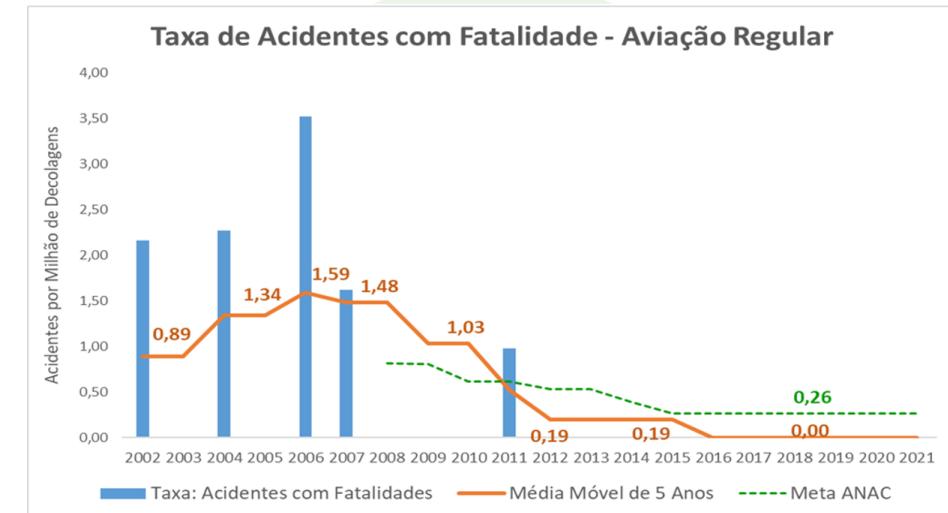
Como resultado das ações adotadas pelo Ministério da Infraestrutura no âmbito do Programa Competitividade do Transporte Aéreo, estão sendo alcançados objetivos expressivos para o setor de aviação civil. A especificação do combustível JET-A para comercialização no mercado brasileiro pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem o potencial de representar uma economia de ao menos US\$ 10 milhões por ano para as empresas aéreas brasileiras, segundo estimativas da Associação Internacional do Transporte Aéreo (IATA).

Ainda como parte das ações desse Programa, o Ministério da Infraestrutura vem participando de debates com o Ministério da Economia, com a ANP e com a ANAC sobre formas de aumentar a competitividade na distribuição de combustíveis nos aeroportos, bem como tem discutido com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciativas para a redução da judicialização no transporte aéreo, outro item de custo significativo para as empresas aéreas. Ambas as discussões prosseguirão no ano de 2022.

Promoção da Segurança da Aviação Civil

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (*safety*) e proteção contra atos de interferência ilícita (*security*). A segurança de voo (*safety*) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a *safety* – certificação e fiscalização - alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já *security* é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea - como, por exemplo, os atentados terroristas.

No que se refere à segurança do transporte aéreo, o Governo Federal fiscalizou, no ano de 2021, diversos itens relativos à regulação econômica, infraestrutura aeroportuária, operações aéreas e aeronavegabilidade. Essas ações contribuíram para a redução da média móvel da taxa de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, caiu para 0,19 no ano de 2015 e alcançou taxa 0 (zero) em 2016, mantendo-se em 0 (zero) em 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. Esse é um parâmetro mundialmente utilizado como indicador de desempenho da aviação civil e representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.



Fonte: Anac

Capacitação profissional e desenvolvimento tecnológico

Também foi promovido um conjunto de eventos referente as Ações Nacional de Aviação Civil para promover o cumprimento consciente dos requisitos regulamentares e aprimorar a cultura da segurança no setor, como também reduzir a assimetria de informações entre as partes envolvidas. Tais eventos têm o objetivo de desenvolver a aviação civil a partir de atividades ligadas à qualificação, capacitação e divulgação de informações aos profissionais da aviação civil.

Nesse sentido, o Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos - TREINAR ofereceu 1.400 vagas para o curso online de Introdução à Aviação, por meio de parceria estabelecida entre a SAC/MInfra e a instituição de ensino norte-americana *Embry-Riddle Aeronautical University*. O curso objetiva nivelar o conhecimento dos profissionais de aeroportos regionais, de forma a suprir a deficiência acerca de conceitos básicos sobre aviação, bem como atualizar e ampliar o conhecimento dos profissionais mais experientes, qualificando-os para melhor exercerem seu ofício.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico, o Governo Federal inaugurou uso de reconhecimento facial ou biométrica sem apresentação do cartão de embarque e de documentos de identificação do passageiro nos aeroportos de Congonhas, Santos Dumont, Confins, Salvador e Florianópolis, projeto conhecido como Embarque mais Seguro. Pela primeira vez no país, o Governo Federal testou o embarque aéreo 100% digital, com uso de reconhecimento facial e sem a apresentação do cartão de embarque pelos passageiros. O projeto-piloto idealizado pelo Ministério da Infraestrutura (MInfra) e desenvolvido pelo Serpro, empresa de tecnologia da informação do Governo Federal, torna mais eficiente, ágil e seguro o processo de embarque nos aeroportos.

Medidas de enfrentamento aos impactos ocasionados pela Covid-19

No enfrentamento à pandemia da Covid-19, foi sancionada a Lei nº 14.174, de 17 de junho de 2021 (conversão da Medida Provisória nº 1.024, de 31 de dezembro de 2020), que prorrogou até 31 de dezembro de 2021 as medidas emergenciais para atenuar os efeitos sobre a aviação civil. A prorrogação do prazo de 12 (doze) meses para reembolso das passagens aéreas e para desistência da viagem por parte do passageiro sem penalidades caso opte por manter o valor como crédito permitiu que empresas e consumidores conseguissem adequar seus respectivos planejamentos ao longo do ano de 2021.

O MInfra, em parceria com o Ministério da Saúde, também promoveu a vacinação dos profissionais do setor de aviação civil, incluindo funcionários de empresas aéreas, aeroportos e empresa de serviços auxiliares, além de servidores públicos que trabalham nos aeroportos brasileiros. A vacinação prioritária alcançou mais de 90 mil profissionais da aviação civil, que trabalharam na linha de frente, para que o transporte de insumos (vacinas, remédios, órgãos para transplantes) e passageiros não fosse interrompido durante a pandemia, protegendo a saúde desses profissionais.

Realizou-se, ainda, a Pesquisa sobre o Impacto da Covid-19 no setor de aviação civil, que tem como objetivo avaliar a disposição em viajar do passageiro durante o período pandêmico. A pesquisa orientará os operadores aéreos e aeroportuários na tomada de decisão e no planejamento da oferta do transporte aéreo nos próximos meses.

Relativo aos Estudos e Planejamento da Aviação Civil, com vista ao cumprimento das políticas públicas, avançou-se significativamente os trabalhos voltados à atualização do Plano Aerooviário Nacional – PAN 2022-2052. O PAN terá o foco no transporte de pessoas e carga aérea, com foco em localidades isoladas, polos turísticos, aviação geral, segurança, sustentabilidade e integração com as cidades. Neste processo foi concluído as projeções de demanda 2022-2052 do transporte de passageiros e carga, com análise do impacto da pandemia de COVID-19 no setor.

Aviação Civil - Principais desafios e ações futuras

Em 2022, terão destaque as discussões acerca da sustentabilidade ambiental da aviação civil. Com a proximidade da 41ª Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), em setembro do próximo ano, o Brasil deve apresentar nova edição do Plano de Ação para Redução de Emissões de CO₂ da Aviação Civil Brasileira. O trabalho sobre a nova versão, iniciado em dezembro de 2021, está sendo conduzido conjuntamente pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e pela Subsecretaria de Sustentabilidade (Sust) do Ministério da Infraestrutura, bem como pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), e envolve a participação dos principais atores do setor de aviação civil, tais como empresas aéreas, operadores aeroportuários, fabricantes aeronáuticos e distribuidores de combustíveis, além de diversos pesquisadores da área.

Também será de extrema relevância o debate acerca de incentivos à produção de combustíveis sustentáveis de aviação no Brasil. Ao longo de 2021, o Ministério da Infraestrutura participou de diversos fóruns sobre o tema, entre eles o Subcomitê ProBioQAV, criado no âmbito do Programa Combustível do Futuro, instituído pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Discute-se no Subcomitê proposta constante do Projeto de Lei 1.873, de 2021, que busca estabelecer a adição mínima obrigatória de combustível sustentável de aviação ao querosene de aviação civil. Embora a iniciativa contribua para o desejado propósito de redução de emissões, ainda há muita incerteza sobre o impacto nos custos operacionais do transporte aéreo, tornando-se indispensável a continuidade do envolvimento do Ministério da Infraestrutura no debate.

Quanto às concessões aeroportuárias, em 2022, será realizada a sétima rodada de concessões que contará com 15 aeroportos divididos em 3 blocos: Bloco Aviação Geral (Jacarepaguá/RJ e Campo de Marte/SP); Bloco Norte II (Belém/PA e Macapá/AP); e Bloco SP/MS/PA/MG (São Paulo/SP, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Ponta Porã/MS, Santarém/PA, Marabá/PA, Parauapebas/PA, Altamira/PA, Uberlândia/MG, Montes Claros/MG e Uberaba/MG). Além disso, ocorrerá a relicitação dos aeroportos de Viracopos/SP e São Gonçalo do Amarante/RN.

O MInfra trabalha ainda para que, em 2022, oito aeroportos localizados no estado do Amazonas alcancem autorização legislativa para a contratação de Parceria Público Privada (PPP) na modalidade concessão patrocinada. Trata-se de ativos já qualificados no âmbito do PPI e incluídos no PND, conforme art. 8º do Decreto nº 10.635, de 22 de fevereiro de 2021. Em paralelo, os estudos de viabilidade (EVTEA) que irão subsidiar a modelagem da referida concessão estão sendo realizados no âmbito da licitação RDC ELETRÔNICO nº 5/2021, conduzida pela EPL, empresa pública vinculada ao MInfra.

Das obras de infraestrutura, está previsto para 2022 a entrega das obras dos aeroportos de Aracati/CE (cerca), Araguaína/TO (lado Ar), Bom Jesus/PI (lado Ar), Cacoal/RO (mobilário e equipamentos), Caçador/SC (lado Ar), Fernando de Noronha/PE (sinalização), Joaçaba/SC (lado Ar), Passo Fundo/RS (revitalização completa), São Borja/RS (pavimentação), Sorriso/MT (pavimentação), Itacoatiara/AM (lado Ar), Maués/AM (lado Ar), Araxá/MG (PAPI), Feira de Santana/BA (PAPI), Guanambi/BA (PAPI), Lages/SC (PAPI), Paracatu/MG (cerca e auxílios), Valença/BA (PAPI), Maringá/PR (ILS + EMS1), Oriximiná/PA (lado Ar), Congonhas/SP (EMAS), Belém/PA (novo setor de aviação geral) e Altamira/PA (TPS), além da entrega e instalação de mais 5 (cinco) estações meteorológicas de superfície automática em localidades a definir.

Por fim, estão previstos ainda a celebração de 14 novos convênios de delegação, cujos aeródromos encontram-se delegados a Estados e municípios por meio de instrumentos antigos e desatualizados em relação à legislação em vigor; a atualização dos Planos de Zoneamento Civil-Militar dos aeródromos em gestão compartilhada com o Comando da Aeronáutica; e o redimensionamento de sítios aeroportuários, com foco na Região Norte.

Transporte terrestre e trânsito

Com a finalidade de fazer frente aos principais desafios do setor, o Programa Transporte Terrestre e Trânsito, contemplado no PPA 2020-2023, baseia-se na cobertura da malha, na capacidade das rodovias e ferrovias, na eficiência e na segurança do transporte terrestre e do trânsito para a melhoria da infraestrutura do país, com a adequação da capacidade das rodovias e ferrovias. O desafio em médio e longo prazo do Programa Transporte Terrestre e Trânsito é ampliar a cobertura dos modais ferroviário e rodoviário para compatibilizá-los à crescente demanda de cargas e passageiros. Além do investimento público, as concessões/partnerias têm sido fundamentais para permitir a prestação de serviço público pela iniciativa privada, de modo a aumentar os investimentos, impulsionar a economia, ampliar a capacidade de produção, reduzir os custos de escoamento e aprimorar a infraestrutura logística, para melhorar a qualidade dos serviços e gerar empregos e renda para os brasileiros. Assim o Ministério da Infraestrutura (MIInfra) está transformando a infraestrutura do país, reduzindo custos logísticos, proporcionando mais competitividade e gerando benefícios aos usuários.

Para medir os resultados do Programa ao longo dos anos, foi instituído o Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito (IESTTT). Esse índice busca avaliar os resultados e impactos da política de transporte terrestre e trânsito, abordando as dimensões do Planejamento Estratégico Institucional - PEI (competitividade, segurança e satisfação do usuário). O IESTTT é composto de 15 indicadores setoriais ou subíndices, sendo:

- | | | |
|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| 1. Evolução da malha rodoviária | 6. Eficiência energética - ferroviário | 11. Acidentes ferroviários com óbitos |
| 2. Manutenção rodoviária | 7. Morte no trânsito | 12. Conflitos ferroviários solucionados |
| 3. Concessões rodoviárias | 8. Acidentes em rodovias federais | 13. Acidentes ferroviários graves |
| 4. Carga transportada em ferrovias | 9. Vítimas fatais em acidentes em rodovias federais | 14. Malha rodoviária não-concedida entre bom/ótimo estado de conservação |
| 5. Velocidade média comercial - ferroviário | 10. Índice de acidentes ferroviários | 15. Integração de municípios ao Sistema Nacional de Trânsito |

No ano de 2021, observa-se que os subíndices 2, 3, 7 e 15, superaram a meta para o ano, o que impulsionou o IESTTT ao resultado 5,63, superando a meta prevista de 2021 em 40,75%.

Resultado do Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito - IESTTT

Referência 2019	Resultado 2021	Meta PPA (2021)	Peso PEI	Peso	Subíndices	Referência (2019)	Resultado 2021	Meta PPA (2021)	
1,88	5,63	4,0	Competitividade	0,6	0,080	Indicador 1	0,06	0,17	0,19
					0,290	Indicador 2	0,23	1,45	0,70
					0,360	Indicador 3	0,29	2,16	0,86
					0,115	Indicador 4	0,13	0,12	0,28
					0,100	Indicador 5	0,11	0,10	0,24
					0,055	Indicador 6	0,10	0,07	0,13
			Segurança	0,2	0,35	Indicador 7	0,13	0,60*	0,28
					0,175	Indicador 8	0,06	0,11	0,14
					0,175	Indicador 9	0,06	0,07	0,06
					0,075	Indicador 10	0,03	0,03	0,06
					0,075	Indicador 11	0,03	0,02	0,06
					0,09	Indicador 12	0,02	0,06	0,07
			Satisfação	0,2	0,06	Indicador 13	0,02	0,02	0,05
					0,7	Indicador 14	0,19	0,14 **	0,56
					0,3	Indicador 15	0,11	0,50	0,24

*Utilizados os dados do DATASUS de morte no trânsito de 2020 (Existe um delay de 90 dias para atualização dos dados anuais, que são divulgados com defasagem de um ano);

**Utilizados os dados da última pesquisa disponível, de 2020 (delay de 180 dias e defasagem de um ano).

Investimentos Plurianuais Prioritários

O Ministério da Infraestrutura possui 13 investimentos plurianuais prioritários listados nos anexos III da Lei do PPA nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Destes, todos fazem parte do Programa Transporte Terrestre e Trânsito, sendo 12 do transporte rodoviário e um do transporte ferroviário, a seguir listados:

Empreendimento	Extensão (km)	Lotes	Execução Física (km)	% de Execução	Execução Financeira (milhões R\$)	Previsão de Conclusão
BR-280/SC - Adequação S. Francisco do Sul - Jaraguá do Sul	73,9	3	2	2,70%	79,38	Mar/2023
BR-470/SC - Adequação Navegantes - Rio Sul	73,2	5	10	13,66%	99,63	Nov/2022
BR-101/BA - Adequação Divisa SE/BA- Entr. BR-324	166,5	4	20	12,01%	88,99	Dez/2022
BR-381/MG - Duplicação Gov. Valadares - Belo Horizonte	303,0	2	0*	-	48,87	Jun/2022
BR-163/PA - Construção Divisa MT/PA - Santarém	914,0	2	1,0	0,1%	26,23	Dez/2022
Porto de Pecém - Acesso rodoviário BR-222/CE	24,0	1	13,0	54,17%	41,71	Maio/2023
BR-163/MT - Adequação Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil	403,0	3	5,0	1,24%	30,99	Dez/2022
BR-101/AL - Adequação Divisa AL/PE - Divisa AL/SE	248,4	2	53,0	21,34%	92,99	Jan/2023
BR-116/RS - Adequação Eldorado do Sul - Pelotas	227,0	9	11,0	4,84%	77,16	Nov/2022
BR-163/PR - Adequação Cascavel - Guairá	147,0	2	1,0	0,68%	57,04	Ago/2022
BR-163/PR - Adequação Entr.BR-277 - Cascavel - Marmelândia	74,0	1	0**	-	4,02	Dez/2022
Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaiá - nas BRs 116/290/RS	-	-	-	1%	15,84	-
Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL (Ilhéus/BA - Barreiras/BA)	1.022,0	-	73,0***	9,9%	360,78	Dez/2023

*As obras foram paralisadas devido ao rompimento de taludes.

**Houve a paralisação por parte da empresa contratada, em função disso não houve execução física (as responsabilidades estão sendo apuradas).

***Dados referentes a FIOL II.

Modal rodoviário

- Concessões rodoviárias: foram leiloados 2.485,5 km (sendo 850,7 km com contrato assinado em 2021), correspondendo aos trechos das BR-153/080/414/GO/TO (850,7 km), BR-163/230/MT/PA (1.009,0 km) e BR-116/101/SP/RJ (625,8 km), totalizando R\$ 24,5 bilhões em investimentos;
- Construção ou adequação de rodovias federais: foram executados 413,41 km de obras de construção/adequação rodoviária. Os empreendimentos executados foram regionalizados da seguinte forma: no Nordeste 254,23 km; no Sul 120,27 km; no Centro-Oeste 19,52 km; no Sudeste 12,77 km e no Norte 6,62 km. A meta para 2021 (348,49 km) foi superada em 18,62%; e
- Manutenção de rodovias federais: atualmente, 60.265,22 km (94,24%) de um total de 63.948,66 km (8.362 km não pavimentados e 55.586,66 km pavimentados) da malha rodoviária federal encontram-se assegurados por serviços de manutenção, todos cobertos por contratos que podem ser: Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PATO), Contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA) e Contratos de Restauração. O percentual de 94,24% supera a meta de 90% prevista para 2021.

Modal ferroviário

- Concessões ferroviárias: foi realizado o leilão para a subconcessão do trecho entre Ilhéus/BA - Caetité/BA (FIOL I) da FIOL, com extensão de 537,0 km. O contrato foi assinado em setembro de 2021, com valor de outorga de R\$ 32,7 milhões, com prazo de 35 anos. Serão realizados investimentos equivalentes a R\$ 3,3 bilhões. A meta de 2021 foi cumprida;
- Construção de ferrovias: na FIOL, trecho entre Caetité/BA e Barreiras/BA, intitulado como FIOL II, foram investidos cerca de R\$ 360,78 milhões gerando um avanço físico de 9,9% (percentual referente a todas as intervenções do empreendimento, como por exemplo terraplanagem, drenagem, superestrutura e assentamento de trilhos), resultando na entrega de 73 km de trilhos assentados, sendo 43 km com recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual (LOA), 30 km de Restos a Pagar (RAP), além de recursos de investimento cruzado pela renovação de subconcessões junto a Vale S.A, que contemplam a entrega dos trilhos, chegando a um acumulado de 56% no avanço físico das obras. A meta prevista para 2021 era de 68,81 km de ferrovia construída, sendo superada em 6,09%; e
- Adequações ferroviárias: foi concluída a obra de adequação da Linha Férrea em Rolândia, na EF-369/PR, no Estado do Paraná, cumprindo com a meta prevista para 2021.

Trânsito

Na agenda de trânsito pode-se destacar:

- Melhorias e novas funcionalidades na Carteira Digital de Trânsito (CDT), otimizando a interface entre cidadão e serviços de trânsito;
- Implementação do RENAVE - módulo saída de veículo zero km, projetado para que as concessionárias possam fazer a indicação do comprador e da Nota Fiscal Eletrônica (NFe) utilizada na venda de veículos novos;
- Disponibilização do aplicativo VIO (validador do QR Code), público e gratuito, traduzido para o espanhol para uso dos agentes de fiscalização dos países que fazem fronteira com o Brasil, objetivando a validação da autenticidade dos documentos brasileiros;
- Lançamento do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Digital (CRLVe), que reúne o Certificado de Registro do Veículo (CRV) e o Certificado de Licenciamento Anual (CLA) no mesmo documento;
- Disponibilização do App Fiscalização com a finalidade de recolhimento administrativo da CNH digital pelos agentes de fiscalização;

- Lançamento do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST), ferramenta de diagnóstico da sinistralidade no trânsito, que possibilitará a identificação das principais causas e circunstâncias das ocorrências de acidentes e, assim, a promoção de ações e medidas preventivas;
- Documento Eletrônico de Transporte (DT-e), instituído pela Medida Provisória nº 1.051, de 18 de maio de 2021, tem como principal objetivo unificar, reduzir e simplificar dados e informações para desburocratizar a operação de transporte; e
- Publicada a Resolução Contran nº 870, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre a revisão das metas e ações do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018.

Principais desafios e ações futuras

O Ministério da Infraestrutura dará continuidade a entregas relevantes e estratégicas:

- Previsão de construção ou adequação de 350,0 km de rodovias, como exemplo os empreendimentos: adequações da Travessia de Santa Maria na BR-158/287/RS e da BR-163/MT; duplicação da BR-163/PR; e a conclusão do lote 1 da BR-419/MS - entroncamento BR-163/MT (Rio Verde de Mato Grosso) - entroncamento BR-262/MS (Aquaduana);
- Com relação às concessões rodoviárias está prevista a realização de leilões de 15 ativos, gerando aproximadamente R\$ 95,0 bilhões em investimentos durante o período concedido: BR-381/262/MG/ES (686,1 km), BR-116/493/465/RJ/MG (Rio de Janeiro - Governador Valadares, 726,9 km), rodovias integradas do Paraná (3.361,9 km), BR-040/495/MG/RJ + BR-040/MG (473,0 km), Centro-Norte (GO/MT/RO - Contratação BNDES, 2.583,6 km), BR-040/DF/GO/MG (679,7 km) e BR-163/267/MS (1.094,0 km).
- Para o modo ferroviário, pretende-se concluir as obras referentes aos empreendimentos de adequação do ramal ferroviário em Barra Mansa/RJ e adequação à linha férrea em Juiz de Fora/MG. No que se refere às concessões, estão previstos o leilão da construção da Ferrogrão (933,0 km) entre Sinop/MT e Mirituba/PA, bem como a renovação antecipada da Ferrovia Centro Atlântica - FCA (7.215,0 km), gerando R\$ 39,0 bilhões de investimentos; e
- A agenda de trânsito para 2022 será focada na continuidade da transformação digital e no aprimoramento dos aplicativos e serviços disponibilizados, com ênfase na Carteira Digital de Trânsito - CDT, incluindo a funcionalidade da solicitação da Autorização para Transferência de Propriedade do Veículo - ATPVe pelo vendedor e assinaturas do vendedor e comprador quando ambos possuírem as qualificações necessárias no GOV.BR; ocorrerá também a disponibilização de Web Service (eFROTAS) para utilização pelos frotistas com finalidade de recuperação do CRLVe, multas e outros serviços voltados para estes usuários.



FIOL I Ilhéus-Caetité, com previsão de conclusão em até cinco anos.



Travessia urbana de acesso ao município de Horizonte (CE), na BR-116/CE, marca a 100ª obra de infraestrutura de transportes concluída pelo Minfra.



Semanas Nacionais de Trânsito 2021.

Fonte: Minfra

Principais desafios e ações futuras - Pro Trilhos

Em 2021, foi criado o **Programa de Autorizações Ferroviárias - Pro Trilhos**, por meio da Medida Provisória nº 1.065, publicada em 30 de agosto de 2021, que instaura o instituto da outorga por autorização para o setor ferroviário, permitindo a livre iniciativa no mercado ferroviário. O Instituto da Autorização visa aumentar a atratividade do setor privado para realizar investimentos em ferrovias, sejam elas *greenfields* (novos empreendimentos - ferrovias executadas a partir do "zero") ou *brownfields* (empreendimento que utilizará ferrovia já existente, pelo menos em parte da extensão desejada).



Assinatura de Contrato de Adesão de Autorizações Ferroviárias:

Dezembro 2021

1. Petrocity Ferrovias Ltda. - trecho entre Barra de São Francisco/ES e Brasília/DF.
2. Macro Desenvolvimento Ltda. - trecho entre Presidente Kennedy/ES, Conceição do Mato Dentro/MG e Sete Lagoas/MG.
3. Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - Ferroeste - trecho entre Cascavel/PR a Foz do Iguaçu/PR.
4. Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - Ferroeste - trecho entre Maracaju/MS a Dourados/MS.
5. Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. - trecho entre Ipojuca/PE e Curral Novo/PI.
6. Grão Pará Multimodal Ltda. - trecho entre Alcântara/MA e Açaílândia/MA.
7. Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - Ferroeste - trecho entre Cascavel/PR a Chapecó/SC.
8. Bracell SP Celulose Ltda. - trecho entre Lençóis Paulista/SP e Pederneiras/SP.
9. Bracell SP Celulose Ltda. - trecho em Lençóis Paulista/SP.
10. Eldorado Brasil Celulose S.A. - trecho entre Três Lagoas/MS a Aparecida do Taboado/MS.
11. Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - Ferroeste - trecho entre Guarapuava/PR e Paranaguá/PR.
12. VLI Multimodal S.A. - trecho entre Água Boa/MT e Lucas do Rio Verde/MT.
13. VLI Multimodal S.A. - trecho entre Uberlândia/MG e Chaveslândia (Santa Vitória/MG).
14. VLI Multimodal S.A. - trecho entre Porto Franco/MA e Balsas/MA.
15. Minerva Participações e Investimentos S.A. - trecho entre Açaílândia/MA a Barcarena/PA.
16. Petrocity Ferrovias Ltda. - trecho entre São Mateus/ES a Ipatinga/MG.
17. Rumo S.A - trecho entre Água Boa/MT e Lucas do Rio Verde/MT.
18. Rumo S.A - trecho entre Uberlândia/MG e Chaveslândia, Santa Vitória/MG.
19. Macro Desenvolvimento Ltda. - trecho entre Sete Lagoas/MG a Anápolis/GO.
20. Brazil Iron Mineração Ltda. - trecho entre Abaíra/BA e Brumado/BA.
21. Fazenda Campo Grande Empreendimentos e Participações Ltda. - terminal de Santo André/SP.

Autorizações Ferroviárias Requerimentos e Assinaturas



Trânsito - Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN

Ainda com relação à temática do trânsito, tratado neste MInfra pela Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN, pode-se afirmar que os objetivos estratégicos são apoiados nos pilares: Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS).



O PNATRANS instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018. Por se tratar de um plano dinâmico, o PNATRANS foi revisado em 2021 por mais de 100 especialistas, representantes de mais de 50 órgãos e entidades públicos e privados, e contou com ampla participação da sociedade, por meio de tomada de subsídios e consulta pública. Esse processo resultou na publicação da Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021, que contempla 154 ações, agrupadas em seis pilares, sob um olhar integral e atualizado sobre a segurança do trânsito.

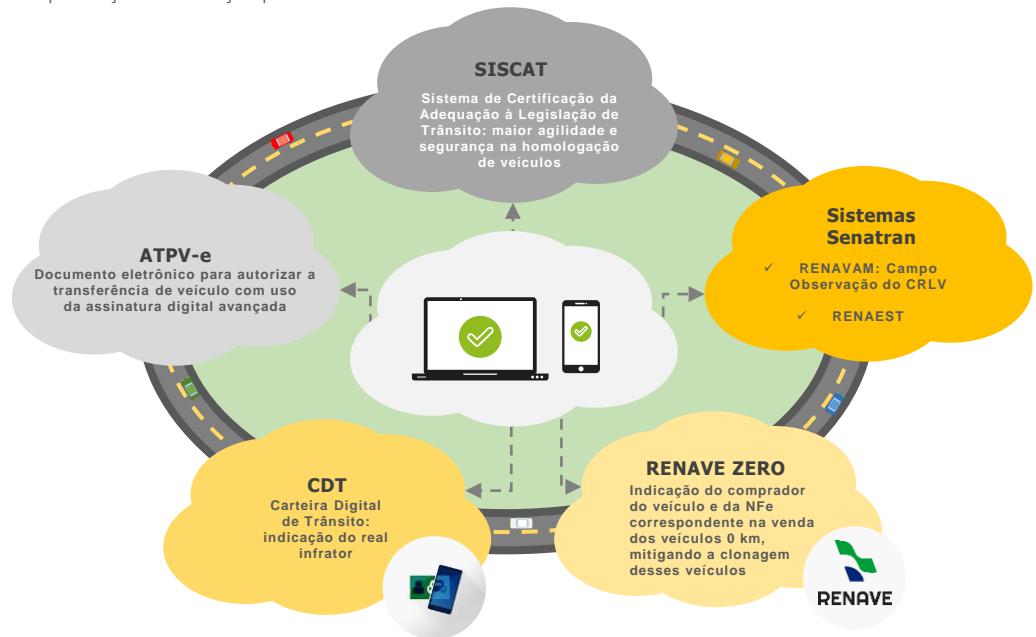
De modo a conferir maior transparência e previsibilidade às atividades da SENATRAN, foi instituída e publicada a Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022, com o objetivo de indicar temas de cunho regulatório a serem estudados no período, amparada no Manual de Procedimentos da Agenda Regulatória.

Como principais projetos destacam-se:



Foi realizado o lançamento do painel do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST), importante ferramenta de diagnóstico da sinistralidade no trânsito que possibilitará a identificação das principais causas e circunstâncias das ocorrências de acidentes e, também a possibilidade de se chegar uma previsibilidade de perfis de usuários que se envolvem em acidentes, assim, promover ações e medidas preventivas de segurança viária e educação no trânsito, com o finalístico objetivo de reduzir as fatalidades garantindo o fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito.

Alinhada às diretrizes do MInfra, a SENATRAN tem buscado promover a Transformação Digital, por meio da desburocratização, simplificação e a redução de tempo e de custos, permitindo a agilidade e universalidade na prestação de serviços públicos.



Foram realizadas melhorias e incorporadas novas funcionalidades à Carteira Digital de Trânsito (CDT), otimizando a interface entre o cidadão e os serviços de trânsito. Entre as ferramentas disponibilizadas, vale destacar a indicação do condutor infrator, a apresentação dos cursos especializados, apresentação dos resultados e validade do exame toxicológico, a integração ao Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE) e, por fim, o novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) na versão digital..

Foi disponibilizado o APP VIO (validador do QR Code da Carteira Nacional de Habilitação - CNH e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV impressos ou digitais), público e gratuito, traduzido para o espanhol, nas lojas de aplicativos dos países do MERCOSUL, para uso dos agentes de fiscalização desses países, objetivando a validação da autenticidade dos documentos Brasileiros.

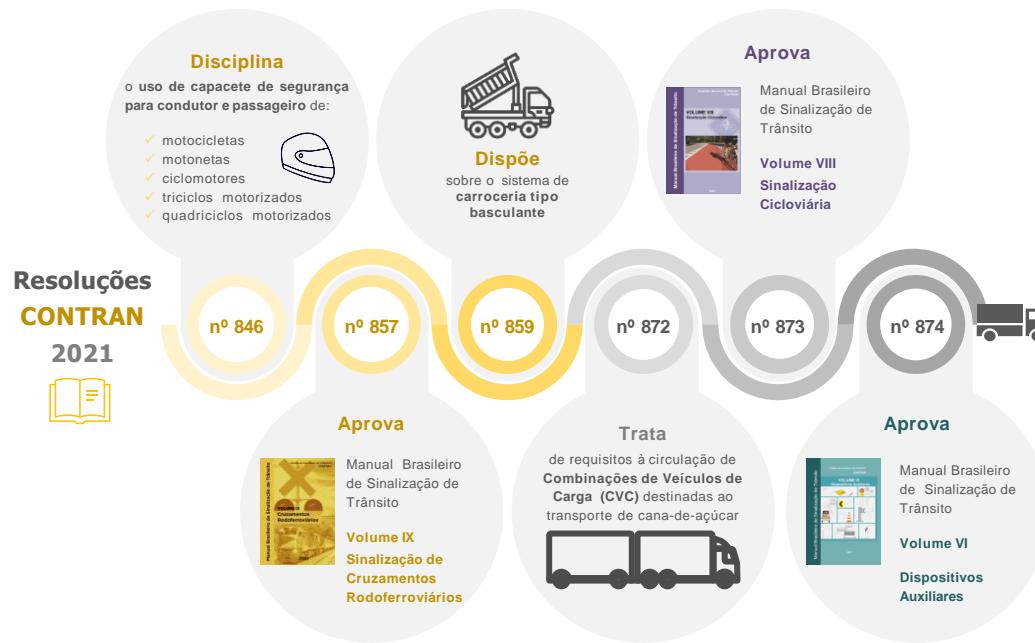
Além disso, houve o lançamento do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Digital CRLV-e, que reúne o Certificado de Registro do Veículo (CRV) e o Certificado de Licenciamento Anual (CLA) no mesmo documento. E também a disponibilização do APP Fiscalização, com a finalidade de recolhimento administrativo da CNH digital pelos agentes de fiscalização.

Outras entregas:

WS-RENAJUD - Leilão Judicial: Desenvolvimento de Web Service (WS) com vistas a permitir que o Poder Judiciário realize a inclusão de veículos em leilão judicial. Integrado com o PJe (Processo Judicial Eletrônico).

Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVM): Tratamento do campo observação possibilitando a padronização das informações do campo observação do CRLV-e.

Segurança Viária



Publicação de normativos previstos nas ações do PNATRANS e na Agenda Regulatória para 2021, buscando a adoção de iniciativas voltadas à gestão da segurança no trânsito, à implementação de vias mais seguras e ao incremento da segurança veicular.

Implementação do Visão Zero e Sistemas Seguros nos normativos publicados, que reconhecem a segurança no trânsito como resultado da inter-relação de diversos componentes que formam um sistema. adoção de iniciativas voltadas,

Educação no Trânsito

- Semana Nacional de Trânsito;
- Prêmio DENATRAN 2021;
- 6º Encontro Nacional de Educadores do Sistema Nacional de Trânsito, reunindo pressionais de todo o país da área de educação para o trânsito, com objetivo de reunir informações e conhecer melhor as realidades vivenciadas em cada região, aproximar e socializar os conhecimentos sobre a Educação para o Trânsito contribuindo para o desenvolvimento da temática;
- Promoção de campanhas educativas de trânsito: Maio Amarelo; Lei Seca; Semana do Motociclista; Semana do Pedestre; Semana do Ciclista; Semana Nacional de Trânsito; Dia Internacional das Vítimas de Trânsito.





Esforço Legal - Agenda Regulatória

O Decreto nº 10.139, de 2019, dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto. Desse modo, fez-se necessária a validação da classificação dos atos que estão sujeitos à aplicação do art. 18 do referido Decreto, o que culminou na publicação de 13 normativos no exercício de 2021, os quais consolidam e revogam outras 71 normas.

A Lei nº 14.071, de 2020, altera o CTB para modificar a composição do CONTRAN, ampliar o prazo de validade das habilitações além de outras providências. A esse respeito, 18 normativos foram publicados com o objetivo de adequação de normas infralegais ao que prevê a nova Lei.

Por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 nos Estados e no Distrito Federal, houve a necessidade de se editar portarias, deliberações e resoluções que dispõem sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito. Isso posto, foram publicados 84 normativos do CONTRAN, sendo 41 Resoluções, 18 Deliberações e 25 Portarias. A fim de não incorrer em dupla contagem ao inserir aquelas que foram referendadas, utiliza-se para base de cálculo apenas as 41 Resoluções do CONTRAN.

Publicações 2021	Quantidade
AGENDA REGULATÓRIA	11
Lei nº 14.071, de 2020	18
Resoluções CONTRAN Covid-19	41
REVISÃO	13
OUTROS	4
Total de publicações	87



Outros Resultados de Destaque:

- Oficinas Técnicas com os municípios;
- Assinatura de 8 Termos de Compromissos do PNATRANS nos Estados (PR, DF, RJ, MA, GO, RS, SP e MS);
- Integração de 66 órgãos municipais ao Sistema Nacional de Trânsito;
- Adesão de 74 órgãos autuadores ao Sistema de Notificação Eletrônica (SNE) e emissão de 112 Termos de Autorização;
- Emissão de 1554 Certificados de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT).
- Emissão de 1771.170 Certificados de Segurança Veicular (CSV).



Parcerias

A fim de se obterem os resultados aqui destacados, necessário se fez a celebração de parcerias com diversos órgãos que venham a somar esforços para a promoção de um trânsito mais seguro e para a redução do número de acidentes de trânsito. Abaixo destacamos as entregas dos principais parceiros.

Transporte aquaviário

O Programa Transporte Aquaviário no PPA 2020-2023 foi estruturado para dar uma visão integrada das políticas públicas voltadas à ampliação dos serviços de transportes no Brasil. Tendo como diretriz a ampliação do investimento privado em infraestrutura, orientado pela associação entre planejamento de longo prazo e redução da insegurança jurídica e como objetivo promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade.

Para medir os resultados do Programa, foi instituído o Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Aquaviário - IESTA, que busca avaliar os resultados e impactos da política de transporte aquaviário, abordando as dimensões do Planejamento Estratégico Institucional - PEI (competitividade e satisfação do usuário). O IESTA é composto de oito indicadores setoriais ou subíndices, sendo que:

os quatro primeiros medem a quantidade de carga movimentada:

1. Nas instalações portuárias públicas
2. Na navegação de cabotagem
3. Na navegação de longo curso
4. Na navegação interior

e os quatro últimos medem o tempo médio para atracação de navios que transportam:

5. Contêineres
6. Soja
7. Minério de ferro
8. Petróleo bruto

A meta prevista para o ano foi superada em 4,25%.

Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Aquaviário - IESTA

Resultado	Meta	Peso PEI	Peso Subíndice	Subíndices	Resultado (2021)	Meta PPA (2021)	
4,17	4,00	Competitividade 0,70	0,25	Indicador 1	1,16	0,70	
			0,25	Indicador 2	1,72	0,70	
			0,25	Indicador 3	0,34	0,70	
			0,25	Indicador 4	0,42	0,70	
	Satisfação 0,30		0,25	Indicador 5	0,11	0,30	
			0,25	Indicador 6	0,12	0,30	
			0,25	Indicador 7	0,08	0,30	
			0,25	Indicador 8	0,22	0,30	

Resultados 2021

Manutenção hidroviária realizada

Ocorreram manutenções em sete hidrovias, conforme descrito abaixo:

- ✓ Início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Madeira: execução de dragagem de pontos críticos na hidrovia nos estados do Amazonas e Rondônia, com o objetivo de melhorar as condições de segurança e navegabilidade;
- ✓ Manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4: os terminais sob responsabilidade do MInfra apresentam instrumentos de Operação e Manutenção, de acordo com as suas características técnicas originais, proporcionando maior segurança e eficiência aos usuários. Estes serviços, garantem ainda, a manutenção da infraestrutura, inclusive edificações de apoio à operação portuária, gestão e operação do parque portuário, dos equipamentos de carga e descarga, da carga e descarga das embarcações e dos terminais de passageiros;

- ✓ Início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Taquari: execução de dragagem de pontos críticos na hidrovia do taquari, com o objetivo de melhorar as condições de segurança e navegabilidade;
- ✓ Início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Paraguai: execução de dragagem de pontos críticos na hidrovia do Paraguai e implantação de sinalização náutica, com objetivo melhorar as condições de segurança e navegabilidade;
- ✓ Escavação do Canal de Acesso de Ibitinga/SP: recursos destinados a obras de implantação do canal a montante da ecluse de Ibitinga/SP, com objetivo principal de melhoria do acesso de comboios à Eclusa;
- ✓ Desobstrução das Hidrovias da Bacia Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental: execução de obras e serviços de desobstrução/destocamento a serem realizados nas margens dos rios Mearim e Grajau, com o objetivo dar continuidade nas condições de segurança e navegabilidade da região garantidas por contratos anteriores;
- ✓ Manutenção das Eclusas: disponibilidade completa de eclusas, com a manutenção e operação, potencializando a navegação nas hidrovias brasileiras. Ao longo do ano, todas as eclusas nacionais sob responsabilidade do MInfra foram operacionalizadas. Foram finalizados os primeiros contratos de Diagnóstico e já iniciados os contratos de Operação e/ou Manutenção para os próximos 5 anos; e

Concessão de terminais portuários-arrendamentos

Nesse exercício também foram assinados quatro contratos referentes a leilões que ocorreram em dezembro de 2020, sendo:

Leilão em 2020 e assinatura de contrato em 2021

Investimento	Perfil	Outorgas (milhões R\$)	Investimento (milhões R\$)	Ass. do contrato
Paranaguá/PR (PAR12)	Veículos	25,00	24,50	Maio/2021
Maceió/AL (MAC10)	Granéis líquidos (ácido sulfúrico)	0,05	16,80	Abril/2021
Aratu/BA (ATU12)	Granel mineral	10,00	393,51	Maio/2021
Aratu/BA (ATU18)	Granel vegetal	52,50	254,97	Maio/2021

Durante o ano de 2021, foram realizados 12 leilões de terminais portuários, dos quais cinco foram leiloados em abril e tiveram os contratos assinados em agosto, totalizando R\$ 216,31 milhões em outorgas e R\$ 664,50 milhões em investimentos previstos:

Leilão e contratos assinados em 2021

Porto	Perfil	Outorgas (milhões R\$)	Investimento(milhões R\$)
Pelotas/RS (PEL01)	Carga geral (toras de madeira)	0,01	0,04
Itaqui/MA (IQI03)	Combustíveis líquidos	61,30	104,78
Itaqui/MA (IQI11)	Combustíveis líquidos	56,00	132,02
Itaqui/MA (IQI12)	Combustíveis líquidos	40,00	183,72
Itaqui/MA (IQI13)	Combustíveis líquidos	59,00	243,94



A assinatura dos contratos dos demais terminais leiloados em 2021 está prevista para o primeiro semestre de 2022, sendo:

Leilão em 2021 e previsão de assinatura de contrato em 2022

Porto	Perfil	Outorgas (milhões R\$)	Investimento (milhões R\$)	Data do leilão
Macapá/PA (MCP02)	Farelo de soja	5,80	41,35	13/agosto.
Mucuripe/CE (MUC01)	Granel vegetal	1,00	47,70	13/agosto.
Salvador/BA (SSDD9)	Carga geral, de projeto ou conteneirizada	32,00	17,73	13/agosto.
Areia Branca/RN (TERSAB)	Granel mineral (sal)	0,1	164,11	5/nov.
Maceió/AL (MAC13)	Granel vegetal (açúcar)	0,02	57,86	5/nov.
Imbituba/SC (IMB05)	Granel líquido (soda)	0,2	25,05	19/nov.
Santos/SP (STS08A)	Combustíveis líquidos (GLP)	558,25	678,33	19/nov.

Dragagens realizadas

Em 2021, foi realizada a dragagem do Paranaguá/PR na Região Sul: o empreendimento permite a melhoria das condições de navegabilidade e segurança nas operações no porto de Paranaguá no estado do Paraná a partir de dragagens de aprofundamento. Os recursos foram destinados ao aumento de calado no acesso ao Porto de Paranaguá/PR, por meio de dragagem. Obra concluída com Termo de Recebimento Definitivo emitido em 30/07/21.

Outras entregas

Quanto às desestatizações, o projeto da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA encontra-se em análise final (plenário) no Tribunal de Contas da União - TCU e as dos portos de São Sebastião/SP, de Santos/SP e de Itajaí/SC seguem em avaliação para abertura de audiência/consulta pública. Está previsto ainda o início dos estudos para desestatização da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, a qual foi qualificada no Programa de Parcerias para Investimentos - PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND em 2021.

Principais desafios e ações futuras

Para 2022, estão previstos os empreendimentos: continuidade da escavação de aprofundamento do canal de navegação de Nova Avanhandava/SP; desenvolvimento dos projetos de modernização das eclusas da Região Sul; intervenções de manutenção nas hidrovias; e implantação do monitoramento das hidrovias do Paraguai e do Rio Grande.

Está prevista a entrega da obra de adequação das instalações de circulação no porto de Aratu/BA, no valor de R\$ 10,5 milhões e a obra do Cais da Gamboa no porto do Rio de Janeiro/RJ, no valor de R\$ 210,0 milhões, sendo 65,0 milhões do Orçamento Federal e o restante com recursos da concessionaria.

Realização dos leilões dos portos organizados de Vitória/ES, Barra do Riacho/ES, Santos/SP, São Sebastião/SP, Itajaí/SC e Canal de Paranaguá/PR.

Estão previstos para 2022, 21 arrendamentos:

Porto	Investimentos previstos	Destinado à
Santos/SP (STS10)	R\$ 2,50 bilhões	movimentação de carga geral (container)
Santos/SP (STS08)	R\$ 260,63 milhões	movimentação de granel líquido
Santos/SP (STS53)	R\$ 658,84 milhões	movimentação de granel sólido mineral
Santos/SP (STS11)	R\$ 693,14 milhões	movimentação de granel sólido vegetal
Santos/SP (STS15)	R\$ 30,00 milhões	movimentação de carga geral conteneirizada
Paranaguá/PR (PAR32)	R\$ 28,54 milhões	movimentação de carga geral (açúcar)
Paranaguá/PR (PAR50)	R\$ 338,19 milhões	movimentação de granel líquido
Paranaguá/PR (PAR09)	R\$ 490,14 milhões	movimentação de granel sólido mineral
Paranaguá/PR (PAR14)	R\$ 529,30 milhões	movimentação de granel sólido vegetal
Paranaguá/PR (PAR15)	R\$ 622,89 milhões	movimentação de granel sólido vegetal
Paranaguá/PR (PAR03)	R\$ 172,53 milhões	movimentação de granel sólido mineral
Paranaguá e Antonina (Canal PR)	R\$ 5,00 bilhões	Canal de acesso dos portos de Paranaguá e Antonina
Rio Grande (RIG71)	R\$ 48,88 milhões	movimentação de granel sólido vegetal
Porto Alegre (POA01)	R\$ 41,23 milhões	movimentação de granel sólido vegetal
Suape (SUA07)	R\$ 61,40 milhões	movimentação de granel sólido vegetal e mineral
Maceió (MAC11)	R\$ 234,43 milhões	movimentação de granel líquido
Maceió (MAC12)	R\$ 8,27 milhões	movimentação de granel líquido
Rio de Janeiro (RDJ06)	R\$ 48,05 milhões	movimentação de granel líquido
Rio de Janeiro (RDJ06A)	R\$ 30,00 milhões	movimentação de granel líquido
Salvador (SSD04)	R\$ 70,69 milhões	movimentação de carga geral
Ilhéus (ILH01)	R\$ 27,91 milhões	Terminal de múltiplo uso

Em 2022, estão previstos os encerramentos dos projetos de desestatização do porto organizados de Vitória e Barra do Riacho/ES e do porto de Itajaí/SC e a desestatização e desinvestimento do porto de São Sebastião/SP e do porto de Santos/SP.

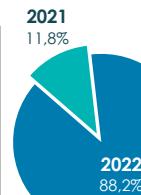


Prorrogações de arrendamentos portuários

2021 2022

Porto organizados:

	2021	2022
Santos	R\$ 1.577 Mi	
Aratu	R\$ 161,4 Mi	R\$ 309,1 Mi
Itaguaí	R\$ 1.112 Mi	
Santarém	R\$ 241,0 Mi	



Previsão de investimentos privados 2021/2022



Porto de Santos,
desestatização prevista para 2022



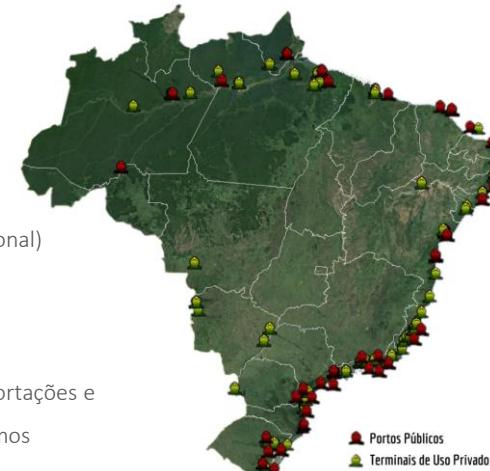
Dragagem no rio Madeira faz parte da
campanha de manutenção da hidrovia do Madeira

(Fonte: Minfra)

Setor portuário nacional em números

Sistema portuário

- 36 portos organizados:
 - ✓ 17 sob 7 Cia. Docas
 - ✓ 19 delegados a Estados ou Municípios
- ~165 contratos operacionais (após rearranjo nacional)
- 256 Instalações Privadas (TUP/ETC) autorizadas



Comércio Exterior

- ~97% do volume (t) e ~82% do montante das exportações e importações (Bi US\$) passam pelos portos marítimos

Distribuição do PIB

- ~79% do PIB nacional nos Estados com acesso à costa e com portos marítimos

Resultado do setor portuário em 2021

Movimentação

Portuária



1.210

Milhões t

▲ 4,75%
(2020)

Embarque

▲ 1,71%

Desembarque

Contêineres



133

Milhões t

▲ 11,03%
(2020)

Embarque

▲ 5,75%

Desembarque

▲ 17,93%

Transporte

Longo Curso



853

Milhões t

▲ 1,25%
▲ 24,20%

Exportação

Importação

Cabotagem



207

Milhões t

▲ 16,52%
▲ 4,05%

Contêiner

Outras Cargas

Vias Interiores



107,3

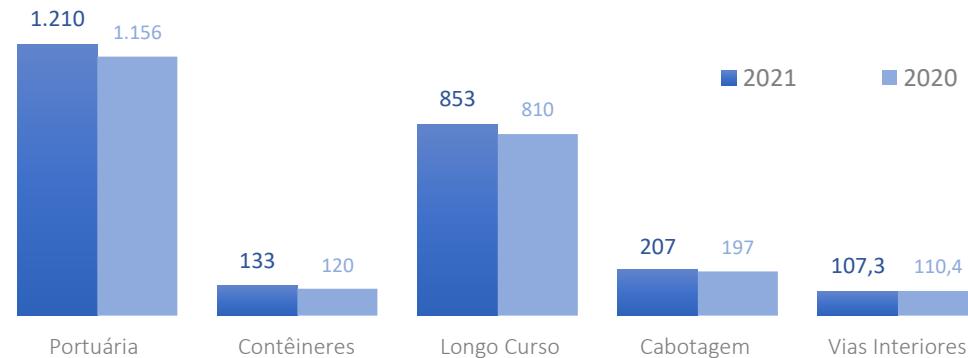
Milhões t

▼ -11,16%
▲ 15,56%

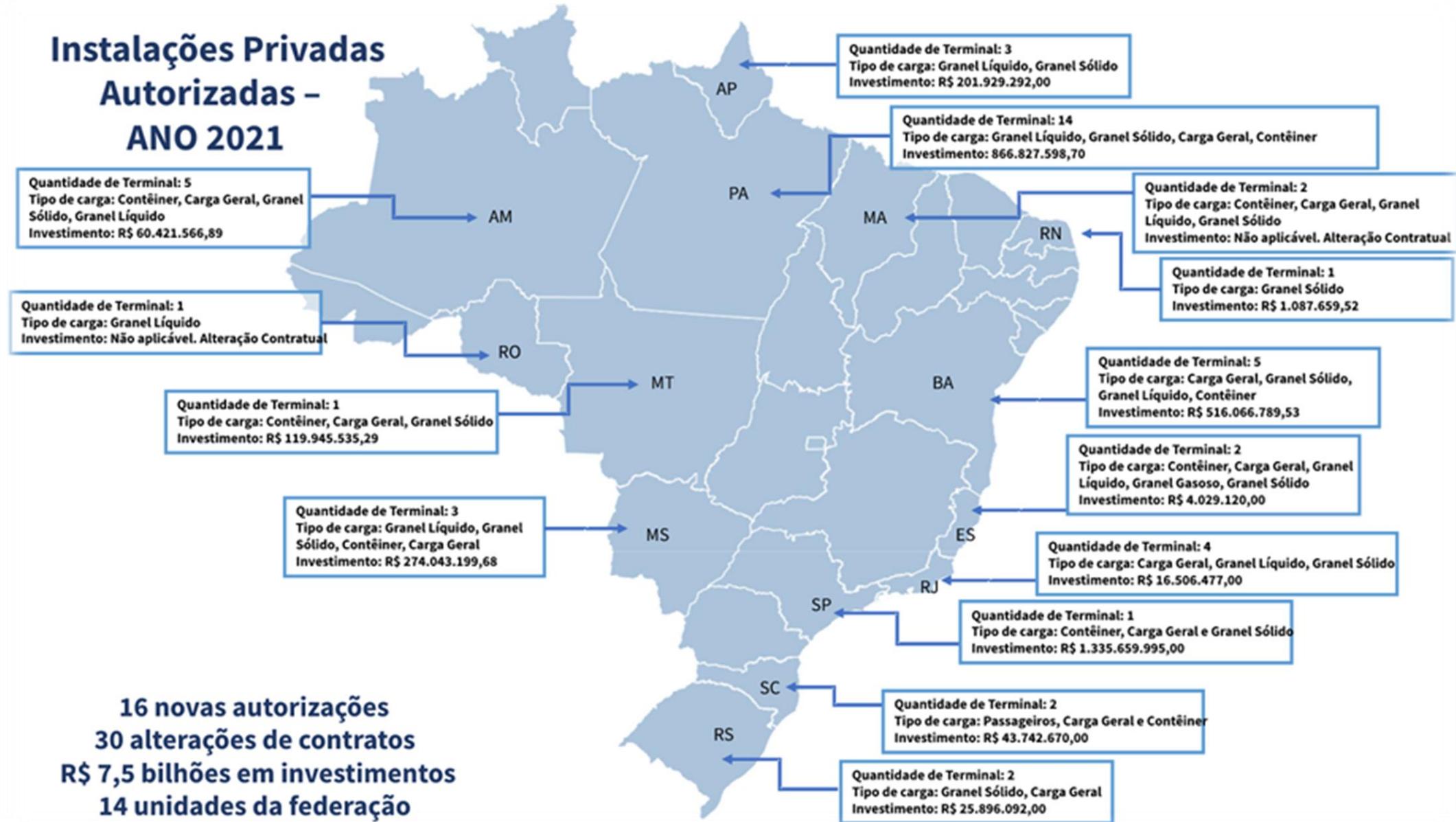
Nacional

Internacional

Comparativo (em milhões de toneladas)



Instalações Privadas Autorizadas – ANO 2021



Prêmio Portos + Brasil

O Ministério da Infraestrutura (MInfra), por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), criou em 2020 o prêmio “Portos + Brasil”, que avalia e destaca os melhores portos do país, com base no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP). Dividido em oito categorias, o Prêmio busca incentivar aprimoramento do setor portuário e reconhecer o trabalho de seus profissionais.

A iniciativa faz parte das diretrizes previstas na Portaria nº 574/18, que garantem mais autonomia às autoridades portuárias nos procedimentos licitatórios, além de maximizar a descentralização da administração dos portos organizados. A portaria permite, ainda, que o Ministério identifique quais autoridades portuárias vêm adotando as melhores práticas de mercado, de gestão e governança, de transparência e que possuam boa estrutura organizacional, física e quadro funcional adequado à exploração portuária.

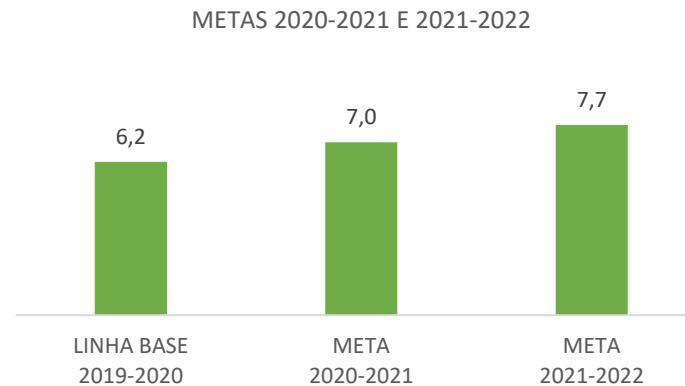
Em seu segundo ano, em 01/09/2021, o Portos + Brasil incentivou a busca da excelência na gestão desses empreendimentos, essenciais à logística de transportes nacional e homenageou 21 Autoridades Portuárias reconhecendo as melhores práticas adotadas pelos portos organizados do país e os profissionais responsáveis por essas iniciativas.

Categorias Premiadas		1º Lugar	2º Lugar	3º Lugar
Ranking do IGAP		Portos do Paraná Nota 9,0	Santos Port Authority (SPA) e Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) Nota 8,5	SCPar Porto de Imbituba (SC) e Porto de São Francisco do Sul Nota 8,0
Variação da Margem EBTIDA	Companhia Docas do Espírito Santo	Margem EBTIDA de 2020 11.059% superior a de 2019	Companhia Docas do Ceará Margem EBTIDA de 2020 350% superior a de 2019	Companhia Docas do Pará Margem EBTIDA de 2020 214% superior a de 2019
Crescimento da Movimentação Autoridades Portuárias - Portos Organizados	Companhia Docas do Ceará	movimentação de 2020 12,5% superior a de 2019	Companhia Docas do Pará movimentação de 2020 12,4% superior a de 2019	Superintendência do Porto de Itajaí (SC) movimentação de 2020 11,8% superior a de 2019
Crescimento da movimentação TUPs - Granel Sólido Agrícola	Estação Cianport Miritituba (PA)	Movimentação de 2020 53,5% superior a de 2019	Hidrovias do Brasil Miritituba (PA) Movimentação de 2020 40,3% superior a de 2019	Terminal Vila do Conde (PA) Movimentação de 2020 39,6% superior a de 2019
Crescimento da movimentação TUPs - Granel Sólido Mineral	Porto Sudeste (RJ)	Movimentação de 2020 16,8% superior a de 2019	Terminal Ilha da Guaíba (RJ) Movimentação de 2020 13% superior a de 2019	Terminal Portuário Privativo da Alumar (MA) Movimentação de 2020 7,7% superior a de 2019
Crescimento da movimentação TUPs - Granel Líquido	Terminal de Regaço de GNL da Bahia (TRBA)	Movimentação de 2020 1.394% superior a de 2019	Terminal CCPN (RJ) Movimentação de 2020 13% superior a de 2019	Terminal Aquaviário de Ilha Redonda e Ilha Comprida (RJ) Movimentação de 2020 73,4% superior a de 2019
Crescimento da movimentação TUPs - Container	Terminal Santa Clara (RS)	Movimentação de 2020 32,2% superior a de 2019	Passarão (AM) Movimentação de 2020 24,1% superior a de 2019	DP World Santos (SP) Movimentação de 2020 18,4% superior a de 2019
Execução de investimentos planejados	Portos do Paraná	Execução de 76,1% do orçamento de investimento disponível no início de 2020	Superintendência do Porto de Itajaí (SC) Execução de 60,1% do orçamento de investimento disponível no início de 2020	SCPar Porto de Imbituba (SC) Execução de 49,7% do orçamento de investimento disponível no início de 2020

Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP)

Como indicador de resultado, o Programa Futuro do Setor Portuário adotou como métrica a adoção da melhoria do IGAP, tendo como parâmetro a média das notas das companhias docas federais.

Os prazos estabelecidos são anuais, tendo como linha base a média das notas obtidas pelas Companhias Docas em 2020 (ano de referência 2019) e levando em consideração as metas sugeridas para cada Autoridade Portuária, propõe-se como meta para o Programa de Gestão e Modernização Portuária para os anos 2020-2021 e 2021-2022 o seguinte:



Classificação 2020	IGAP 2020	Média 2020	Classificação 2021	IGAP 2020	Média 2021
		Nota 2020			Nota 2021
1	SPA	8,5	2	SPA	8,5
4	CDP	7,7	4	CDP	7,8
5	CDC	7,3	5	CDC	7,5
6	CODEBA	7,2		CODEBA	7,5
11	CODESA	6,0	6	CODESA	7,2
14	CDRJ	4,9	8	CDRJ	5,5
16	CODERN	1,5	12	CODERN	3,8

*Dentre os resultados, foram avaliados a eficiência operacional, o aumento do retorno sobre o capital, a melhoria da eficiência administrativa, a melhoria da execução orçamentária, dentre outros.

De forma geral, todas as companhias docas sob a supervisão do Ministério da Infraestrutura melhoraram suas classificações em relação ao ano de 2021, quando comparados com os demais portos públicos organizados, destacando a melhoria de 6 posições da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e de 5 posições da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, em relação ao ano de 2020.



Modernização

Port Community System - PCS

É um sistema tecnológico em que as informações dos complexos portuários são centralizadas para acesso de todos. A iniciativa permitirá a modernização dos sistemas e a redução do tempo e custo das operações portuárias, foi financiada pelo governo do Reino Unido por meio de parceria com os ministérios da Infraestrutura e da Economia, no âmbito do Programa de Facilitação de Comércio Brasil-Reino Unido.

Durante 2021, o Programa de Facilitação de Comércio Brasil-Reino Unido, executado pela consultoria internacional Palladium, trabalhou com as comunidades portuárias de Itajaí, Rio de Janeiro, Santos e Suape para mapear o funcionamento atual do PSP e do processo de chegada, atracação, desatracação e partida de navios.

Além disso, o governo federal concluiu o redesenho do processo do sistema que impacta a operação de todos os portos organizados brasileiros, o Porto Sem Papel (PSP), que está em desenvolvimento como um módulo do Portal Único de Comércio Exterior.

No decorrer de 2021, foram 39 reuniões com quase 400 representantes dos setores público e privado, tanto nacionais quanto das quatro comunidades portuárias participantes do programa. Foram identificadas 292 oportunidades de melhorias envolvendo seis órgãos do governo federal - Antaq, Anvisa, Capitania dos Portos, Polícia Federal, Receita Federal e Vigiafro.

Projeto Inovação Aberta

Parceria entre a SNPTA, a ABEPH e o Complexo Industrial Portuário de Suape com intuito de criar uma rede de inovação dentro dos portos organizados, contemplando a implantação de uma trilha de conhecimento focado em inovação portuária que traz conteúdos estratégicos e a construção de aprendizado contínuo, procurando levar temas que ajudem a definição e o desenvolvimento de técnicas de inovação, possibilitando a melhor capacitação dos profissionais do setor portuário em temáticas relacionadas à inovação, com intuito de gerar uma maior eficiência e competitividade no setor.

As atividades foram desenvolvidas de fevereiro a agosto de 2021.

Porto Sem Papel/Janela única aquaviária

Contemplam a melhoria significativa do PSP e sua integração ao Portal Único de Comércio Exterior (PUCOMEX). As medidas têm como objetivo implementar diversas melhorias e redução de custos para os usuários do PSP, facilitando o trabalho do Agente de Navegação na obtenção de anuências para estadia da embarcação e na diminuição do fardo administrativo tanto para o setor privado, quanto para o setor público. Dentre as entregas, podemos destacar a criação de um módulo de avaliação do PSP pelos agentes de navegação para facilitar a implementação e melhorias contínuas no sistema, a unificação do login dos sistemas PSP e PUCOMEX, a integração do pagamento da Tarifa de Utilização de Faróis - TUF (Marinha), a implementação de serviços da estadia para SISTRAM (Marinha), a integração com o pagamento da FUNAPOL (Polícia Federal), dentre outras melhorias.

Modernização dos portos delegados

Com o objetivo de avaliar os resultados obtidos com as delegações aos estados e municípios nos termos da Lei 9.277/1996 e promover a renovação e modernização dos convênios à legislação portuária vigentes. A ação iniciada em 2021 estender-se-á ao longo de 2022, com o aditamento do prazo inicial de 25 anos dos convênios firmados com os entes subnacionais, que datam na sua maioria do final da década de 90.

Planejamento Portuário

Em 2021 a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários junto com a Empresa de Planejamento e Logística - EPL deram início à realização do 4º ciclo de elaboração e atualização do planejamento portuário.

Plano Setorial Portuário

Com a conclusão da construção da sua estrutura, será o instrumento responsável pela avaliação e indicação das iniciativas e ações a serem executadas pelo MInfra com recursos públicos ou privados.

Planos Mestres Portuários

Foram realizadas as ações de estudos e as atividades para elaboração, atualização e monitoramento dos planos mestres complexos de Porto Velho, São Sebastião, Manaus, São Francisco do Sul e Cabedelo, com a finalidade de apontar ações e investimentos nos portos, em seus acessos e nas relações porto-cidade, principalmente face a sensibilidade e importância de questões ambientais, nos horizontes temporais de curto, médio e longo prazo.

Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ

No âmbito do planejamento do setor portuário, o Ministério da Infraestrutura aprovou a atualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos de Areia Branca, Natal e Cabedelo, e a alteração dos PDZs Portos de Maceió, Rio Grande e SUAPE. Cabe ressaltar que este é um instrumento de planejamento da Autoridade Portuária, que contempla as estratégias e ações para a expansão e o desenvolvimento integrado, ordenado e sustentável das áreas e instalações do porto organizado. Por meio do PDZ, as Administrações Portuárias têm a oportunidade de realizar o planejamento do porto, conciliando os interesses público e privado, devendo estar aderente às políticas do poder concedente e às premissas do Plano Mestre.

Até o final 2022,

a atualização de Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ de oito portos organizados, a publicação da primeira versão do Plano Setorial Portuário, além dos Planos Mestres dos complexos portuários de São Sebastião, Manaus, São Francisco do Sul, Santana, Santarém, Belém-Vila do Conde, Itaqui, Cabedelo e Imbituba.

Desestatização



Consulta Pública

Em 2021, concluiu-se a fase de consulta e audiência públicas do projeto de desestatização da Codesa.



2022

Previsão de realização dos leilões da Codesa e seus Portos Organizados de Vitória/ES, Barra do Riacho/ES, bem como dos Portos de Santos/SP, São Sebastião/SP e Itajaí/SC.

Estudos



Os projetos de desestatização dos Portos de Santos/SP, São Sebastião/SP e Itajaí/SC tiveram suas fases iniciais de estudos concluídas, seguindo para a etapa de ampla discussão pública, que deve ser efetivada no primeiro trimestre de 2022.

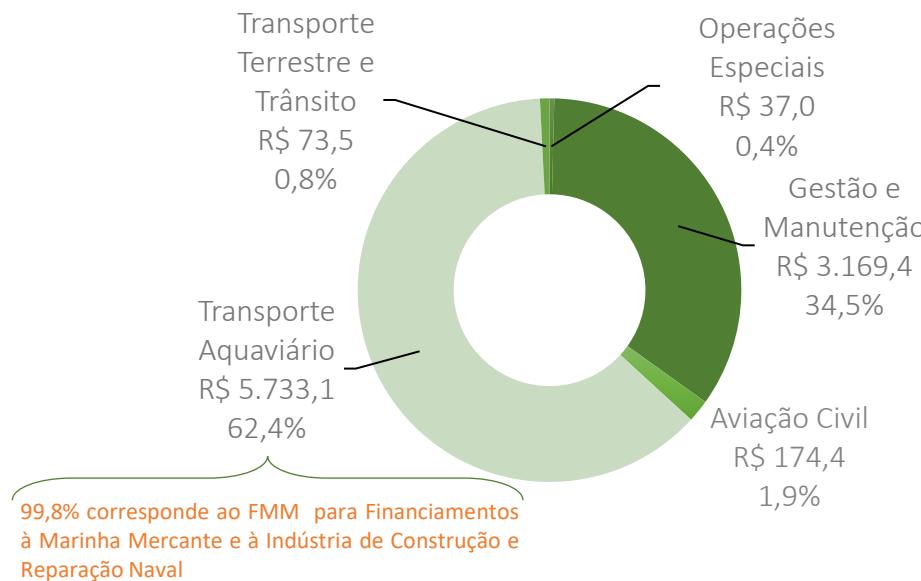


3.3.2 Resultados das principais áreas de atuação ou ações da UPC

3.3.2.1 Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2021 (LOA 2021), Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, consignou à Administração Direta do Ministério da Infraestrutura e aos Fundos sob sua gestão (Fundo da Marinha Mercante - FMM; Fundo Nacional da Aviação Civil – FNAC; e Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito - FUNSET) dotação orçamentária inicial no total de R\$ 9.439,6 milhões¹. As alterações orçamentárias efetuadas durante o exercício financeiro resultaram no cancelamento de R\$ 252,2 milhões, redimensionando a dotação orçamentária final para R\$ 9.187,4 milhões², assim classificados:

Gráfico - Orçamento 2021 (R\$ milhões)



Execução Orçamentária

Quadro - Histórico da Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Dotação Atual	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	R\$ milhões % Pago
2019	11.366,6	7.026,8	6.264,4	6.035,0	85,9%
2020	9.926,5	3.921,6	3.699,2	3.471,9	88,5%
2021	9.187,4	3.764,7	3.566,7	3.356,1	89,1%

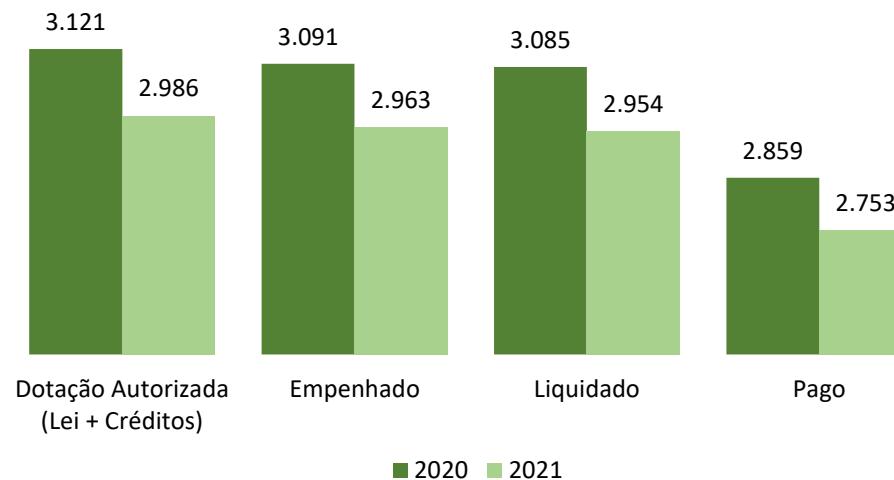
Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2021, o Ministério da Infraestrutura (Administração Direta e Fundos) recebeu autorização para executar dotação orçamentária na ordem de R\$ 9.187,4 milhões. Desse total, foram empenhados R\$ 3.764,7 milhões, liquidados R\$ 3.566,7 milhões e pagos R\$ 3.356,1 milhões. Em comparação com o aferido nos anos de 2020 e 2019, constata-se que houve uma redução de 7,4% e 19,2% nas dotações, respectivamente. Apesar disso, o índice de pagamento (valor pago/despesa empenhada) apresentou um crescimento de 0,6% e 3,2% em relação aos exercícios de 2020 e 2019, respectivamente, alcançando um percentual de 89,1%.

Para melhor demonstração da performance orçamentária, apresentaremos, a seguir, representações gráficas da execução orçamentária por resultado primário: Despesas Obrigatórias, Discricionárias e Financeiras.

¹Exclui Reserva de Contingência.

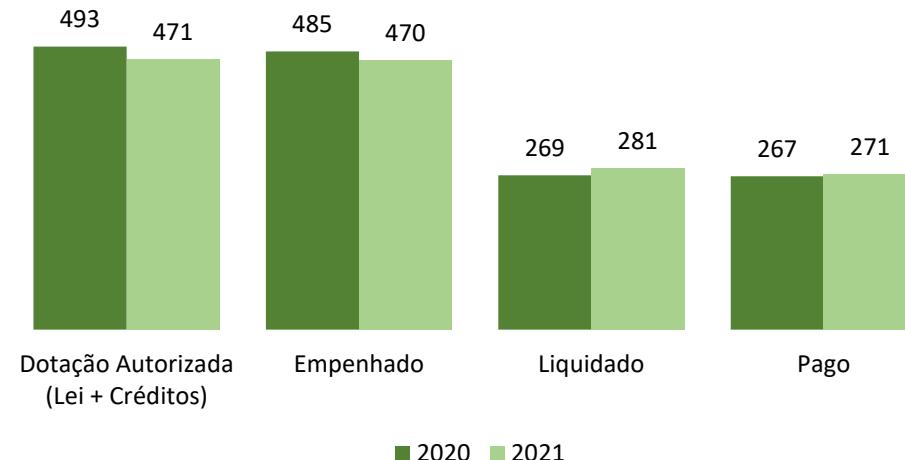
²Os valores acima compreendem às UOs 39101, 39901, 39902, 39905, 74904 e 71104 (ação 00M4-PO 0008).

Gráfico - Despesas Obrigatórias (R\$ milhões)

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme se depreende do quadro acima, a dotação autorizada 2021 para as despesas obrigatórias foi inferior em 4,3% (R\$ 135,6 milhões) ao montante do ano de 2020. A diminuição dos valores orçados refletiu-se na despesa empenhada, a qual apresentou redução de R\$ 128,6 milhões (4,2%) em relação ao montante realizado no exercício anterior.

Por força de vinculação de recursos, as dotações orçamentárias para pagamento das obrigações com aposentados e pensionistas foram alocadas originariamente em programação específica do MInfra, sendo posteriormente movimentadas para o Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (DECIPEX/SGP/ME), por conta do Acordo de Cooperação Técnica, firmado no início de 2020, e do Decreto nº 10.620, de 5 de fevereiro de 2021. Esses instrumentos transferiram para aquele órgão do Ministério da Economia a responsabilidade de administrar em torno de 64 mil aposentados e pensionistas.

Gráfico - Despesas Discricionárias (R\$ milhões)

Fonte: Tesouro Gerencial

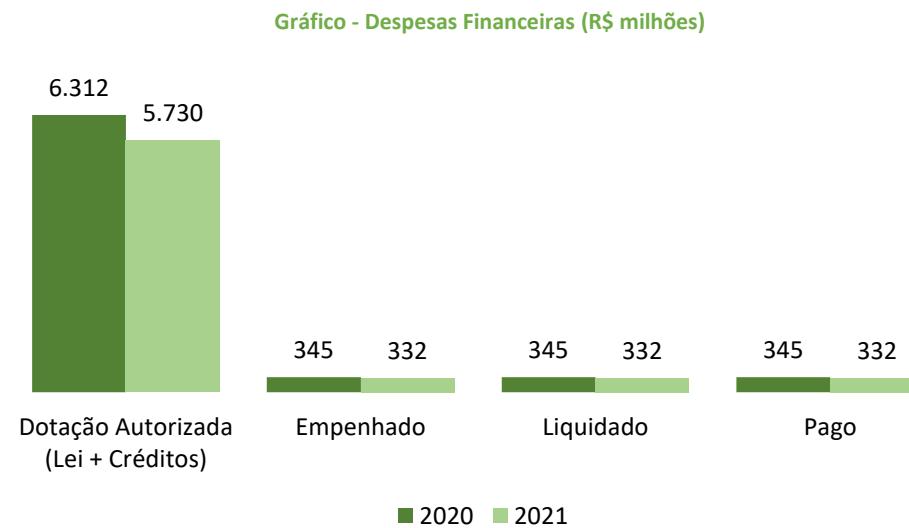
Em 2021, os créditos orçamentários fixados às despesas discricionárias totalizaram R\$ 471,4 milhões, o que representou uma redução de R\$ 22,1 milhões em relação ao montante autorizado no ano de 2020, conforme demonstrado acima.

No exercício de 2021 a despesa empenhada atingiu 99,8% do total autorizado, superando a execução orçamentária de 2020 cujo percentual foi de 98,3%. Tal performance contou com a importante atuação da Junta de Execução Orçamentária interna (JEO/MInfra), instaurada por meio da Portaria MInfra nº 65, de 17 de junho de 2020. Trata-se de uma instância de governança que acompanha e analisa a execução orçamentária, incentivando os gestores à realização de ações no sentido de promover a alocação eficiente dos recursos orçamentários e financeiros.

As reuniões da JEO/MInfra ocorrem bimestralmente, em caráter ordinário, ou a qualquer tempo, sempre que se fizerem necessárias.



O saldo de dotação orçamentária discricionária não utilizada atingiu a cifra de R\$ 1,2 milhão. As principais razões para tal ocorrência foram as seguintes: a) não conclusão de processos de contratação de bens e de serviços; b) valores residuais em determinadas programações orçamentárias após o cumprimento integral das despesas nas compreendidas. Ambas situações integram o rol dos motivos previstos legalmente para justificar a inexecução do orçamento discricionário, nos termos do parágrafo 2º do art. 67 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, e do art. 1º da Portaria ME nº 13.863, de 25 de novembro de 2021.



Fonte: Tesouro Gerencial

As dotações orçamentárias destinadas às despesas financeiras em 2021 totalizaram R\$ 5.730 milhões contra R\$ 6.312 milhões em 2020, o que corresponde a um decréscimo de 9,2%. Em valores monetários, o desempenho orçamentário e financeiro das referidas despesas sofreu redução no período 2020/2021, passando de R\$ 345 milhões para R\$ 332 milhões. Quando comparamos tais números com os valores orçados, constata-se uma pequena evolução no índice de execução, cujo percentual movimentou-se de 5,5% em 2020 para 5,8% em 2021.

Resta evidente, no entanto, o baixo índice de execução das despesas financeiras a cargo do FMM. Tal ocorrência se deve à postergação de investimentos por conta da pandemia da Covid-19 e à mudança da política de um dos principais clientes da indústria naval brasileira, que impactou significativamente a demanda por construção de novas embarcações nos últimos anos.

Trata-se da decisão adotada pela Petrobras S.A. - Petrobras frente à redução da demanda por derivados no país e à elevação do custo de produção provocado pelas medidas sanitárias, cuja estratégia incluiu o corte de gastos, a renegociação de contratos com fornecedores, a priorização da produção em campos de menores custos, a postergação de investimentos no setor offshore e a redução dos contratos com cadeia de supridores.

Execução Financeira

Os pagamentos efetuados à conta da dotação orçamentária em 2021 totalizaram R\$ 3.356,1 milhões, o que representou uma execução de 89,1% sobre o total empenhado no exercício, na ordem de R\$ 3.764,7 milhões. Os valores pagos com base em dotações de exercícios anteriores (Restos a Pagar) perfizeram a quantia de R\$ 627,7 milhões, ou seja, 79,1% do estoque de restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos. Assim, a execução financeira do exercício de 2021 atingiu a importância de R\$ 3.983,8 milhões, cujo detalhamento explicitaremos no quadro abaixo.

Quadro - Execução Financeira

Finalidade	Dotação 2021 Valores Pagos	Despesas Empenhadas	Restos a Pagar			Execução Financeira Total - 2021
			Inscritos e Reinscritos Líquidos	RP Pagos	RP a Pagar	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (c) - (d)	(f) = (a) + (d)
Pessoal	2.733,5	2.939,9	223,6	223,5	0,1	2.957,0
Custeio	241,2	342,8	142,6	61,3	81,3	302,5
Investimentos	58,6	159,3	266,3	187,2	79,2	245,8
Inversões Financeiras	322,8	322,8	161,5	155,7	5,8	478,5
Total	3.356,1	3.764,7	794,0	627,7	166,4	3.983,8

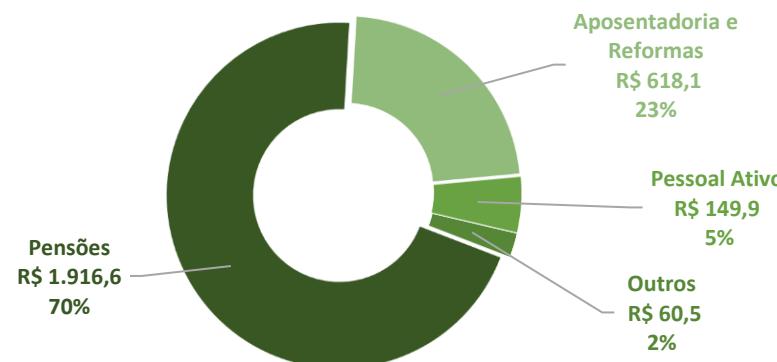
Fonte: Tesouro Gerencial



Valores Pagos - Exercício 2021

Os pagamentos realizados pelo Ministério da Infraestrutura (Administração Direta e Fundos) com base nas dotações orçamentárias do ano de 2021 totalizaram R\$ 3.356,1 milhões. Os gráficos abaixo demonstram a distribuição dessa execução por finalidade das despesas, cujos dados foram agrupados levando em conta as ações orçamentárias envolvidas, os elementos e subelementos de despesas nelas compreendidos.

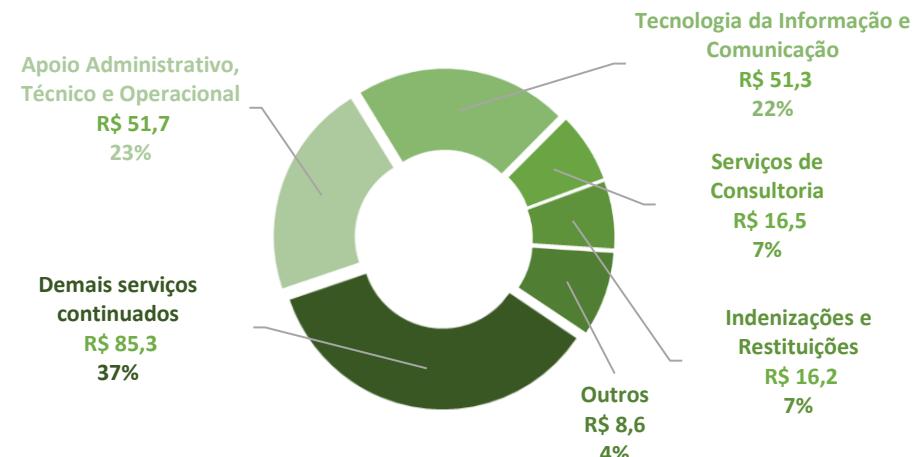
Gráfico - Despesas Pagas com Pessoal (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

No que tange às despesas de pessoal, encargos sociais e benefícios, os valores pagos com dotação em 2021 totalizaram R\$ 2.745,1 milhões. Desse montante, R\$ 1.916,6 milhões (70%) resultaram do pagamento de pensionistas. Acrescente-se, ainda, o desembolso de R\$ 618,1 milhões (23%) e de R\$ 149,9 milhões (5%) com o pagamento de aposentadorias e de servidores ativos, respectivamente. Já o montante de R\$ 60,5 milhões (2%) foi aplicado em outros itens, nos quais sobressaem o pagamento com sentenças judiciais e resarcimento com pessoal requisitado.

Gráfico - Despesas Pagas com Custeio (R\$ milhões)

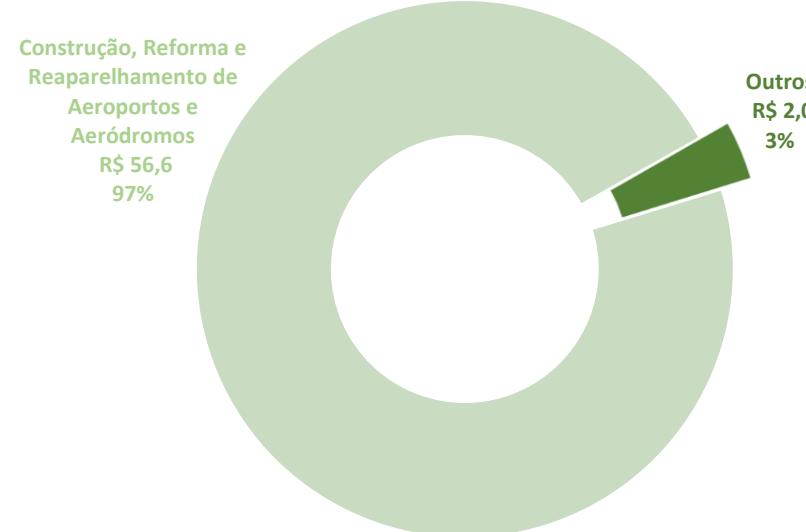


Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas de custeio pagas com dotações de 2021 somaram R\$ 229,6 milhões. Desse total, R\$ 85,3 milhões (37%) foram gastos com serviços de terceiros – pessoa jurídica, como vigilância ostensiva, brigada de incêndio, energia elétrica, limpeza e conservação, copeiragem, serviço com agentes financeiros; R\$ 51,7 milhões (23%) derivam do atendimento de despesas com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (terceirizados); e R\$ 51,3 milhões (22%) foram empregados em despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação. Ressalte-se que no item “outros” encontram-se computadas despesas administrativas não especificadas acima, tais como pensões indenizatórias, diárias e passagens, contratação de pessoal por tempo determinado, etc.

Esclareça-se que os gastos com agentes financeiros referem-se ao pagamento de serviços prestados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na operacionalização dos recursos do Fundo da Marinha Mercante, despesas estas custeadas com créditos orçamentários descentralizados pelo Ministério da Economia provenientes da ação orçamentária 00M4 – Remuneração de Agentes Financeiros pertencente ao órgão 71000 – Encargos Financeiros da União – EFU.

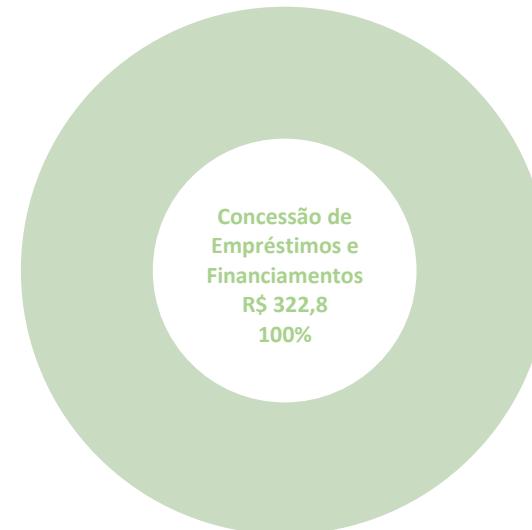
Gráfico - Despesas Pagas com Investimento (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Os pagamentos realizados na rubrica de investimentos com base nas dotações orçamentárias de 2021 perfizeram o montante de R\$ 58,6 milhões, sendo que 97% desse valor destina-se à construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos, de acordo com as programações orçamentárias aprovadas para o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC. Registre-se que parte dos citados valores foram transferidos para determinados municípios, sendo contabilizados no SIAFI/2021 no elemento de despesa 42 - auxílios, dada a parceria do governo federal com os entes da federação com vistas à ampliação e à modernização da infraestrutura de transporte aéreo do país.

Gráfico - Despesas Pagas com Inversão Financeira (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

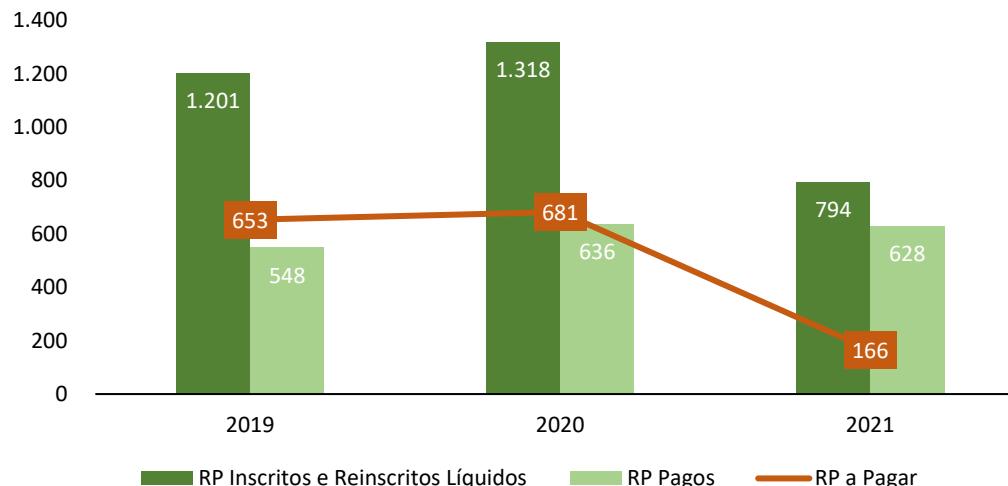
As despesas pagas com inversões financeiras no exercício de 2021 atingiram R\$ 322,8 milhões, os quais se referem às despesas com concessão de empréstimos e financiamentos previstas especificamente na ação orçamentária 0118 – Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval, vinculada ao Programa 3005 – Transporte Aquaviário, no âmbito do Fundo da Marinha Mercante – FMM.



Restos a Pagar

O gráfico abaixo apresenta a tendência do saldo a pagar de restos a pagar processados e não processados ao longo dos últimos anos.

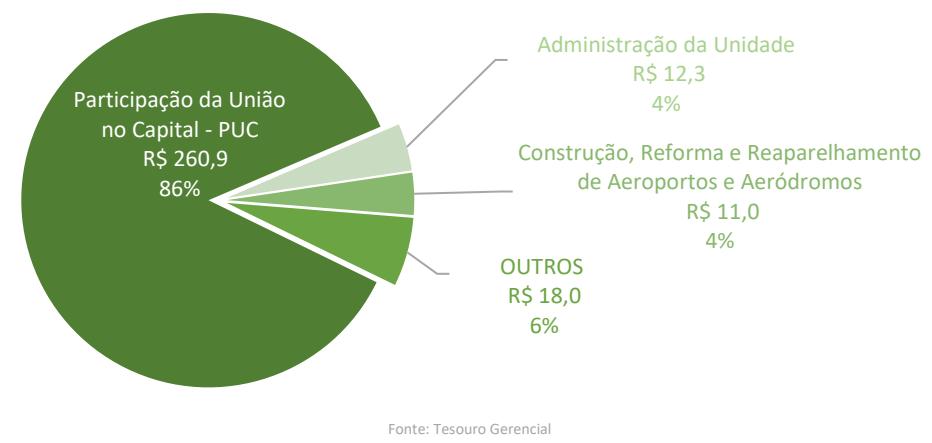
Gráfico - Restos a Pagar - 2019 a 2021 (R\$ milhões)



Observa-se que o estoque de restos a pagar teve decréscimo de 39,8% em relação ao ano de 2020. Cerca de 79% dos restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos foram pagos no exercício de 2021, totalizando o montante de R\$ 628 milhões. Os valores pagos concentram-se, em sua maioria, em programações orçamentárias destinadas às seguintes finalidades: a) Despesas com aposentadorias e pensões civis (34%); b) Participação da União no Capital - PUC (25%); c) realização de obras de dragagem (15%); d) construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos (14%); e e) demais despesas (12%).

Quanto ao saldo final de obrigações a pagar, o índice apurado revelou evolução, pois caiu de 51,7% para 20,9% no período 2020-2021.

Gráfico - Composição do RAP Cancelado em 2021 (R\$ milhões)



Ressalte-se, ainda, que os empenhos de RAP cancelados ao longo do exercício de 2021 contribuíram significativamente para o decréscimo dos saldos de restos a pagar. Os cancelamentos em comento totalizaram R\$ 302,2 milhões, dos quais merecem destaque o valor de R\$ 260,9 milhões (86%) compreendidos em ações orçamentárias de PUC e o valor de R\$ 11,0 milhões (4%) computados em programações direcionadas à construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos.

Contingenciamento

A execução orçamentária 2021 iniciou-se num ritmo lento, já que a sanção da LOA 2021 ocorreu no dia 22 de abril de 2021. Essa data marcou o término da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021 – PLOA 2021, a qual foi autorizada pelo art. 65 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 – LDO 2021.

No mês de janeiro de 2021, o empenho de dotações discricionárias ficou restrito às seguintes programações constantes do PLOA 2021: a) despesas custeadas com receitas próprias; e b) despesas correntes com recursos do Tesouro Nacional. Essas últimas foram voltadas para atender, exclusivamente, as situações de caráter inadiável, até o limite de 1/12 avos do valor previsto no PLOA 2021 para cada unidade orçamentária.



Em fevereiro de 2021, com a publicação do Decreto nº 10.625, de 11 de fevereiro de 2021, a movimentação e o empenho das programações descritas no parágrafo antecedente ficou limitada a 1/18 avos do valor consignado para cada unidade orçamentária no PLOA 2021.

Nos termos da legislação vigente, foi necessária a sanção da LOA 2021 para então ser editado o Decreto nº 10.699, de 14 de maio de 2021, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira de 2021. Tal normativo não impôs ao Ministério da Infraestrutura qualquer contingenciamento, logo conclui-se que nenhuma dotação primária discricionária da UPC (Administração Direta e Fundos) deixou de ser executada, em 2021, por causa de insuficiência de Limite de Movimentação e Empenho - LME.

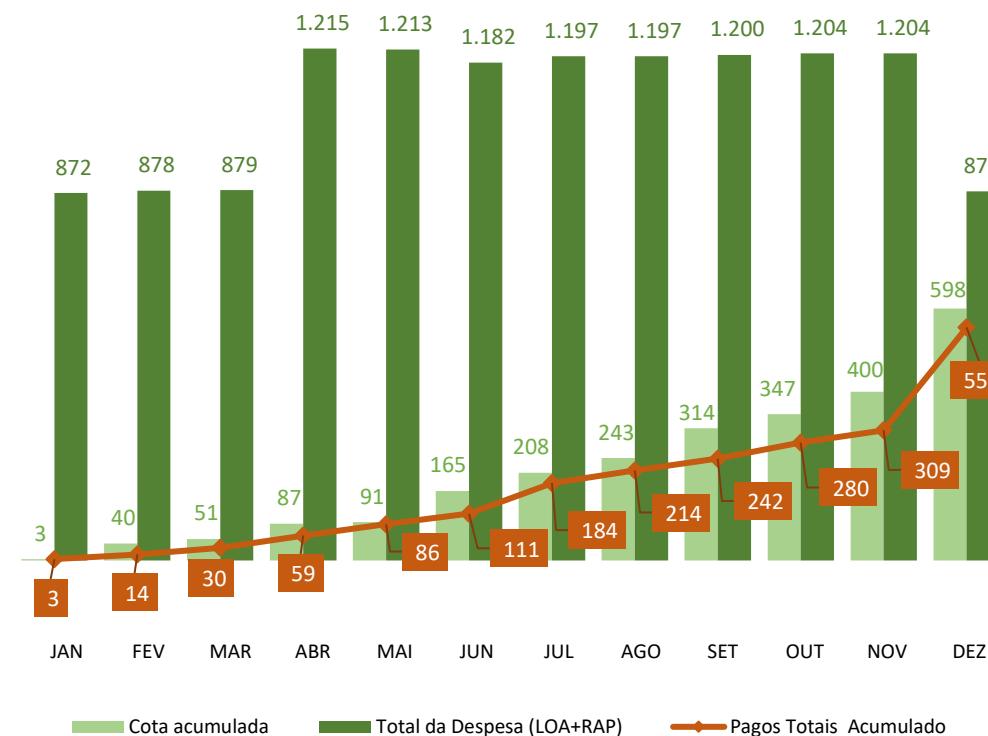
As variações ocorridas no LME 2021 da UPC acompanharam as alterações orçamentárias efetivadas no âmbito daquela Unidade, tanto que houve simetria entre a dotação primária discricionária e o limite orçamentário, cujos valores finais encontram-se reproduzidos no quadro abaixo.

Quadro - Limite Orçamentário		
RP	Dotação Atual	Limite Orçamentário
2	449,1	449,1
6	5,7	5,7
7	16,6	16,6

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial

Quanto aos limites de pagamento, merecem nota as ações envidadas pela Pasta ao longo do exercício de 2021, com o fim de assegurar os recursos necessários ao cumprimento de sua missão institucional. Tais esforços foram materializados, principalmente, em correspondências dirigidas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) contendo solicitação de ampliação e/ou remanejamento de limites financeiros entre os anexos do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2021. Face o acolhimento satisfatório das requisições em comento, foi possível atender as demandas financeiras das unidades, de um modo geral, sem percalços, sendo apurado no final do exercício percentual de utilização de 92% do total do limite de pagamento disponibilizado.

Gráfico - Evolução dos Limites de Pagamento 2021 Administração Direta + Fundos (RP 2, 3, 8 e 9)



Fonte: Tesouro Gerencial

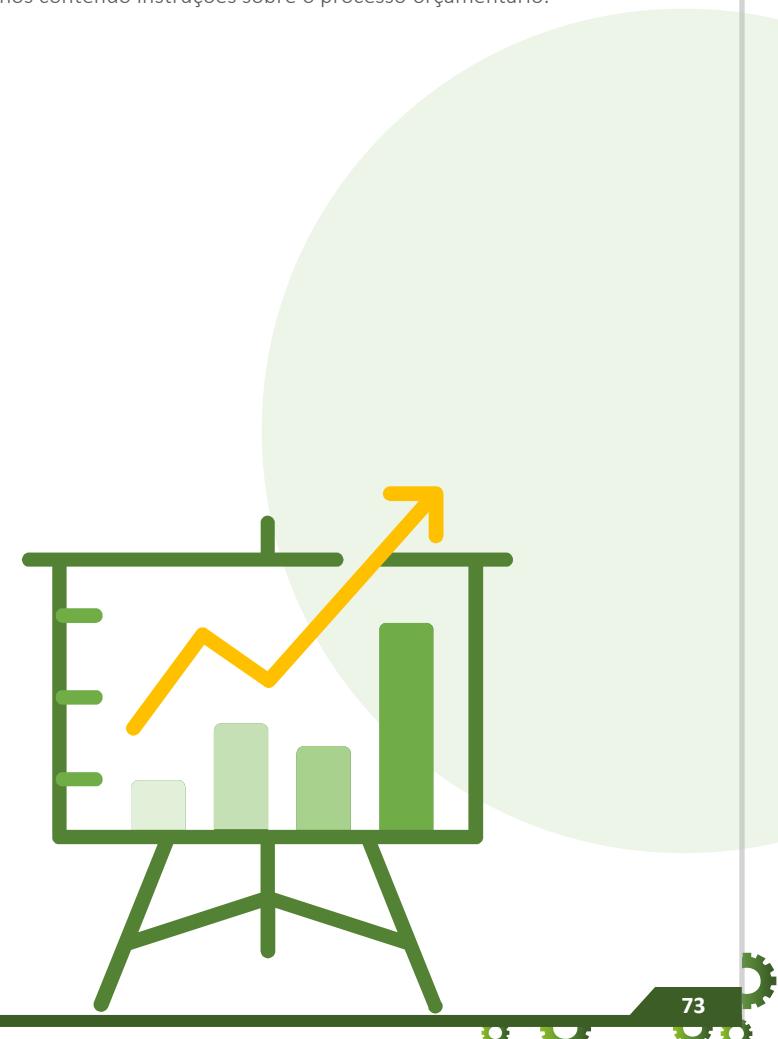
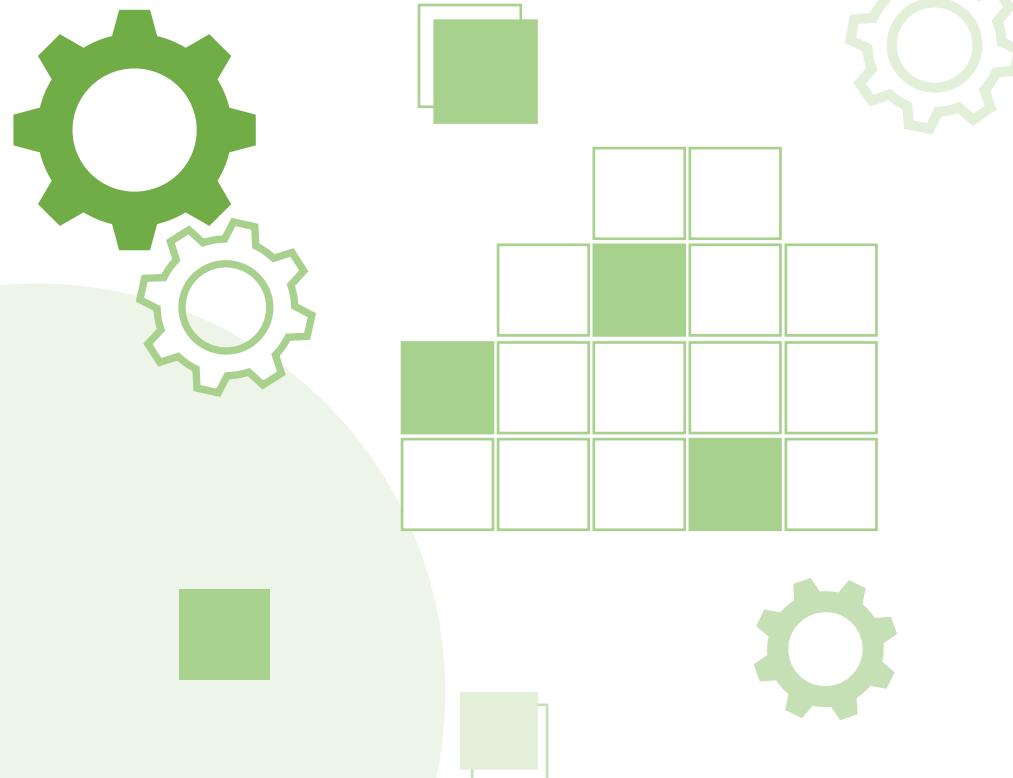
Desafios e Ações para 2022

Desafios

- ✓ Atualizar o mapeamento do processo de gestão orçamentária e financeira visando, inclusive, eliminar ou mitigar os riscos nele identificados;
- ✓ Intensificar o alinhamento entre o processo de orçamentação e o planejamento estratégico da instituição;
- ✓ Aperfeiçoar a aplicação das informações de custos na avaliação dos resultados, com o fim de proporcionar aos gestores maior eficiência, eficácia e economicidade na utilização dos recursos públicos.

Ações

- ✓ Aprimorar o uso de indicadores para gerenciar o processo orçamentário, fornecendo subsídios, inclusive, para a tomada de decisão no âmbito das reuniões da JEO/Minfra;
- ✓ Aperfeiçoar a disponibilização dos dados do Painel de Execução Orçamentária e Financeira - Minfra, constante do portal de painéis da intranet do Ministério da Infraestrutura;
- ✓ Consolidar metodologia aplicada para distribuição dos referenciais monetários destinados à elaboração da proposta orçamentária discricionária;
- ✓ Editar normativos internos contendo instruções sobre o processo orçamentário.





3.3.2.2 Gestão de pessoas

Em 2021, o Ministério da Infraestrutura retomou o trabalho presencial seguindo as regras de distanciamento e higienização para garantir maior segurança e prevenção à Covid-19 aos servidores e colaboradores.

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) conseguiu realizar diversas ações, até então, realizadas apenas no ambiente digital por causa da pandemia. Além disso, deu seguimento à ações planejadas no ano anterior, proporcionando maior integração, desenvolvimento, bem estar e suporte aos seus integrantes.

✓ Aferição de critérios

De acordo com a Portaria nº 545/2019, a COGEP acompanhou os procedimentos de designação/nomeação, em conjunto com a Subsecretaria de Conformidade e Integridade – SCI, da partir da aferição de parâmetros curriculares, idoneidade moral, reputação ilibada e combate ao nepotismo. O esforço contribuiu para garantir que os candidatos aos cargos pudessem atender aos requisitos necessários e assim gerar resultados mais eficientes para o Órgão.

✓ Avaliação da Força de Trabalho

Com a publicação do Decreto nº 10.788/2021, o MInfra aprovou nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções de confiança do Órgão, uma das mudanças foi o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN ganhar o status de Secretaria, denominada Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN.

Outra conquista importante foi a restituição ao Ministério da Economia de 291 Funções Gratificadas/Comissionadas Técnicas. Dessa forma, o MInfra passou a contar com 565 cargos gerenciais, sendo 363 ocupados por servidores ou empregados com vinculação efetiva com a Administração Pública.

Total de cargos DAS e FCPE



✓ Avaliação do Quadro de Pessoal

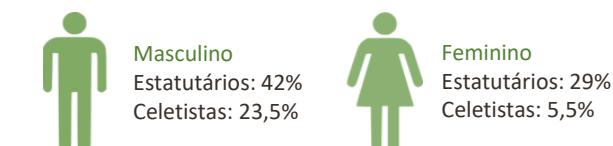
Cumprindo a meta de 2021, para enriquecer a força de trabalho, o MInfra recebeu cerca de 30 empregados movimentados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e 5 servidores temporários integrantes do programa Startup Gov.br para o desenvolvimento de projetos de transformação digital.

Atualmente o Quadro de Pessoal do Ministério é formado por 1.431 pessoas, sendo 936 Anistiados e 495 Servidores Estatutários. Desses, 821 anistiados e 146 estatutários estão cedidos a outros órgãos e 464 servidores/empregados efetivamente em exercício no MInfra.

Além dos 464 este órgão conta com 399 servidores/empregados de outros órgãos e 125 ocupantes de cargos em comissão, portanto temos um efetivo de 988 servidores/empregados/cargos em comissão.

Servidores localizados no MInfra

Por Gênero

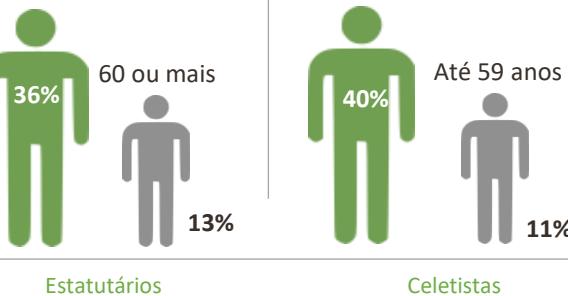


Por Faixa Etária

69%
Até 59 anos



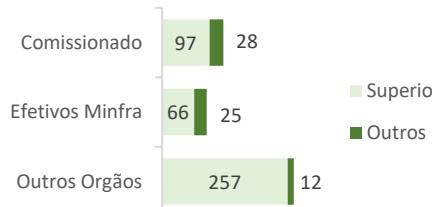
60 ou mais





Com relação ao quantitativo de cedidos, o MInfra conta com 394 servidores de outros Órgãos, que representam 43% da força de trabalho. Destes, 269 ocupam DAS/FCPE, o que representa 48% dos cargos/funções comissionadas do MInfra.

Ocupantes de DAS/FCPE Por origem e Escolaridade



✓ Gestão do Programa de Estágio

Em 2021 o MInfra colocou em prática diversas ações para a melhoria e acolhimento aos estudantes no Órgão. Foi implementada a ambientação dos estagiários, encontro mensal realizado para os estagiários recém-contratados, com o objetivo de dar as boas-vindas e apresentar estrutura/competências do Ministério. Como uma ação inédita, foi realizada a comemoração do “Dia do Estagiário” no mês de agosto para homenagear os estudantes e ressaltar a importância do aprendizado no período do estágio.

✓ Utilização do SIGEPE e outras melhorias nos fluxos para atendimento das demandas

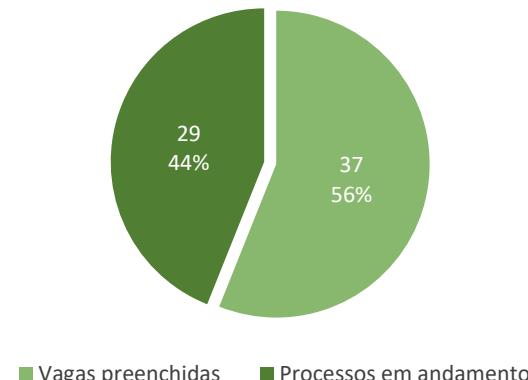
No ano passado, o MInfra alcançou em sua totalidade os serviços disponibilizados na plataforma do sistema SIGEPE, bem como adequou todos os serviços que foram migrados para o sistema SOUGOV.

As plataformas permitiram que servidores e empregados públicos pudessem implementar requerimentos e responder demandas internas, além de facilitar o contato direto com a Unidade de Gestão de Pessoas. O modelo avança na proposta de digitalização do governo, diminui custos, padroniza formulários e requerimentos. Lembrando que a desburocratização é a melhor comunicação entre o servidor e a Unidade de Gestão de Pessoas.

✓ Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Levando em consideração o perfil dos candidatos para ocupação dos postos de trabalho, em 2021, as designações para os cargos e funções do MInfra passaram a ser realizadas por meio de processos seletivos estruturados. O MInfra teve um aumento significativo no número de vagas ofertadas por meio de processos seletivos em relação ao ano anterior, o que permitiu a busca de mais profissionais qualificados para a Pasta.

Foram abertos 51 certames para diversas áreas do Ministério, ofertando 66 vagas, das quais 37 foram preenchidas.



✓ Transparência e atendimento a controles externos

Para dar mais transparência e facilitar a informação, no ano passado a COGEP de início às publicações do boletim de pessoal no portal SIGEPE, trazendo maior abrangência aos atos internos do MInfra.

141
Boletim Manual
603
Portal SIGEPE

Vale ressaltar que em 2020 foi efetivada a transferência da folha de pagamento de inativos para o Ministério da Economia, esse fato motivou a redução em mais de 50% no número de ouvidorias respondidas pela COGEP no ano de 2021.

Vale ressaltar que em 2020 foi efetivada a transferência da folha de pagamento de inativos para o Ministério da Economia, esse fato motivou a redução em mais de 50% no número de ouvidorias respondidas pela COGEP no ano de 2021.

321
**Demandas de
ouvidoria respondidas**

✓ Capacitação e desenvolvimento

Em 2021 foram realizadas diversas ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas e outras de valorização e reconhecimento aos profissionais da Pasta.

Em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, o MInfra promoveu o inédito Prêmio CAPES/MInfra de Excelência em Pesquisa em Infraestrutura, para estimular e reconhecer a produção de artigos em periódicos de alto impacto acadêmico ou científico voltados para temática de infraestrutura.



Cinco pesquisadores foram premiados nas categorias: Governança, Aviação Civil, Planejamento, Ferrovias e Sustentabilidade.

Outra ação de grande impacto no Ministério foi o investimento em capacitações voltadas para o Programa de Transformação Digital, que teve o objetivo de difundir os princípios e as diretrizes do tema, ampliar as competências relacionadas e aprimorar projetos e iniciativas digitais.

- Sucessão de Líderes: duas turmas do curso Desenvolvimento de Lideranças, da Dale Carnegie Training, com foco nos DAS/FCPE níveis 3 e 4.
- Foco nas áreas finalísticas: disponibilização de R\$ 100 mil para cada secretaria desenvolver competências nas áreas finalísticas, de acordo com necessidades específicas de cada setor. O saldo não utilizado até novembro foi empregado em ações transversais.
- Preparação para Aposentadoria: duas turmas para discutir projetos de vida e trazer planos e reflexões sobre futuro, em especial a servidores próximos de se aposentar.
- Portal de capacitação: curadoria de cursos organizados em linhas temáticas (gerencial, pessoal, organizacional e finalística), possibilitando rotas de aprendizado conforme interesses individuais, e criação de ferramenta online de busca de capacitações gratuitas selecionadas em diversas escolas de governo e instituições privadas.

56
Ações de Capacitação

1170
Vagas preenchidas

✓ Saúde e qualidade de vida

Servidores, empregados públicos, estagiários e colaboradores puderam participar de atividades e campanhas promovidas ao longo do ano com o objetivo de fortalecer a saúde e bem-estar. Além de cumprir as metas estabelecidas em 2020, a COGEP também aproveitou a oportunidade para desenvolver atividades presenciais com maior integração entre o público interno:

- Ginástica laboral: aulas online de exercícios de relaxamento muscular, alongamento, melhora da mobilidade e condicionamento básico, visando a prevenção de dores e de Lesões por Esforços Repetitivos – LER.
- Corrida Virtual: projeto inédito na Pasta que contou com interação online e incentivo a atividades físicas. Os participantes contaram com troca de informações, acompanhamento e, ao final, troféus e classificações no ranking.
- Coral Virtual: aulas online e descontraídas ministradas por especialista com o objetivo de fortalecer o bem-estar e a integração do público interno.

16

Ações de integração e
qualidade de vida

563

Servidores
Alcançados

✓ Projeto Piloto do Mapeamento de Competências

A iniciativa experimental teve o propósito de melhorar as informações para gestão das equipes, identificando Oportunidades de capacitação personalizadas e aproveitamento de talentos subutilizados.

Cinco áreas foram mapeadas, sendo um departamento ou subsecretaria de cada secretaria do Órgão com o sucesso do Piloto o Projeto será expandido aos demais departamentos em 2022.

✓ Pesquisa de Clima Organizacional

Por meio de questionário enviado a 2009 participantes, retornado com 548 respostas válidas, foi feita análise do clima organizacional focada em oito pilares: trabalho remoto, apoio e suporte dos gestores, processos e políticas organizacionais, desenvolvimento profissional, relações interpessoais e coesão da equipe, autonomia e Responsabilidade, alinhamento à missão e valores institucionais e estrutura física.

A avaliação norteará o planejamento de ações de saúde e qualidade de vida com base nas necessidades e potencialidades do Pasta. Os resultados obtidos demonstraram predominância de um clima organizacional favorável, no qual cinco dos oito fatores avaliados pela pesquisa obtiveram escores considerados favoráveis.

✓ Ações Futuras

Apesar das dificuldades e obstáculos trazidos pela pandemia, a COGEP continuou aperfeiçoando seus atendimentos e serviços, criando um ambiente onde o público interno pode focar em uma gestão cada vez mais eficiente e baseada em resultados. Confira algumas ações propostas para 2022:

- Aperfeiçoamento contínuo do modelo de Gestão de Pessoas
- Continuidade do Mapeamento de Competências
- Plano de Ação derivado dos resultados da Pesquisa de Clima
- Edital para participação em curso de Inglês
- Edital para participação em Pós-Graduações
- Continuidade do Programa de Sucessão de Líderes



3.3.2.3 Gestão de licitações e contratos

Em outubro de 2021 foi realizada a reorganização interna das unidades da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, com a criação da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos-COGLC. Tal iniciativa busca prover maior foco, efetividade e qualidade aos procedimentos de contratações, em ação conjunta com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, considerando o incremento das atividades da área de logística com a gestão dos 4 prédios do MInfra. Iniciou-se a reorganização dos fluxos internos, de tramitação e tomada de decisão, visando maior controle gerencial e ações de conformidade na área de licitações e contratos, e de execução orçamentária e financeira, propiciando melhor planejamento e monitoramento das metas estabelecidas.

A contratação pública é um dos macroprocessos mais importantes para a gestão administrativa, uma vez que se trata de um dos principais meios para a implementação da política pública. É um processo transversal, que envolve legalmente todas as áreas do órgão (Finalísticas, Autoridades, Logística, Jurídica e Controle). Gera a necessidade de planejamento com visão de longo prazo, pois contratações, quando continuadas, podem perdurar por até 5 anos, resultando na necessidade de maior controle e gestão de riscos. Quando bem estruturado, o processo de contratação pública traz ao órgão economia de recursos e efetividade para as suas políticas internas e externas, propiciando uma melhor entrega para a sociedade. As contratações de atividade meio, no âmbito do Ministério da Infraestrutura, objetivam, de modo geral, garantir condições adequadas de trabalho aos servidores e colaboradores, provendo serviços de suporte logístico que englobam manutenção predial, segurança, materiais de consumo, limpeza e serviços de apoio administrativo, permitindo que o MInfra cumpra sua missão institucional.

Em 2021, foram realizados 49 procedimentos licitatórios, sendo que 47 já foram concluídos, perfazendo um valor total contratado de R\$ 30.890.459,82, distribuídas nas seguintes modalidades:

Situação	Modalidade	Qnt	Proporção	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia (%)
Concluídas	Pregões	18	38%	R\$ 37.031.763,62	R\$ 29.262.676,72	20,98
	Dispensa de Licitação	22	47%	R\$ 190.761,76	R\$ 154.539,15	18,99
	Inexigibilidade	5	11%	R\$ 1.409.952,00	R\$ 1.409.952,00	0
	Adesões a Ata de Registro de Preços	2	4%	R\$ 63.291,95	R\$ 63.291,95	0
	Total	47	100%	R\$ 38.695.769,33	R\$ 30.890.459,82	20,17

O valor efetivamente contratado totalizou R\$ 30.890.459,82, ante um valor estimado de R\$ 38.695.769,33, o que representa R\$ 7.805.309,51 de economia; aproximadamente 20,17%.

Cumpre esclarecer que os números acima informados se referem, tão somente, às contratações realizadas no âmbito da COGLC, não incluindo os procedimentos de contratação relacionados à capacitação de pessoal.

Todos os procedimentos de contratação obedeceram às melhores práticas da Administração, em estrito cumprimento aos dispositivos legais e normativos, em alinhamento aos objetivos estratégicos.

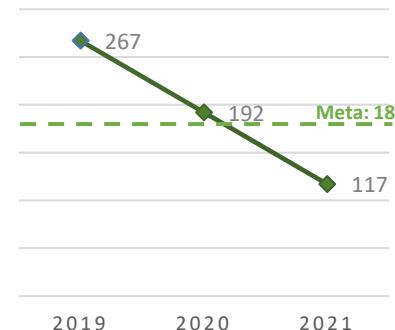
Evolução da Produtividade

Os esforços empreendidos pela área de licitações na padronização de procedimentos, tem reduzido o tempo de trâmite dos processos de contratação conferindo maior agilidade à Administração Pública, os desafios quanto à reestruturação da Coordenação Geral ocorrido ao final do ano que irá introduzir novos procedimentos de conformidade dos atos e a enorme carência de servidores pode contribuir, em última instância, para o aumento do tempo de tramitação no próximo ano.

Objetivo Operacional	Indicador	Fórmula / Cálculo	2019	2020	2021
Indicadores de tempo médio da fase interna da contratação de serviços (Assinatura da 1ª versão do Termo de Referência até a publicação do aviso)	Tempo médio da fase interna da contratação de serviços	Somatório dos dias necessários da elaboração de termo de referência (IN2/2010) ou Estudo Técnico Preliminar (IN5/2017) à publicação do edital	Meta	200	200

Realizado	267	192	117
-----------	-----	-----	-----

A continuada redução no tempo de trâmite interno dos processos de contratação, que superou, em 2021, a meta estipulada de até 180 dias, é reflexo dos esforços de reorganização dos fluxos processuais, de capacitação das equipes técnicas e do amadurecimento da implantação das regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços, definidos pela Instrução Normativa nº 5/SGMPDG, de 25 de maio de 2017 e pela Instrução Normativa nº 1/SGD, de 4 de abril de 2019.



Desafios

Permanece como desafio central para a área de contratações o reforço no quantitativo de servidores dado o incremento de demanda de novas contratações. O grande desafio em aprimorar os processos internos de “compliance” iniciado ao final de 2021 depende da ampliação do quadro de servidores.

A ampliação da capacitação da equipe técnica de licitações e das equipes de fiscalização de contratos também é um desafio constante por tratar-se de uma área em constante evolução legal e sistêmica.

Também se destacam inovações de controle gerencial, como a criação de um Painel Business Intelligence para acompanhamento de contratações e gestão contratual, e a proposição de um Guia de Contratações do Ministério da Infraestrutura, que orientará as ações e decisões da Pasta na área.

Execução Orçamentária e Financeira da Unidade

O planejamento da execução da despesa de 2021 iniciou-se na elaboração da proposta orçamentária da unidade, ainda no exercício de 2020. A proposta contemplou as necessidades de manutenção administrativa que foram consignadas no Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Infraestrutura, na Ação Orçamentária 2000 – Administração da Unidade, principal Ação executada por esta COGLC, cujo valor estimado foi de R\$ 110,5 milhões, dentro do referencial monetário proposto à época. Embora a LOA 2021 manteve o valor da proposta para custeio, houve um corte orçamentário do valor integral de investimento (R\$ 3 milhões).

Diante do cenário, a SPOA promoveu uma série de medidas para o racionamento dos gastos públicos, tais como supressão, unificação e até encerramento de contratos vigentes, com vistas a adequar as despesas e necessidades atuais do órgão ao orçamento disponibilizado. Durante as janelas orçamentárias do exercício foi realizado o remanejamento de R\$ 800 mil de custeio para investimento, para recuperar parte do orçamento vetado.

Assim, devido a todos os esforços destinados à diminuição das despesas, sem prejuízo do cumprimento dos compromissos da Unidade, reduziu-se o valor inicialmente estimado para as despesas em 2021 na ordem de mais de R\$ 20 milhões. A dotação inicial da Unidade foi R\$ 110 milhões e, perante as reduções e readequações, foi possível encerrar o exercício com a dotação final de R\$ 93 milhões, com a devida cobertura das despesas necessárias.

Cabe destacar que todo o orçamento disponibilizado à COGLC nesta ação em 2021 foi comprometido com as despesas mínimas de funcionamento do Órgão, em contratos continuados e nas despesas eventuais para atendimento de demandas típicas de área meio do Ministério da Infraestrutura.

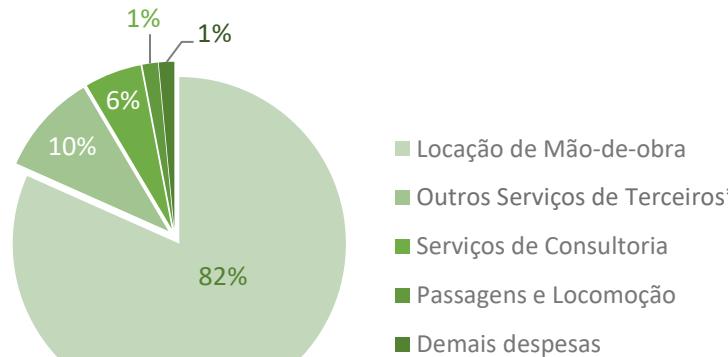
Dentre as todas as despesas tomadas na unidade, destaca-se os maiores gastos no Grupo Custeio, na categoria da Locação de Mão-de-Obra – R\$ 75 milhões. Segue abaixo o demonstrativo dos principais gastos, por categoria da despesa:

Categoria da Despesa	Valores Empenhados
Locação de Mão-de-Obra	R\$ 75 mi
Outros Serviços de Terceiros*	R\$ 9 mi
Serviços de Consultoria	R\$ 5,2 mi
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 1,4 mi

*Outros Serviços de Terceiros: Contratos de prestação de serviços, sem alocação de mão-de-obra exclusiva, necessários à manutenção e funcionamento da infraestrutura predial, tais como: Energia elétrica, Fornecimento de água e esgotamento sanitário, telefonia fixa e móvel, reformas em geral, serviços de transportadoras, dedetização e outros.



Distribuição da categoria da despesa



Observa-se uma diminuição no percentual entre os valores empenhados e pagos em comparação ao exercício de 2020 - redução de 75% para 60%. Tal diminuição justifica-se pela ocorrência de diversas contratações novas para abranger a assunção da administração do Edifício Sede. A sistemática de encerramento e início de novos contratos tende a postergar o processamento dos pagamentos. Ademais, verificou-se no fluxo de pagamento dos contratos continuados uma significativa morosidade das empresas contratadas em enviar as faturas dos serviços prestados para pagamento.

Diante deste fato, foram adotadas medidas no sentido de aprimorar os fluxos internos de pagamento, bem como ações junto às contratadas para maior celeridade na apresentação dos faturamentos. Tais medidas culminaram em um volume de pagamentos de mais R\$ 10 milhões no mês de dezembro, ante a média mensal anterior de pouco mais de R\$ 5 milhões nos demais meses.

Contudo, houve algumas contratações cujos procedimentos licitatórios lograram êxito somente nas últimas semanas do exercício de 2021, obrigando a inscrição dos respectivos empenhos em Restos a Pagar, uma vez que não houve tempo hábil para faturamento destes serviços.

Melhorias Gerenciais

- Cartilha de Dosimetria de Penalidades Administrativas**
Publicação com orientação aos servidores e equipes de fiscalização sobre procedimentos e boas práticas na aplicação de penalidades administrativas em licitações e contratos.
- Painel PowerBI de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro**
Painel de acompanhamento gerencial de informações de Execução Orçamentária e financeira.



Plano Anual de Viagens - PAV

Ação de planejamento a nível ministerial de viagens aéreas, implementado em cumprimento ao Regulamento de Concessão de Diárias e Passagens, Instrução Normativa nº 3/SE, de 17 de dezembro 2020, publicada no Boletim Especial nº 159, de 22 de dezembro de 2020.

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

No âmbito da gestão do Minfra, são adotados critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, em acordo com o previsto na IN SLTI/MPOG nº 01/2010, de 19/01/2010. Todos os editais para aquisição de bens e contratação de obras e serviços preveem os “critérios de sustentabilidade”, conforme modelos disponibilizados pela AGU, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012.



3.3.2.4 Gestão patrimonial e de infraestrutura predial

Administração Predial

Compartilhamento do Bloco R

Em 2021 os Ministérios da Infraestrutura, das Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovações, os três ocupantes do Bloco R da Esplanada dos Ministérios, estabeleceram conjuntamente um administrador predial único para os edifícios do Bloco: o MInfra.

A iniciativa buscou racionalizar as despesas e facilitar a prestação de serviços logísticos relativos aos edifícios aos órgãos partícipes.

Administração Predial

De forma a prestar um atendimento de qualidade aos ocupantes dos prédios, foi estabelecida a unidade de Administração Predial, dedicada exclusivamente ao atendimento ao usuário e na fiscalização da qualidade dos serviços de suporte logístico dos edifícios.

Para modernizar e prestar um serviço de melhor qualidade, foram promovidas ações como a implementação de cartazes com QR-Codes, para solicitação de serviços pela Central de Demandas Logísticas, a divulgação de um catálogo de serviços, com contatos e instruções, e a publicação de regramentos gerais dos edifícios, como o de Acesso às Dependências do Bloco R.



A assunção da Administração do Ed. Sede também representou desafios ao setor de engenharia, que promoveu um diagnóstico completo da situação do prédio, levantando e executando ações de manutenção emergenciais e prioritárias no edifício, visando a segurança dos servidores e colaboradores.

A ação de transferência da administração dos edifícios culminou na assinatura do Termo de Compartilhamento de Despesas entre as três Pastas envolvidas, que prevê a possibilidade, inclusive, de rotatividade do Ministério responsável pela administração.

Serviços Logísticos

Gastos de Funcionamento Administrativos

As boas práticas da gestão de licitações e contratos visam criar condições para que os objetivos estratégicos do Ministério possam ser plenamente trabalhados e alcançados e, dessa forma, viabilizar o alcance da missão institucional. Durante o exercício de 2020, foram realizados procedimentos e adotados novos critérios com vistas à ampliação da transparência, competitividade e economicidade das licitações e, consequentemente, da eficiência na alocação dos recursos públicos.

Já no exercício de 2021, com a assunção da Administração do Edifício Sede do Bloco R pelo MInfra, o órgão promoveu um novo esforço de recontratação de seus serviços de suporte logístico, de forma a abranger as áreas ocupadas pelas três Pastas no edifício.

Em que pese os valores totais dos contratos do MInfra terem aumentado, esse aumento significou, na verdade, economia à Administração, ao conciliar serviços antes abrangidos por dois contratos distintos (um do MInfra para o Ed. Anexo e um do MCTI para o Ed. Sede.) em um único instrumento, de valor inferior à soma dos dois anteriores.

Este reflexo da incorporação administrativa pode ser evidenciado no quadro comparativo abaixo, que lista alguns dos principais serviços recontratados:

	Contratos anteriores	Novos Contratos	Economia estimada
Edifício Bloco R:	Anexo	Sede	Sede e Anexo
Vigilância	R\$ 3.1 mi	R\$ 3.6 mi	R\$ 6.5 mi
Copeiragem	R\$ 3.4 mi	R\$ 2.4 mi	R\$ 3.3 mi
Limpeza	R\$ 2.9 mi	R\$ 2.6 mi	R\$ 3.7 mi

Dessa forma, observa-se a vantajosidade da administração predial unificada sob administração de uma única Pasta. Além do impacto orçamentário e financeiro, a unificação permitiu a otimização de mão de obra, tanto no âmbito dos contratos quanto no quadro de servidores envolvidos na gestão e fiscalização dos instrumentos.

Concluídas as novas contratações, o foco para 2022 será no aumento da satisfação dos usuários, por meio de reforço nas pesquisas de satisfação, implementação de procedimentos mais refinados de controle dos serviços e de melhores práticas no atendimento.

Engenharia e Manutenção

Segurança predial e qualidade do ambiente de trabalho

O MInfra prioriza a segurança, acessibilidade e o conforto de seus servidores e colaboradores.

Nesse sentido, 2021 foi marcado por ações de recuperação dos espaços de trabalho, como banheiros, copas e outros ambientes prioritários, com vistas a ganhos de conforto, salubridade e acessibilidade de PCDs. Também foi dada continuidade à reformulação de layouts das unidades, com adoção de padronização das salas lançando mão de conceitos abertos, privilegiando a circulação de ar e a integração das equipes.

Prevenção ao Coronavírus

Ações de prevenção sanitária

A persistência da Pandemia de COVID-19 no ano de 2021 exigiu a manutenção do nível de alerta e controle sanitário.

O reforço de campanhas de conscientização, ações de sanitização dos ambientes de trabalho e a imposição de regras de conduta, exigindo o uso de máscaras e o distanciamento social foram algumas das ações adotadas em 2021.



No campo as saúde, também merecem destaque as campanhas de combate à Dengue, realizadas em fevereiro e novembro, de conscientização do câncer de mama, com coleta de lenços para doação (outubro rosa), e de prevenção do câncer de próstata (novembro azul).



Gestão Patrimonial e Documental

Gestão Patrimonial

Em 2021 a gestão patrimonial do Ministério da Infraestrutura promoveu a reorganização dos depósitos da Pasta, possibilitada pelo desfazimento de bens e pela alocação mais eficiente dos mobiliários e equipamentos à disposição da Pasta.

Total de bens 2019:	38.385	Total de bens 2020:	38.959
		Total de bens 2021:	28.087

Movimentações patrimoniais

Entradas (compras, transferências recebidas, etc.)	780
Baixas (doações, perdas, transferências, etc.)	11.652
Movimentações (internas, entre unidades da Pasta)	28.530

Material de consumo



O MInfra mantém a tendência de queda nos gastos com material de consumo. O resultado é reflexo da digitalização crescente das atividades, de mudanças na cultura do órgão, a adoção crescente de modalidades de teletrabalho e da implementação do Almoxarifado Virtual.

A queda dos gastos (ilustrada no gráfico ao lado) ocorreu mesmo com o reforço de investimentos em materiais para o enfrentamento da Pandemia, como *webcams*, *headsets*, álcool em gel e EPIs, o que indica que a redução na demanda por materiais de consumo foi substantiva.

Doação e Transferência de bens

Por quê?

Nos termos do Decreto 9.373/2018, o MInfra promoveu em 2021 o desfazimento de milhares de bens inservíveis à pasta a órgãos e instituições interessadas.

Tratam-se de bens em desuso pelo Ministério, tanto por alterações na composição de pessoal da pasta como por efeito de mudanças na forma de trabalho, como a digitalização das atividades, que reduz a demanda por armários, por exemplo, além de bens cujo reparo seja economicamente inviável.

O quê?

- Mobiliário de escritório e recepção;
- Equipamento médico;
- Equipamento de Informática;
- Equipamento de telefonia;
- Livros;
- Caminhões;
- Autoclaves;
- Entre outros bens diversos.

Para quem?

- 2.485 para o MEC, MCom e ME;
- 1.963 para Institutos e Universidades Federais;
- 1.923 para autarquias vinculadas ao MInfra;
- 1.644 para Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs);
- 488 para hospitais do Distrito Federal;
- 253 para Escolas Cívico Militares (MEC);
- 22 autoclaves para Companhias Docas;
- 3 caminhões para prefeituras.

Gestão Documental

O Ministério da Infraestrutura iniciou em 2021 um projeto de reorganização geral dos arquivos da Pasta.

Com o recebimento de acervos de novas entidades vinculadas, como o DENATRAN, foi necessário um esforço de catalogação e tratamento dos documentos físicos, passo importante para a futura digitalização e eliminação de versões físicas dos arquivos.

Foi implementado um grupo de trabalho que vem atuando diariamente no saneamento desse acervo documental.

A ação vai permitir a recuperação e a preservação da memória da instituição, parte importante do patrimônio documental público.

Aumento da produtividade no tratamento de documentos (limpeza e troca de cartonagem)



Reorganização e tratamento arquivístico

Gestão digital da informação

O MInfra vem aperfeiçoando também a gestão digital de sua produção documental.

Ações como o saneamento interno de cadastros do Sistema Eletrônico de Informações - SEII, campanhas educativas sobre melhores práticas no uso da ferramenta, e adoção de práticas pioneiras no cadastro de usuário externo, com integração com portal GOV.BR, marcaram esforços de consolidação da cultura digital na Pasta.

3.3.2.5 Gestão da tecnologia da informação

Política de Governança de TI do MInfra



Anexo III



Instâncias de Governança de TICs

Governança Digital
Comitê de Governança Digital-CGDInfraestrutura do SISP
Comitê Setorial de Infraestrutura do SISP-COSETIDados
Comitê de Governança de Dados e Informação-CGDISegurança
Comitê de Segurança da Informação-CSI

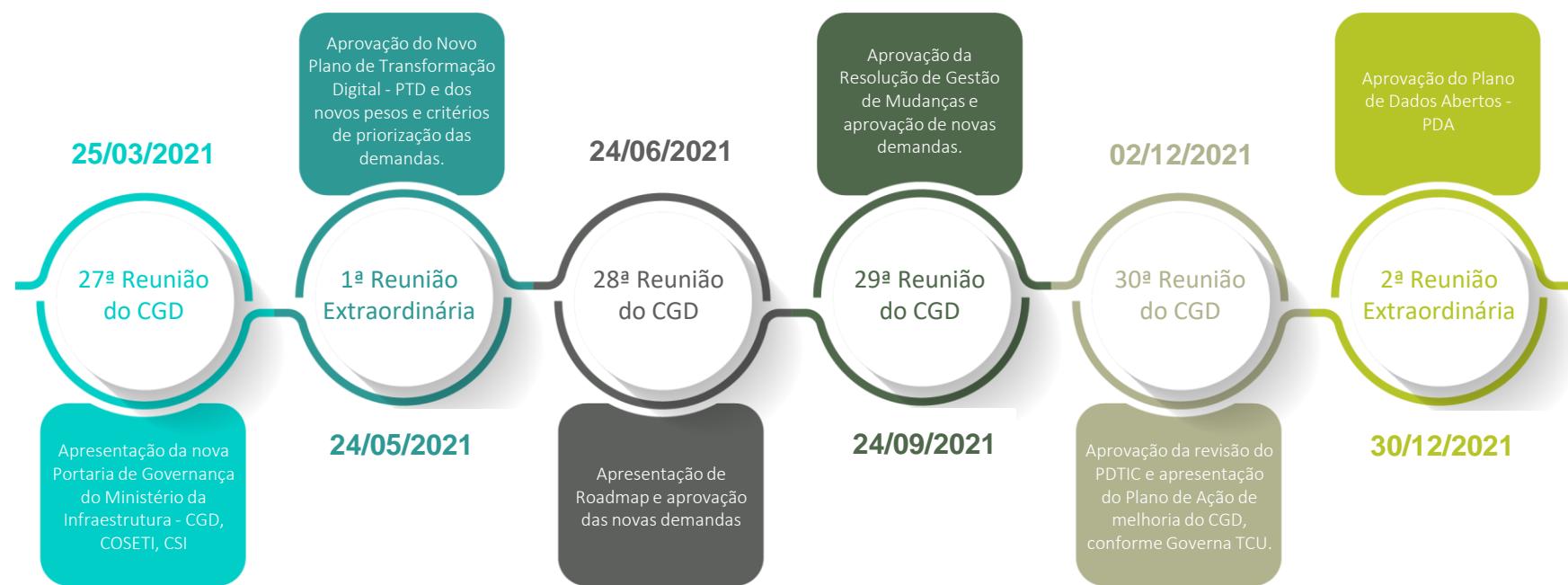
Política de Governança de Tecnologia da Informação do Ministério

A Política de Governança de TI do MInfra consolida uma visão integrada e aplicada ao contexto do MInfra em face do arcabouço de normas de Tecnologia da Informação. Nesta política, foi realizada alteração na composição do Comitê de Governança Digital - CGD, do Comitê de Infraestrutura do SISP - COSETI e do Comitê de Segurança da Informação - CSI, que passa a ser presidido pelo titular da S-GETi. Ainda no contexto da política foi realizada a alteração do COSETI, que deixou de ter função deliberativa e passou a ter a função apenas consultiva.

Comitê de Governança Digital - CGD

O Comitê de Governança de Digital é um órgão de caráter permanente com funções consultivas e deliberativas, tendo como objetivo determinar as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC, visando assegurar a qualidade, eficiência e eficácia das atividades e ações que dão suporte ao cumprimento da missão institucional do Ministério da Infraestrutura (MInfra).

As ações do CGD deverão estar em consonância com ao Plano Estratégico Institucional - PEI, ao Plano Anual de Contratações de TIC - PAC/TIC e a Estratégia de Governança Digital - EGD da administração pública federal.





Comitê Setorial de Infraestrutura do SISP - COSETI

11/05/2021
31ª Reunião
do COSETI

Apresentação da nova Portaria de Governança do MInfra, apresentação da Estratégia para Infra (Nuvem e Serviços) e apresentação do novo Plano de Transformação Digital.

Comitê de Segurança da Informação - CSI

02/12/2021
1ª Reunião
do CSI de 2021

Aprovação da Política de Backup e Recuperação de Dados e Aprovação da Norma que institui a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes - ETIR

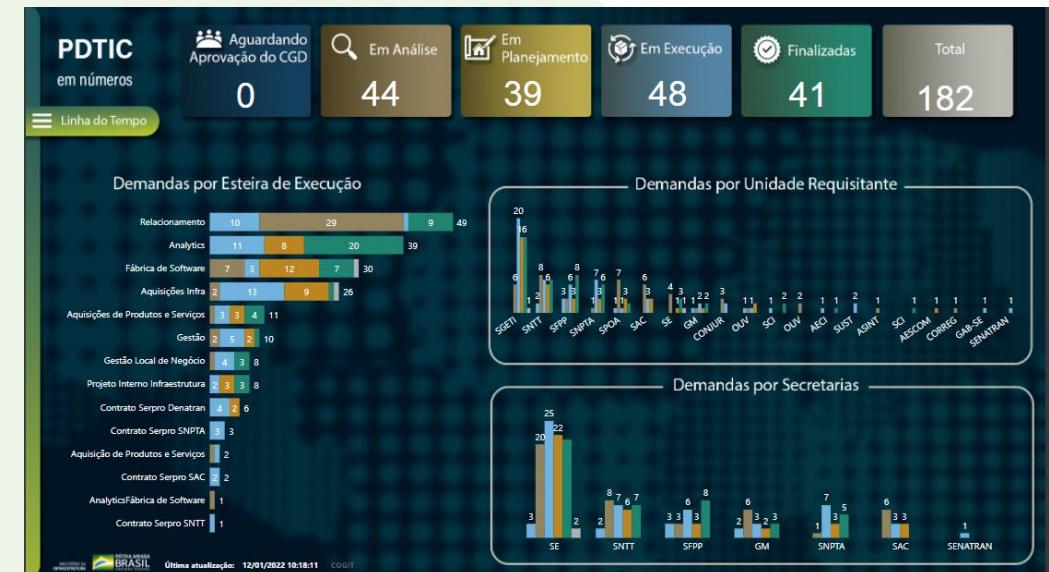
Avanços na Governança

- ✓ Nova Política de Governança do MInfra
- ✓ Revisão da Carteira de Projetos Estruturantes de Transformação Digital
- ✓ Novo Modelo de Relacionamento de TICs
- ✓ Instâncias da Política de Governança de TICs
- ✓ PDTIC revisado e aprovado
- ✓ Normas de Segurança da Informação aprovadas
- ✓ 1º e 2º Aditivo Contrato Serpro

Principais Instrumentos da Gestão de TICs do Minfra

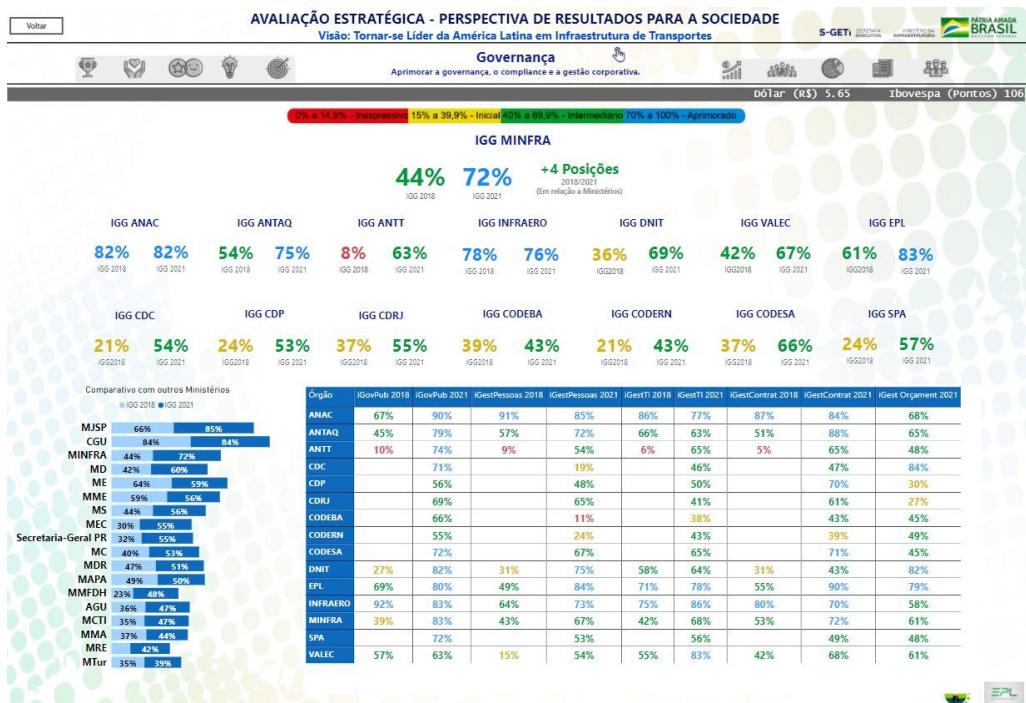
A Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação utiliza alguns instrumentos de gestão para a execução das ações de TIC da organização. Entre eles se destaca o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). O PDTIC possibilita justificar a aplicação de recursos de TIC, minimizando o desperdício e garantindo maior controle, para aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorando o gasto público e o serviço prestado à sociedade.

Em dezembro de 2021 foi aprovado e publicado a 2ª Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Infraestrutura para o período 2019-2022. A íntegra do PDTIC estão publicadas no Portal do Ministério da Infraestrutura e podem ser acessadas através do link <https://www.gov.br/infraestrutura/pdtic>.



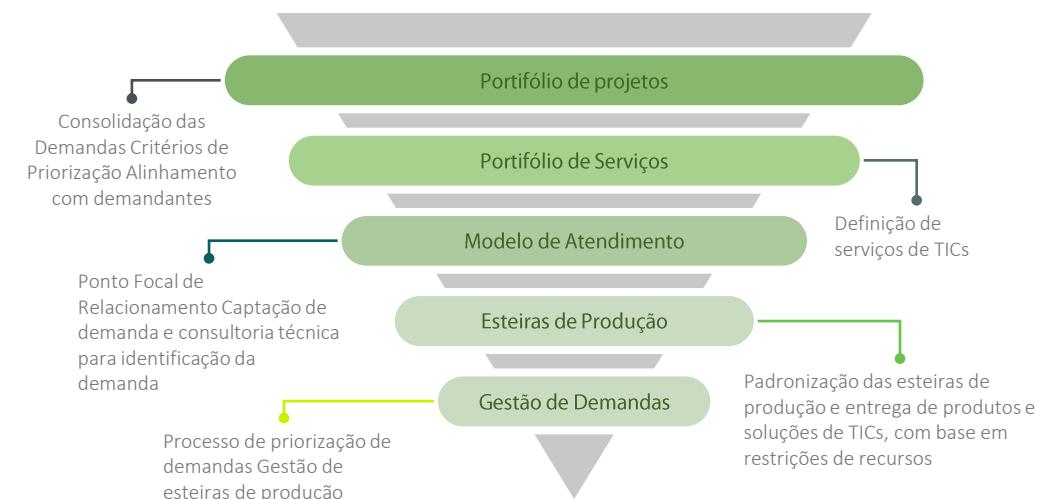
Índice de Governança e Gestão - IGG

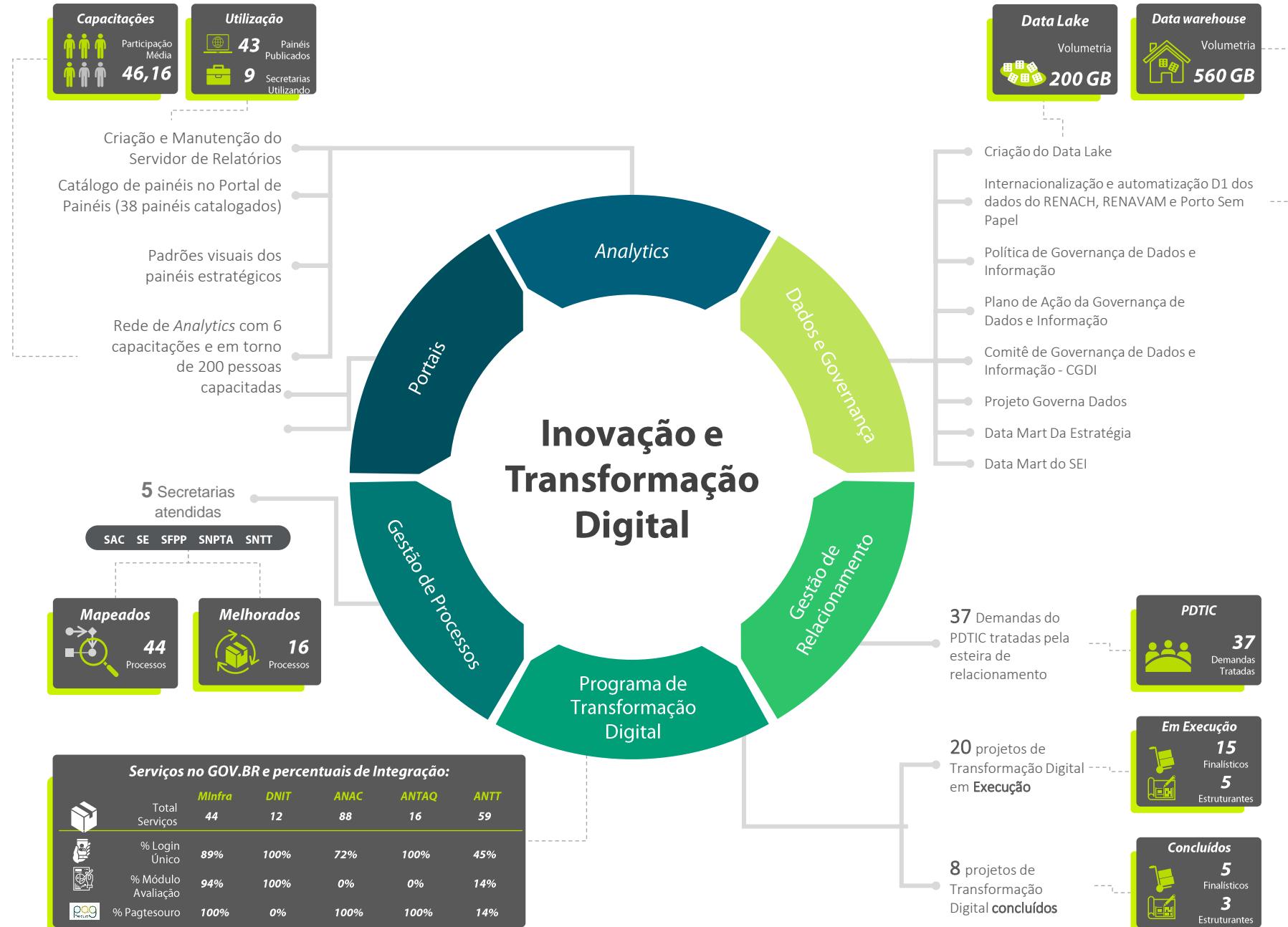
Através do IGG o TCU verifica a evolução na capacidade de gestão dos órgãos públicos e, em 2021, a Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação (S-GETI) apresentou uma evolução onde o resultado do IGovTI passou da classificação **inicial** para **aprimorado**, passando de 42% para 68%, último estágio, demonstrando a eficácia da Gestão de TI nos últimos anos.



Modelo de Relacionamento de TIC

O modelo de relacionamento de TIC foi desenvolvido e implementado com o objetivo de dar o adequado tratamento às demandas dirigidas para a S-GETI, e em 2021 foi aprimorado de maneira que atualmente todas as demandas seguem o fluxo da figura ao lado.







Transformação Digital

No primeiro trimestre de 2021, o plano de transformação digital do MInfra passou por uma revisão e a 2ª Edição trouxe um novo rol de projetos e iniciativas, indicadores e metas para o período de 2021-2022. O novo plano tem como objetivo, estabelecer um novo paradigma de prestação dos serviços públicos para o Setor de Infraestrutura de Transportes e de Serviços de Trânsito, com foco na criação de valor e melhoria da competitividade decorrentes do aprimoramento da qualidade dos serviços e da melhoria da experiência dos usuários.

Link para o PTD:

<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transformacao-digital/arquivos/pdt-1706.pdf>

Link para a Página de Transformação Digital:

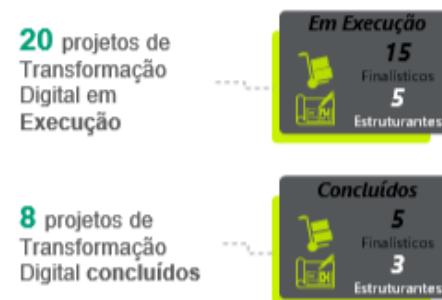
<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transformacao-digital>

Gestão de Processos

O Escritório de Processos do MInfra implementou projeto piloto de mapeamento e melhoria de processos das Secretarias Finalísticas utilizando metodologia híbrida que combina o método tradicional com conceitos ágeis de BPM. A meta estabelecida pela Secretaria Executiva foi atuar em um departamento de cada área de negócio, restando para 2022, o SENATRAN, criado no segundo semestre de 2021. Tanto a metodologia utilizada, quanto os principais resultados do trabalho encontram-se no link abaixo.

Link para a página do Escritório de Processos na Intranet:

<https://MInfraestrutura.sharepoint.com/sites/EscríriodeProcessos2>



Gestão de dados e Informações

Gestão de Dados

Em 2021 o Ministério avançou na gestão dos dados com a internalização dos dados do RENACH, RENAVAM e Porto Sem Papel no Data Lake institucional. Antes, esses dados estavam disponíveis apenas no SERPRO, o que dificultava ou impossibilitava o acesso pelo MInfra. Além disso, compartilhamos os dados do RENACH e RENAVAM com a PRF, PF e MJ.

Foram disponibilizados os dados da Estratégia para todos os interessados do MInfra que precisavam desenvolver painéis com os dados do MS-Project e da Central de Projetos.



- Criação do Data Lake
 - Internacionalização e automatização D1 dos dados do RENACH, RENAVAM e Porto Sem Papel
 - Compartilhamento dos dados do RENACH e RENAVAM com a PRF, PF e MJ
- Política de Governança de Dados e Informação
 - Plano de Ação da Governança de Dados e Informação
- Comitê de Governança de Dados e Informação - CGDI
- Projeto Governa Dados
- Data Mart Da Estratégia
- Necessidades de Dados
- Plano de Dados Abertos 2022-2023

Gestão de dados e Informação

Gestão da Informação

Para potencializar a produção de informação estratégica em 2021 o MInfra alavancou o nível de maturidade em Analytics e totalizou 43 painéis estratégicos, muitos deles desenvolvidos pelas próprias áreas após o incentivo ao self service BI, por meio de capacitações de 200 pessoas pela Rede de Analytics, e disponibilização de padrões visuais de painéis.

Os principais painéis desenvolvidos em 2021 foram: Painel de Entregas Estratégicas do MInfra, do PDTIC, da Integridade v2, do Lidera Infra (Avaliação Estratégica, Indicadores Externos e Fomento), Painel Analítico do SEI e Gerencial da SFPP.

Além disso, foi desenvolvida a Nova Intranet do MInfra, em substituição ao Canal do Servidor, com o objetivo de facilitar a comunicação interna e a disponibilização dos serviços no Ministério.

Criação e Manutenção do Servidor de Relatórios

Catálogo de painéis no Portal de Painéis (38 painéis catalogados)

Padrões visuais dos painéis estratégicos

Rede de Analytics com 6 capacitações e em torno de 200 pessoas capacitadas

Nova Intranet do MInfra

Página de Transformação Digital



Desenvolvimento de Soluções

No ano de 2021, o Ministério da Infraestrutura incorporou às suas capacidades um novo modelo de desenvolvimento de soluções, por meio de uma contratação concluída no mês de Agosto. O contrato apresenta um modelo de serviços inovador, com a alocação de profissionais terceirizados em projetos ágeis e a aferição de níveis de serviço, que quantificam e qualificam o trabalho realizado.

Por meio de tal contrato, ainda são previstas as atividades de sustentação dos sistemas já operados no Ministério, que exigem atualizações tecnológicas e correções ao longo de sua vida útil. O contrato permite a alocação de até 30 (trinta) postos de trabalho, já tendo, ao final do exercício, operado com pouco mais de um terço de tal contingente.

Além dos serviços contratados, o time da Coordenação de Desenvolvimento de Soluções – CODEV/CGST/SGETI, realiza a internalização de soluções oriundas de outros órgãos da Administração Pública que se aplicam aos processos de trabalho do Ministério, gerando economia de escala e se aproveitando de experiências de sucesso. No mesmo sentido, a CODEV também cuidou para que softwares adquiridos junto ao mercado ou produtos de cooperação com outras instituições fossem adaptados e incorporados ao ambiente operacional do MInfra.

As atividades de consultoria técnica em arquitetura de desenvolvimento e integrações, bem como a fiscalização contratual do principal provedor de sistemas informatizados, o SERPRO, foram realizadas pelo time de desenvolvimento.





Infraestrutura tecnológica

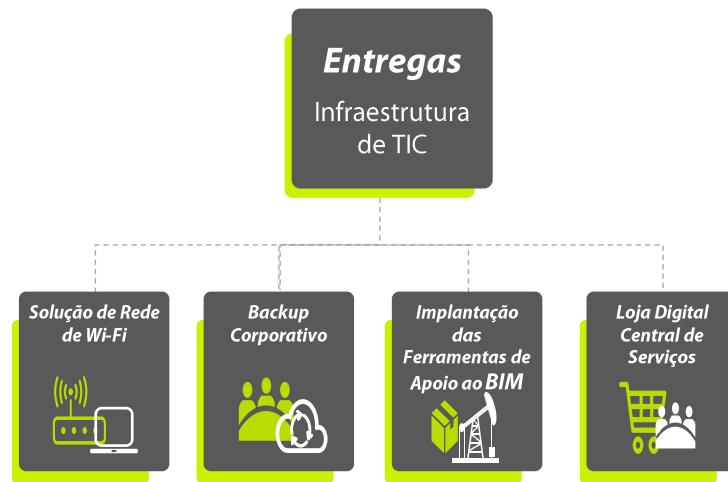
No decorrer do ano de 2021, importantes projetos foram iniciados para atender melhor a demanda de serviços existentes e possibilitar a disponibilização de novos, a infraestrutura de TIC recebeu importantes investimentos. Estão nesse rol: aquisição de 212 equipamentos portáteis (notebooks), nova solução de rede wi-fi, ferramenta de backup corporativo, consultoria premier da Microsoft, implantação das ferramentas de apoio ao BIM(Modelagem de Informação da Construção), melhoria no serviço de telefonia VoIP, disponibilização de novo portal de solicitação de serviços.

Algumas iniciativas, cujas etapas de planejamento se deram em 2021, serão executadas logo no início de 2022, onde se destacam as ações para modernizar e ampliar o serviço de videoconferência e a renovação da prestação de serviços de segurança da informação.

Além das iniciativas de contratação de bens e serviços de infraestrutura de TIC, o time da Coordenação de Infraestrutura Tecnológica atuou para melhorar a gestão de serviços de TIC, disponibilizando uma “central de softwares” onde o próprio usuário passa a ter alguma independência na instalação de aplicativos previamente homologados para o ambiente do MInfra. Também foi formalizado e aprovado pelo Comitê de Governança Digital - CGD o Processo de Gerenciamento de Mudanças, que tem por objetivo melhorar a qualidade da prestação de serviços de infraestrutura de TIC, por meio da adoção de boas práticas que orientem a gestão das alterações na planta tecnológica, mitigando riscos e refletindo na maior satisfação do usuário.

No ano de 2021 a Central de Serviços de TI do Ministério da Infraestrutura atendeu a 15.638 chamados, com uma média de 1.303 chamados por mês. Grande parte dos chamados (85,68%) foi atendida em até duas horas após o registro. O reflexo na satisfação do usuário é da ordem de 95,97%, entre os satisfeitos e muito satisfeitos do universo de usuários respondentes da pesquisa de satisfação.

Infraestrutura de TIC



Segurança da Informação e Comunicação

Durante o ano de 2021 foram realizadas algumas ações de Segurança da Informação e Comunicação. São elas:

- ✓ Realização de análise de vulnerabilidades dos principais ativos de infraestrutura de TIC;
- ✓ Implantação de medidas para maior proteção ao ambiente de armazenamento do backup;
- ✓ Implementação das recomendações de segurança do CTIR.gov

Disponibilidade de ambiente

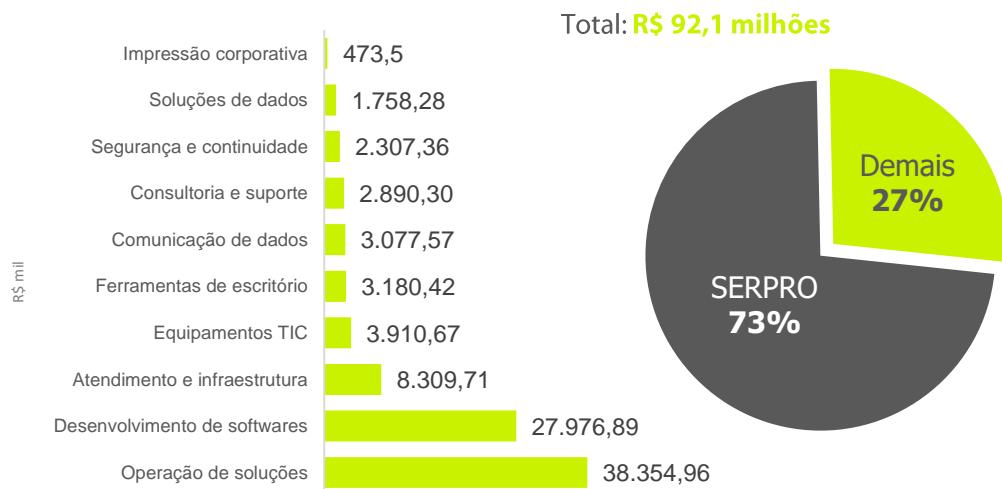
Sistemas do Ministério da Infraestrutura em 2021 alcançou percentuais de níveis de serviço acima do esperado. Destaque para o Sistema SEI, com 99,91%, Correio Corporativo, com 99,6%, Serviço de Banco de Dados, com 99,93% e Serviço de Armazenamento, com 99,99% de disponibilidade.



Contratos e Orçamento

Serviços de TI com Contratos Vigentes

O Ministério da Infraestrutura mantém 28 (vinte e oito) contratos de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, para diversos objetos e frentes de atuação. De tal contingente, destaca-se o contrato com a empresa pública SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados que, entre outras, opera as soluções tecnológicas ligadas aos segmentos de **Trânsito, Portos e Aviação Civil**, no valor de **R\$ 66,9 milhões**.



R\$ mil

Durante o ano de 2021, foram feitas as seguintes contratações, que se incorporaram ao portfólio de capacidades do Ministério:

Concluídas

- Serviços de Desenvolvimento Ágil
- Suporte para Ferramentas de Produtividade
- Solução Corporativa de Backup
- Software de Gestão de Projetos
- Ambientes de Videoconferência
- Ampliação do Parque de Notebooks

- Solução de Acompanhamento Legislativo
- Estações de Alto Desempenho
- Serviços Multinível

Orçamento Anual - 2021

O orçamento de TIC consignado ao MInfra é de **R\$ 92,1 milhões**.

Tal orçamento é oriundo de recursos do Tesouro Nacional e de fontes específicas, como as ligadas ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, em ações e planos orçamentários próprios.



Os recursos são executados exclusivamente na S-GETi - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, que possui Unidade Gestora responsável por todo o fluxo de descentralizações orçamentárias e a respectiva programação financeira.

De janeiro a dezembro de 2021, já foram empenhados **R\$ 92,1 milhões** nos diversos contratos, tendo ritmo de liquidação alcançado a monte de **R\$ 62,2 milhões**.

3.3.2.6 Sustentabilidade Ambiental

O Ministério da Infraestrutura permanece comprometido com os esforços de implementação de uma cultura de consciência ambiental no âmbito do órgão. Campanhas educativas de redução do consumo de insumos são coordenadas com ações práticas para redução do impacto ambiental das atividades da Pasta.

A sustentabilidade e a eficiência energética norteiam o planejamento de obras e intervenções da Pasta, que zela pelo respeito aos princípios da eficiência e economicidade.

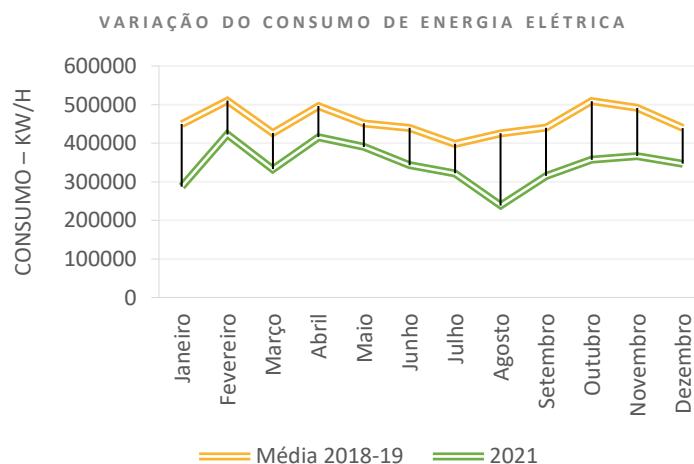
Campanha de Economia de Energia

Decreto 10.779/2021

O Decreto determina redução de consumo de energia elétrica na administração pública federal, entre 10% a 20%, tomando como base a média registrada nos anos de 2018 e 2019, antes da Pandemia de COVID-19.

O MInfra vem acompanhando mensalmente esse consumo, registrando uma redução média de 24% em relação ao período determinado pelo Decreto.

De forma a reforçar essa economia e reduzir ainda mais o consumo de energia, foi implementada campanha de conscientização em caráter permanente, além de ações como substituição de lâmpadas, redução dos horários de ar-condicionado e utilização consciente dos elevadores.



Campanha Adote um Copo

Foi criado pela COGRL no intuito de reduzir a utilização de copos plásticos descartáveis, a criação de copos feitos com materiais recicláveis e reutilizáveis distribuídos a servidores e colaboradores do MInfra. Além do impacto ambiental positivo, a ação mitiga riscos de transmissão de doenças como a COVID-19, ao reduzir o compartilhamento de objetos de uso pessoal.



Coleta Seletiva

Por meio da Comissão Interministerial de Coleta Seletiva Solidária – CICSS, instituída pelos Ministério da Infraestrutura, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Ministério das Comunicações, foram reforçadas as ações de coleta seletiva, com a reformulação do sistema de coleta, com identidade visual simplificada de forma a facilitar a separação pelo usuário.

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

No âmbito da gestão do MInfra, são adotados critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, em acordo com o previsto na IN SLTI/MPOG nº 01/2010, de 19/01/2010. Todos os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços preveem os “critérios de sustentabilidade”, conforme modelos disponibilizados pela AGU, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012.

4.

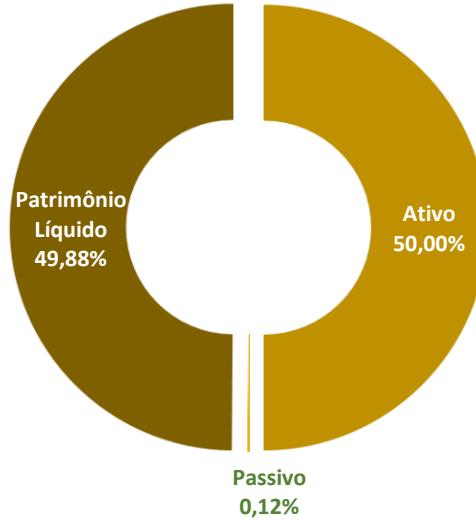


Informações
orçamentárias,
financeiras e
contábeis



4.1 Gestão contábil

Resumo da Situação Financeira Contábil da UPC



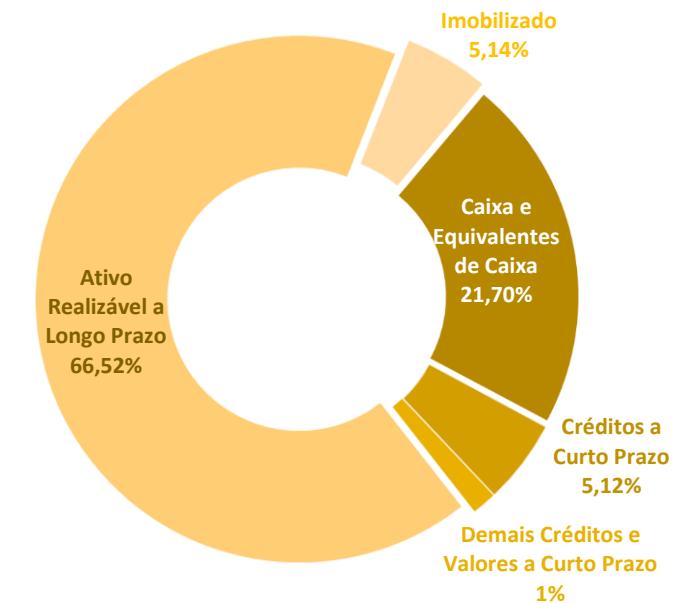
Os ativos representam 50% do Balanço Patrimonial do Ministério da Infraestrutura, no montante de R\$ 48.441.019.539,90, e compreendem os recursos financeiros e patrimoniais, controlados pelo Órgão em decorrência de eventos passados que resultarão em benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Com relação aos passivos, sua representação é de 0,12%, da ordem de R\$ 112.094.572,67, e representam as obrigações do Órgão oriundas de eventos passados que poderá resultar em desembolsos futuros ou potenciais de serviços. O Patrimônio Líquido é a diferença entre o total do Ativo e do Passivo, no valor de R\$ 48.328.924.967,23, correspondendo a 49,85% do Balanço Patrimonial, representa uma situação patrimonial positiva.

Dos ativos, o Ativo Realizável a Longo Prazo é a que possui maior representatividade com 66,52%, sendo composto por empréstimos e financiamentos concedidos, e créditos e valores a receber no longo prazo no saldo de R\$ 32.220.915.741,69. Em comparação ao exercício de 2020, verificou-se decréscimo de 6,16%.

O Caixa e Equivalentes de Caixa representam 21,70% do Ativo e correspondem a disponibilidades nos bancos, aplicações na Conta Única da União e os recursos recebidos do Tesouro Nacional com autorização para saque. Ressalta-se decréscimo de R\$ 36.168.489.221,32, com redução de 77,48%, em relação a 2020, devido a restituição de R\$ 46.385.802.994,14, ao Ministério da Economia, para composição de recursos para o pagamento da dívida pública da União, conforme Portaria STN/ME nº 759, de 2021.

Outro título contábil com valores significativos é o de Créditos a Curto Prazo representando 5,12% do Ativo. Em 2021, ocorreu decréscimo de R\$ 280.378.907,16, correspondente a 10,16%, decorrente da variação cambial. O Imobilizado corresponde 5,14% do Ativo, sendo composto pelos Bens Móveis e Imóveis. Em 2021, ocorreram acréscimos de Bens Imóveis de R\$ 480.473.981,50 e decréscimo de Bens Móveis de R\$ 14.743.391,87.

	Valor (bilhões)	%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 10,51	21,70%
Créditos a Curto Prazo	R\$ 2,47	5,12%
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 32,22	66,52%
Imobilizado	R\$ 2,48	5,14%

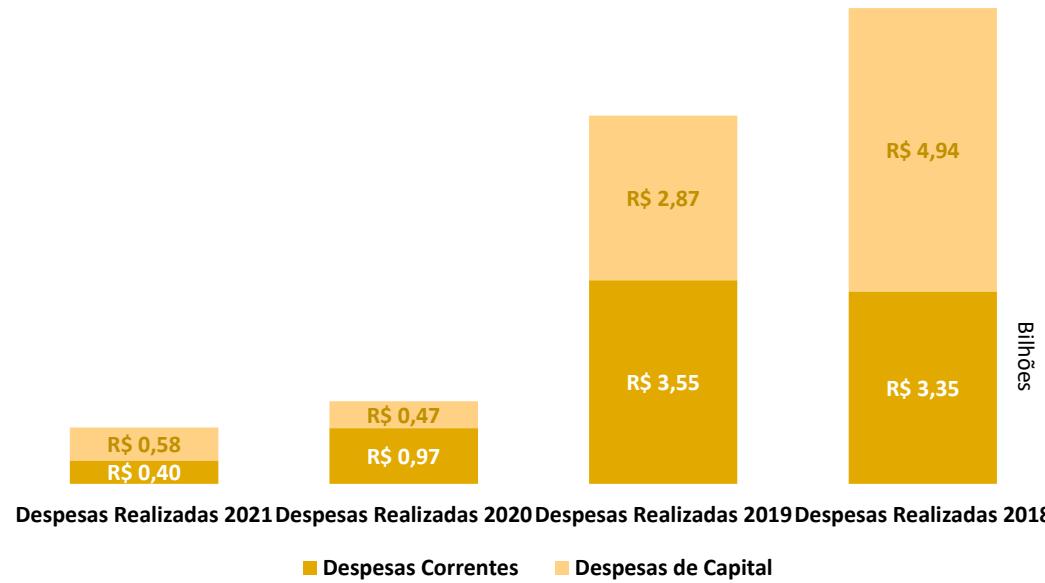
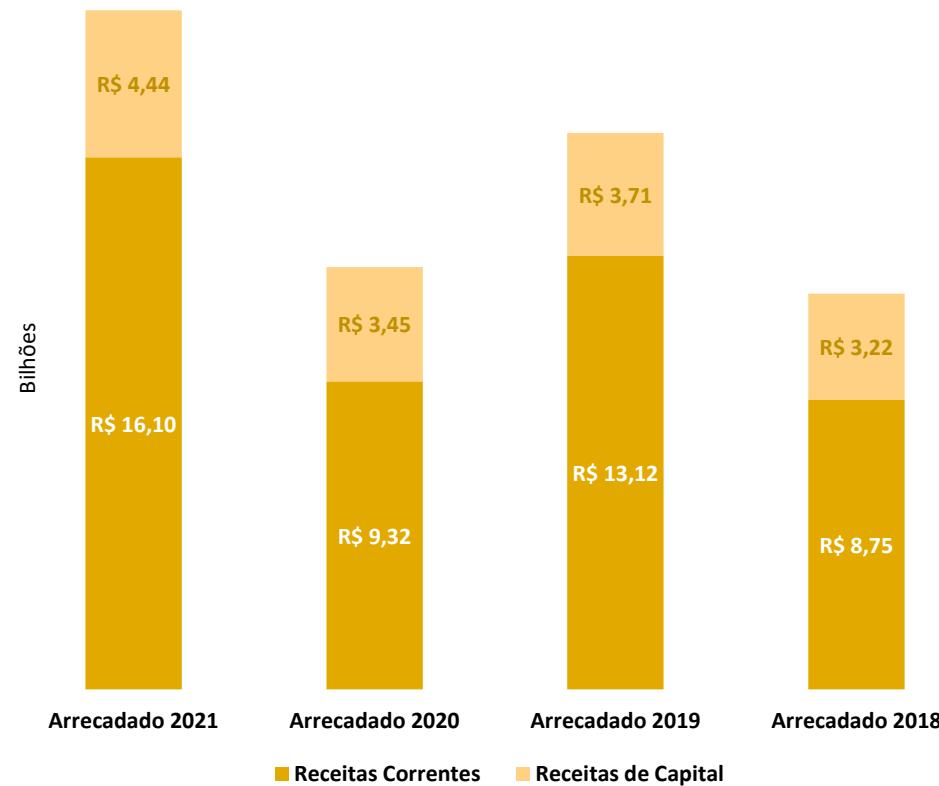


O MInfra tem alcançado resultados positivos ao longo dos anos, acumulando saldo de R\$ 85.930.958.027,33.

No entanto, no ano de 2021, obteve resultado negativo de R\$ 37.350.032.841,57, que em comparação ao ano de 2020, constatou-se uma queda no resultado do exercício de 503,08%. Este resultado negativo, em sua grande parte, foi devido a restituição de recursos ao ME após publicação da Portaria STN/ME nº 759, de 2021.

Em 2021, as receitas arrecadadas foram de aproximadamente R\$ 20,5 bilhões de um total previsto de R\$ 11,9 bilhões, apresentando acréscimo de 60,86% em relação ao arrecadado em 2020 - R\$ 12,7 bilhões, em função das receitas de contribuições econômicas da cota-partes do AFRMM do FMM, com arrecadação de R\$ 5.266.564.203,37, devido aumento na movimentação de containers, no valor do frete, elevada importação de gás natural, petróleo e fertilizantes.

Entre os exercícios ocorreu aumento das receitas por concessão de serviço público no saldo de R\$ 3.016.305.602,88. Porém teve-se diminuição das remunerações por depósito na CTU em R\$ 1.547.067.703,22.



Em 2021, as despesas totais realizadas atingiram R\$ 0,983 bilhões, que, em comparação com as de 2020 – 1,4 bilhões verifica-se decréscimo de 31,66%. Das Despesas Correntes tal decréscimo foi devido ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Infraestrutura e o Ministério da Economia, no qual foi transferida para o Departamento de Centralizações de Serviços de Inativos e Pensionistas a responsabilidade pelo pagamento de 65 mil servidores inativos. Em decorrência, houve a diminuição da folha de pagamento do MInfra, sendo os meses de janeiro e fevereiro de 2020 ainda pago pelo MInfra.

As Despesas de Capital apresentaram variação positiva de 23,86%. Destaca-se, neste grupo, as despesas realizadas para aumento de capital , no qual em 2020 gastou-se R\$ 23.728.304,59 e em 2021 R\$ 155.710.428,09.



4.2 Principais fatos contábeis relativos à atuação e à situação financeira da UPC

Ocorreu o reconhecimento de Créditos a Receber decorrente do Acordo Judicial firmado entre a Ferrovia Centro Atlântica S/A, o Ministério Público Federal, a União, o DNIT e a ANTT, em razão da inexecução contratual que envolveu a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Centro-Leste. No acordo compactuado a empresa se comprometeu a indenizar a União em R\$ 1.2 bilhões, em 60 parcelas mensais, a partir de 2020.

Sendo assim foi registrado no Ativo, Créditos a Receber do curto prazo no valor de R\$ 1.203.859.830,95, sendo baixado a importância de R\$ 321.925.691,74, referente aos recebimentos de janeiro a dezembro de 2020 e o montante de R\$ 343.743.139,04, correspondente aos recolhimentos de janeiro a dezembro de 2021. Após os registros realizou-se cálculo médio dos recebimentos para deixar registrado no curto prazo o valor de R\$ 342.431.663,40 e transferido ao longo prazo o crédito a receber de R\$ 195.759.336,77.

Foi realizada conciliação dos saldos de AFAC a Integralizar das Companhias Docas e da Infraero com o saldo contabilizado na COPAR/STN, deste modo possibilitando a integralização destes recursos. A análise dos balanços de 2000 a 2020 deparou-se com inúmeros lançamentos errados no sistema SIAFI, como exemplo: capitalização de SELIC do saldo principal, lançamentos na SNPTA e no FNAC no qual não ocorreram reflexo na COPAR, favorecido do saldo em outro CNPJ. Tudo foi repassado a COPAR/STN via reuniões e os ajustes estão sendo realizados.

Após diversas pesquisas de acórdãos do TCU realizou-se a retirada de créditos a receber de responsáveis inscritos por pagamentos indevidos no valor de R\$ 1.044.754,17 e falta ou irregularidade de comprovação no saldo de R\$ 4.103.530,96. O TCU decidiu nos acórdãos que não havia pressuposto de irregularidade, deu provimento aos recursos interpostos ou deu quitação mediante recolhimento dos débitos.

Adveio a retirada de convênios da conta de inadimplência, no valor de R\$ 7.000.293,12, após pesquisa dos acórdãos do TCU, motivo pelo qual estes convênios não foram concluídos em exercícios anteriores. Sendo assim, após retirada de inadimplência e não constar outros motivos que interferissem na conclusão destes, possibilitando a regularização do saldo de R\$ 31.603.021,14.

Baixa de Atos Potenciais Ativos, no total de R\$ 24.143.681,14, em razão do término da vigência dos contratos de referência em exercícios passados, conforme discriminação a seguir:

- Fianças a executar – R\$ 1.852.470,89
- Seguro-garantia a executar – R\$ 961.139,98
- Caução a executar – R\$ 338.841,09
- Apólice de seguros a executar – R\$ 20.991.229,18.

Baixa de Atos Potenciais Passivos, no montante de R\$ 75.707.614,24, referente a saldos de contratos de serviços com vigência expirado em exercícios passados.

Para correto funcionamento do órgão e para cumprir as solicitações da RFB foram criados três CNPJ no exercício de 2021:

- CNPJ Matriz do FUNSET, criado em março de 2021, fundo este criado em 1998. CNPJ – 41.091.559/0001-51.
- CNPJ Filial do MInfra para a SNTT, no qual em 2021 passou a ser UG Executora no sistema SIAFI, criado em março de 2021. CNPJ – 37.115.342/0040-73.
- CNPJ Filial do MInfra para a SENATRAN, em que o Decreto nº 10.788, de 06 de setembro de 2021, aprovou a atual Estrutura Regimental transformou o DENATRAN e SENATRAN e ao ajustar a estrutura do MInfra no SIAFI foi necessário a criação deste CNPJ que passará a ser UG Executora em 2022, CNPJ criado em agosto de 2021. CNPJ – 37.115.342/0041-54.

Após análise das contas referente a folha de pagamento ocorreram os ajustes a seguir:

- Baixa de salários e ordenados pagos antecipadamente, no valor de R\$ 920.055,45.
- Baixa de décimo terceiro a pagar, no montante de R\$ 36.765.473,01, devido o Acordo de Cooperação Técnica entre o MInfra e o ME, no qual a obrigação do pagamento dos aposentados e pensionistas passaram a ser do ME, sendo o saldo provisionado de 2 meses ainda constando no MInfra, sem obrigação correspondente.
- Baixa de férias a pagar, no saldo de R\$ 8.867.923,38, provisionado a maior em exercícios anteriores.



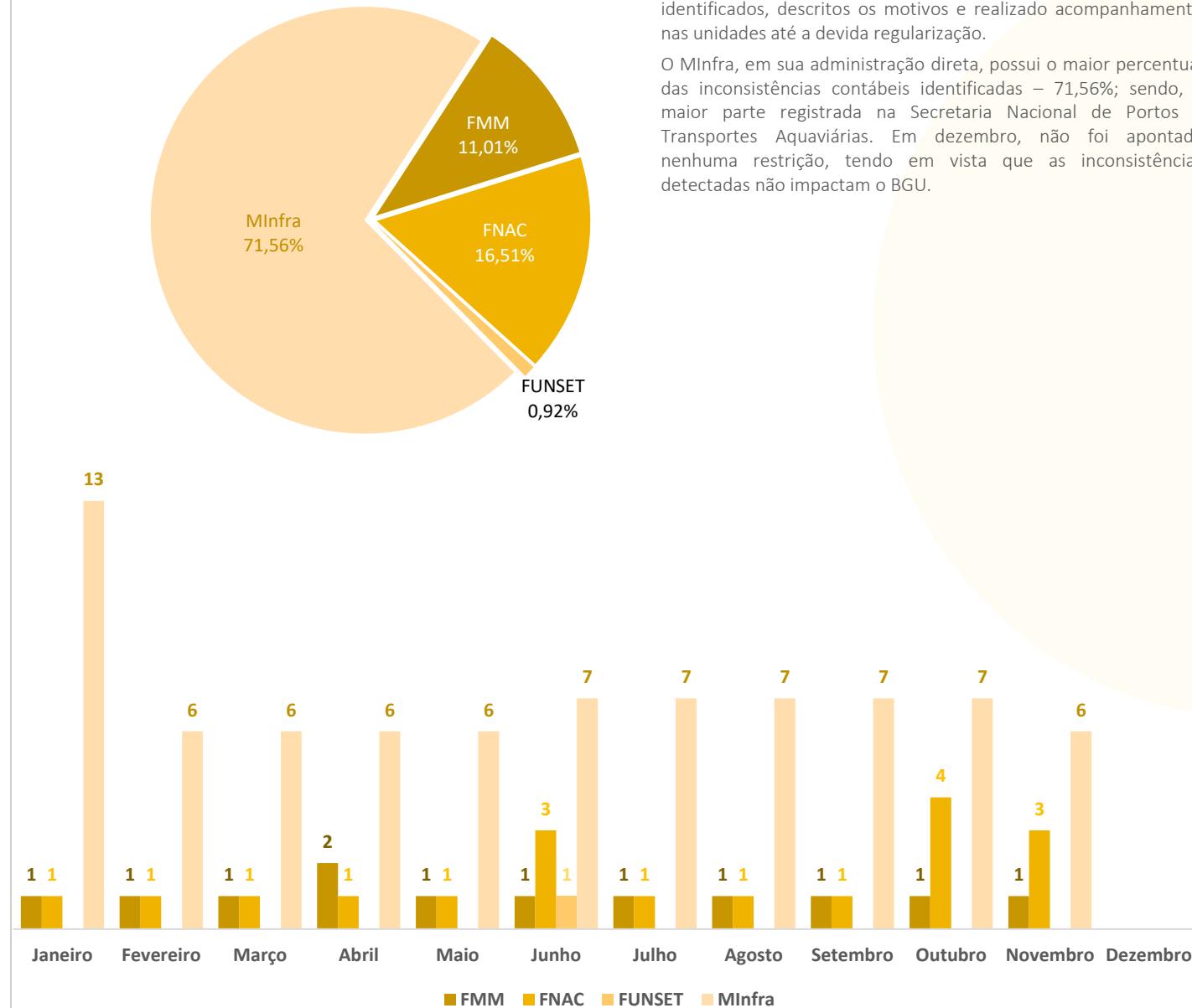
4.3 Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC

As informações constantes das demonstrações contábeis abrangem os dados da Administração Direta do Ministério da Infraestrutura e dos Fundos: Fundo da Marinha Mercante - FMM, Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC e Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET.

A conformidade contábil baseia-se nos procedimentos descritos no Manual SIAFI, nas macrofunções elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Pública Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, nas edições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e nas legislações pertinentes ao assunto, visando garantir a integridade, confiabilidade e veracidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, utilizado pelo Governo Federal para execução dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Utiliza-se, ainda, das seguintes ferramentas: Power BI, Tesouro Gerencial, planilhas de controles, elaboração de relatórios mensais, os quais são encaminhados às Unidades Gestoras discorrendo sobre restrições contábeis apontadas e lançamentos que necessitam ser analisados e, se for o caso, regularizados.

Com o objetivo de disponibilizar a informação e garantir fidedignidade dos demonstrativos contábeis, o controle se faz por acompanhamento diário dos balanços e das informações constantes do SIAFI, solicitando ajustes via telefone, e-mail, comunica SIAFI e ofícios, quando necessários.



No exercício de 2021 foram apontadas restrições contábeis, conforme evidenciado nos gráficos. Esses apontamentos são identificados, descritos os motivos e realizado acompanhamento nas unidades até a devida regularização.

O MInfra, em sua administração direta, possui o maior percentual das inconsistências contábeis identificadas – 71,56%; sendo, a maior parte registrada na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviárias. Em dezembro, não foi apontada nenhuma restrição, tendo em vista que as inconsistências detectadas não impactam o BGU.

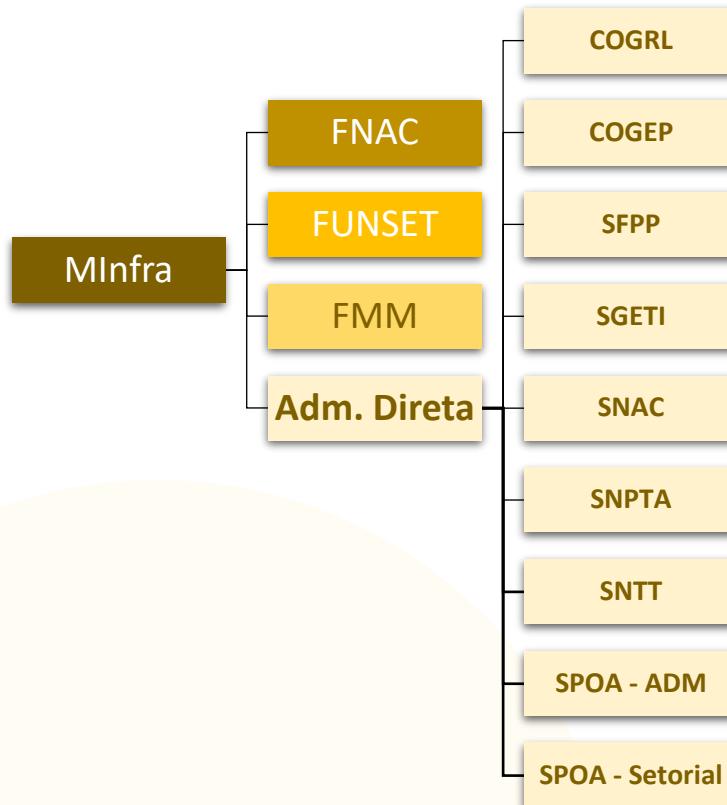


4.4 Informações dos contadores da UPC

O Contador responsável por cada UPC tem como atribuição certificar que as Demonstrações Contábeis geradas pelo SIAFI estão em consonância com o disposto nas legislações pertinentes ao assunto, aos procedimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as macrofunções elaboradas pela STN.

No MInfra, inclusive os Fundos a ele vinculados, cada unidade gestora executora dispõe de um responsável pelo registro de Conformidade Contábil no SIAFI. Este registro compete, apenas, a profissional em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que esteja em dia com as obrigações profissionais e devidamente credenciado no SIAFI para este fim.

Abaixo, observa-se a estrutura das unidades gestoras executoras - UGE no SIAFI:



O MInfra conta com uma Setorial Contábil de Órgão Superior atuando na orientação das demais unidades gestoras executoras, objetivando evitar distorções nas Demonstrações Contábeis, prevenir a ocorrência de inconsistências no SIAFI, bem como interligar suas unidades e a Coordenação de Contabilidade da STN. No ano de 2021, os responsáveis que atuaram pela Setorial Contábil Superior e unidades gestoras executoras foram:

CCONT/MInfra

- Ricardo Aguiar dos Prazeres – 01/01/2021 a 31/12/2021

FNAC

- Allan Augusto Wachholtz - 01/01/2021 a 06/07/2021
- Diego Jose da Silva Ramos – 07/07/2021 a 31/12/2021

FUNSET

- Ricardo Aguiar dos Prazeres – 01/01/2021 a 31/12/2021

FMM

- Diego Jose da Silva Ramos - 01/01/2021 a 31/12/2021

COGRL

- Paulo Henrique Severiano Bastos – 01/01/2021 a 31/12/2021

COGEPE

- Jader Wilson Teixeira Belchior – 01/01/2021 a 13/08/2021
- Teresinha Maria Alves de Oliveira – 14/08/2021 a 31/12/2021

SFPP

- Diego Jose da Silva Ramos - 01/01/2021 a 31/12/2021

SGETI

- Paulo Henrique Severiano Bastos – 01/01/2021 a 31/12/2021

SNAC

- Allan Augusto Wachholtz - 01/01/2021 a 31/12/2021

SNPTA

- Ricardo Aguiar dos Prazeres – 01/01/2021 a 31/12/2021

SNTT

- Ricardo Aguiar dos Prazeres – 12/08/2021 a 31/12/2021

SPOA - ADM

- Paulo Henrique Severiano Bastos – 01/01/2021 a 31/12/2021

SPOA - Setorial

- Marly Menezes Dantas – 01/01/2021 a 31/12/2021



4.5 Demonstrações contábeis e notas explicativas

Os Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas do Exercício 2021 estão disponíveis por meio do link:
<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis>

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001, a Lei Complementar nº 101/2000, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBCT SP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis seguem o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas de:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

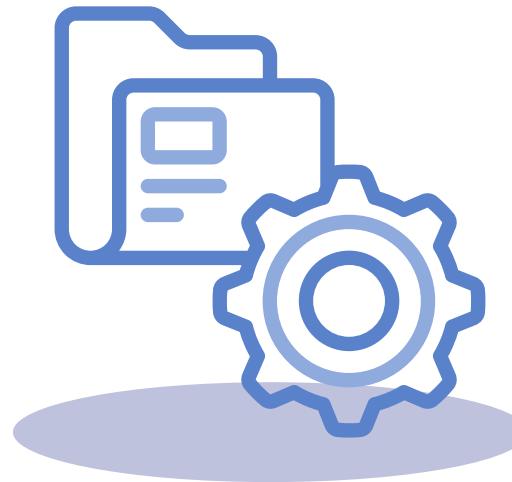
Ministério da Infraestrutura

A Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 (conversão da MP nº 870, de 1º de janeiro de 2019), na época, regulamentada pelo Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, e posteriormente revogado pelo Decreto nº 10.788, de 06 de setembro de 2021, quando aprovou a atual Estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do MInfra, além de remanejar e transformar cargos em comissão e funções de confiança.

Os relatórios das Demonstrações Contábeis do MInfra foram elaborados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades gestoras executoras, que compõem sua Administração Direta e Fundos, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

nasce
#o **novo**
Brasil



5. Anexos e apêndices



5.1 Lista de siglas e abreviações

AECI - Assessoria Especial de Controle Interno
 AESCOM - Assessoria Especial de Comunicação
 AESINT - Assessoria Especial de Assuntos Institucionais e Internacional
 AFRMM - Adicional ao frete para renovação da marinha mercante
 AGEF - Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A.
 AGU - Advocacia-Geral da União
 AL - América Latina
 ANAC - Agencia Nacional de Aviação Civil
 ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
 ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
 APFD - Administração Pública Federal Direta
 APT - Avaliação das Políticas de Transportes
 ASCOM - Assessoria de Comunicação
 ASSAM - Assessoria Socioambiental
 ATIT - Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre
 BF - Boletim Financeiro
 BGU - Balanço Geral da União
 BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
 BO - Boletim Orçamentário
 BP - Boletim Patrimonial
 BPM - Business Process Management
 BR-LEGAL - Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária
 BSC - Balanced Scorecard
 CADIPP - Cadastro de Interessados Ponto de Parada
 CAPPL - Consultar Andamento de Processos Livre
 CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
 CC - Casa Civil
 CDC - Companhia Docas do Ceará
 CDFMM - Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante
 CDP - Companhia Docas do Pará
 CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro
 CDT - Canal Direto com os Transportes
 CDU - Classificação Decimal Universal
 CE - Comissão de Ética
 CEG - Comitê Estratégico de Governança
 CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
 CETIT - Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes
 CGAA - Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação
 CGCAP - Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes
 CGDC - Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
 CGJA - Coordenação Geral Jurídica de Assuntos Administrativos
 CGMO - Coordenação-Geral de Modernização e Organização

CGRC - Comitê de Gestão, Riscos e Controles Internos
 CGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
 CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
 CGU - Controladoria-Geral da União
 CIDE - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
 CIL - Centro de Integração Logística
 CLE - Corredores Logísticos Estratégicos
 CNH-e - Carteira Nacional de Habilitação Eletrônica
 CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
 COAD - Coordenação de Administração do Pessoal Ativo
 COAP - Controle Organizativo a Ação Pública de Saúde
 CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia
 CODERN - Companhia Docas do Rio Grande do Norte
 CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo
 CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo
 CODOMAR - Companhia Docas do Maranhão
 COE - Contratos Operacionais Específicos
 COEX - Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira
 COGEP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
 COGETI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
 COINF - Coordenação de Infraestrutura de Informática
 COMAP - Coordenação de Material e Patrimônio
 CONAC - Conselho de Aviação Civil
 CONAERO - Conselho Nacional de Autoridade Aeroportuárias
 CONAGH - Comitê Nacional de Gestão Hidroviária
 CONAPORTOS - Conselho Nacional de Autoridades nos Portos
 CONIT - Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes
 CONJUR - Consultoria Jurídica
 CONSETRANS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes
 CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito
 CORREG - Corregedoria
 COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
 COTEC - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
 CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
 CPPI - Conselho do Programa de Parceria de Investimentos
 CREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais
 CRLV-e - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Eletrônico
 CTICS - Comitê Técnico da Indústria, Comércio e Serviços
 CTLAG - Comitê Técnico de Logística da Agricultura e do Agronegócio
 CVC - Contagem Volumétrica Classificatória
 DAS - Direção e Assessoramento Superior
 DEADE - Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Estratégico
 DECEX - Departamento de Educação e Cultura do Exército

DECON - Departamento de Concessões
 DEDL - Departamento de Desenvolvimento e Logística
 DEINT - Departamento de Informações de Transportes
 DEPLAN - Departamento de Planejamento de Transportes
 DEPTA - Departamento de Programas de Transportes Aquaviários
 DEPTT - Departamento de Programas de Transportes Terrestres
 DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 DTG - Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação
 DIBEN - Divisão de Benefícios
 DICOP - Divisão de Concessão e Revisão de Pensão
 DINOR - Divisão de Estudos e Normas de Recursos Humanos
 DITC - Divisão de Treinamento e Capacitação
 DIVAP - Divisão de Cadastro de Aposentados e Instituto de Pensão
 DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
 DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
 DOU - Diário Oficial da União
 DP - Direito de Passagem
 DT-e - Documento Eletrônico de Transporte
 DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
 EF - Estrada de Ferro
 EGA - Sistema Eletrônico de Gabinete
 EGP-TI - Escritório de Gerenciamento de Projeto de TI
 EPL - Empresa de Planejamento e Logística
 ETAV - Empresa de Transportes Ferroviários de Alta Velocidade
 ETC - Estação de Transbordo de Cargas
 ETC - Estação de Transbordo de Carga
 EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental
 FCPE - Funções Comissionadas Técnicas do Poder Executivo
 FEP - Fundo de Estruturação de Projetos
 FG - Funções Gratificadas
 FHWA - Federal Highway Administration
 FICO - Ferrovia Integração Centro Oeste
 FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste
 FMM - Fundo da Marinha Mercante
 FNAC - Fundo Nacional da Aviação Civil
 FNS - Ferrovia Norte-Sul
 FORMAR - Acompanhamento de Formação de Servidores
 FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco
 GCN - Gestão de continuidade de Negócios
 GEIPOT - Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes
 GM - Gabinete do Ministro
 GPWEB - Gestão de Projetos WEB
 GT - Grupo de Trabalho
 GTPE - Grupo de Trabalho de Peso por Eixo
 HDM-4 - Highway Development and Management Model
 HELP ONLINE - Guia prático de ajuda



IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
 IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
 ICE - Índice de Conformidade Executiva
 ICP - Índice de Pertinência Complementar Propositivo
 IDE-T - Infraestrutura de Dados Espaciais em Transporte
 IDG - Indicador de Desempenho Geral
 iGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
 IG-MInfra - Índice de Governança do Ministério da Infraestrutura
 IIRSA - Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
 InfraBR - Aplicativo para caminhoneiro gerenciar sua jornada
 IP4 - Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte
 IPC - Índices de Preços ao Consumidor
 IPE - Índice de Porte Econômico
 IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 IPR - Instituto de Pesquisas Rodoviárias
 ITE - Índice de Temporalidade Executiva
 ITP - Índice de Temporalidade Propositivo
 JEO - Junta de Execução Orçamentária
 LAI - Lei de Acesso a Informação
 LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
 LOA - Lei Orçamentária Anual
 MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 MAPi - Meta Anual Projetada
 MBC - Movimento Brasil Competitivo
 MF - Ministério da Fazenda
 MFN - Estudos para Implantação do Museu Ferroviário Nacional
 Minfra - Ministério da Infraestrutura
 MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 MRE - Ministério de Relações Exteriores
 MTPA - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
 NEAT - Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas por Técnico
 NF-e - Nota Fiscal Eletrônica
 NMAM - Número Médio de Ações Monitoradas no Ano
 NMAT - Número Médio de Ações Monitoradas por Técnico
 NMEA - Número Médio de Obras em Execução Acompanhada
 OAC - Obras de Arte Correntes
 OFI - Operadores Ferroviários Independentes
 OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 OGU - Orçamento Geral da União
 OMS - Organização Mundial da Saúde
 ONTL - Observatório Nacional de Transporte e Logística
 ONU - Organização das Nações Unidas
 OTM - Operadores de Transporte Multimodal de Cargas
 OUV - Ouvidoria-Geral

PA - Processo Administrativo
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
 PAEA - Percentual de Obras em Execução Acompanhadas
 PAG - Prima Associação dos Governos
 PAM - Percentual de Ações Monitoradas
 PAN - Plano Aerooviário Nacional
 PANAC - Política Nacional de Aviação Civil
 PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
 PCN - Plano de Continuidade de Negócios
 PDA - Plano de Dados Abertos
 PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PEF - Pagamento Eletrônico de Frete
 PEI - Planejamento Estratégico Institucional
 PER - Programas de Exploração de Rodovias
 PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Setor Transportes
 PFA - Posto de Fiscalização e Atendimento
 PGEO - Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes
 PGF - Procuradoria-Geral Federal
 PGINF - Programa Gestão da Informação
 PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
 PHE - Plano Hidroviário Estratégico
 PIAF - Postos Integrados Automatizados de Fiscalização
 PIL - Programa de Investimentos em Logística
 PIT - Planejamento Integrado de Transportes
 PMGP - Programa Modernizando a Gestão Pública
 PMI - Plano de Metas e Investimentos
 PNCV - Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade
 PNIIH - Plano Nacional de Integração Hidroviária
 PNL - Plano Nacional de Logística
 PNLI - Plano Nacional de Logística Integrada
 PNLT - Plano Nacional de Logística e Transportes
 PNP - Plano Nacional de Pesagem
 PNT - Política Nacional de Transportes
 PNTH - Política Nacional de Transporte Hidroviário
 PPA - Plano Plurianual da União
 PPEx - Percentual de Participação do Projeto i
 PPI - Programa de Parceria de Investimento
 PPP - Parceria Público-Privada
 PPV - Programa de Pesagem de Veículos
 PROCREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas
 PRODEFENSAS - Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais
 PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota de Transportes
 PROPASS - Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário

Interstadual e Internacional de Passageiros
 PROSINAL - Programa de Sinalização da Malha Rodoviária Nacional
 PSP - Plano Setorial de Parcerias
 RAD - Reuniões de Avaliação do Desempenho
 RAE - Reuniões de Acompanhamento da Estratégia
 RDC - Regime Diferenciado de Contratação
 REIDI - Regime Especial para o Desenvolvimento da Infraestrutura
 RFB - Receita Federal do Brasil
 RFFSA - Rede Ferroviária Federal
 RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas
 SAAD - Subsecretaria de Assuntos Administrativos – MT
 SAC - Secretaria Nacional de Aviação Civil
 SAECI - Sistema da Assessoria de Controle Interno
 SAFF - Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário
 SAMS - Serviço de Atendimento Médico-Social
 SAPPI - Sistema de alimentação Ações de Estados
 SCA - Sistema de Controle de Acesso
 SCEPL - Sistema de Consulta Extrema Controle
 SCI - Subsecretaria de Conformide e Integridade
 SCIMO - Sistema de controle de Instrumentos Médico e Odontológico
 SE - Secretaria Executiva – MT
 SEAINF - Serviço de Articulação e Informação
 SECR - Serviço de Cálculos e Remuneração – MT
 SEGES - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – MT
 SEI - Sistema Eletrônico de Informação
 SEP - Secretaria Especial de Portos
 SEPEN - Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensões
 SEREF - Serviço de Registro Funcional
 SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
 SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
 SFAT - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – MT
 SFF - Sistema Ferroviário Federal
 SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias
 SGD - Sistema de Gestão de Documentos
 SGETI - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação
 SGF - Sistema de Gestão de Frotas
 SGI - Sistema de Gestão Internet
 SGINP - Sistema de Gestão de Impressão de Processos
 SGON - Setor de Garagens Oficiais Norte
 SGP - Sistema de Gestão Processos
 SIADRE - Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno
 SIAEP - Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas
 SIAEX - Sistema de Extração
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SIC - Serviço de Informação ao Cidadão



SICAF - Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores
 SICAP - Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos
 SICAR - Sistema de Controle de Arquivo
 SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal
 SICPAG - Sistema de Controle de Pagamento
 SICPAT - Sistema de controle de Pagamentos atrasados
 SIGAT - Sistema de Gestão das Ações de Transporte
 SIGEF - Sistema de Gestão Funcional
 SIGESA - Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
 SIGPAC - Sistema de Gestão de Programa de Aceleração do Crescimento
 SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
 SIGT - Sistema de Informações de Planejamento Regional de Transportes
 SIMIC - Sistema de Microfilmagem
 SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
 SIORC - Sistema de Orçamento
 SIORG - Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
 SIPEC - Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal
 SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
 SISG - Sistemas de Serviços Gerais
 SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
 SISPF - Sistema de Programação Financeira
 SITRA - Sistema de Tramitação
 SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
 SNPTA - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
 SNTT - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres
 SNV - Sistema Nacional de Viação
 SOF - Secretaria Orçamento Federal
 SOPHIA - Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas
 SPATIC - Sistema de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
 SPCE - Sistema de Painel de Controle de Eficácia
 SPF - Sistema de Programação Financeira
 SPI - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
 SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
 SPL - Sistema de Passe Livre
 SPNLT - Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego
 SPNT - Secretaria de Política Nacional de Transportes
 SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – MT
 SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
 SPU - Secretaria de Patrimônio da União
 SREAP - Sistema de Recadastramento de Aposentado e Pensionista
 STN/MF - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda

SUST - Subsecretaria de Sustentabilidade
 TAC - Termo de Ajuste de Conduta
 TAV - Trem de Alta Velocidade
 TCU - Tribunal de Contas da União
 TED - Termo de execução descentralizada
 TIC - Tecnologia da Informação e da Comunicação
 TM - Tráfego Mútuo
 TRC - Transporte Rodoviário de Cargas
 TRF - Tribunal Regional Federal
 TRIC - Transporte Rodoviário Internacional de Cargas
 TRIIP - Transporte Interestadual e Internacional Terrestre de Passageiros
 TUP - Terminais de Uso Privativo
 TUP - Terminal de Uso Privado
 UFF - Universidade Federal Fluminense
 UFPA - Universidade Federal do Pará
 UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
 UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
 UG - Unidade Gestora
 UNASUL - União das Nações Sul-Americanas
 UPC - Unidade Prestadora de Contas
 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.
 VMDA - Volume Médio Diário Anual
 Wi-fi - Rede Sem Fio
 ZAL's - Zonas de Atividades Logísticas e Elaboração de Estudos Técnicos das Hidrovias.



nasce
#**novo**
Brasil

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA

